



El presente es el resultado de un trabajo de investigación y de una recopilación de datos que se ha realizado en el marco de un convenio de colaboración entre la Biblioteca Nacional y el Centro de Estudios Científicos de Valdivia.

bibRIA

La Biblioteca Nacional de Chile, a través de su Departamento de Bibliotecas, ha desarrollado un proyecto de cooperación con el Centro de Estudios Científicos de Valdivia, con el fin de promover el acceso a la información científica y tecnológica en el ámbito de la biblioteca pública.

Algumas Notas sobre Vagos

Pelo Dr. Frederico de Moura

Uma desalentadora carência de bibliografia, uma esquelética indigência de documentos, sideram a mão de quem, com propósitos de fazer incursões nas veredas da História e de tentar iluminar o passado, queira abordar qualquer estudo monográfico sobre o Concelho de Vagos, mormente, se quem o faz, tem pendor para filtrar as informações que lhe chegam no sentido de as separar da ganga de lendas e parasitismos que as poluem.

Quem não goste de percorrer caminhos asentes, apenas, em bases de conjectura e em contributos meramente afirmativos, experimenta uma penosa sensação de desencanto ao pretender catar origens ou, pelo menos, em seguir ao longo das raízes.

É já rotina começar por desentranhar da fileira o «Portugal Antigo e Moderno», de Pinho Leal, à cata, já não digo de informação substancial mas, ao menos, da esperança de um indício, e logo se topa com a afirmação de que «**Vacus** lhe chamaram os romanos...»; e fica-se na esperança de que o autor justifique, com qualquer documento ou vestígio, o conteúdo da informação. Mas, há que dizê-lo, fica-se de mãos vazias de qualquer fragmento de **tegula**, de escrito de autor antigo ou de mísero denário que dê encosto à afirmativa.

Nunca me surgiu no caminho da indagação qualquer elemento que me robustecesse uma esperança de ler um vestígio de romanização.

Não significa o que atrás ficou dito que me sinta com robustez de razões que me permitam optar pela negativa, mas julgo da mais elementar prudência colocar a hipótese entre parênteses até que seja possível catar, em qualquer entulho, um caco de **imbrice**, o canto de uma lápide, um naco de marco miliário ou o quer que seja que permita irrigar a conjectura da verosimilhança.

Por isso, discretamente, humildemente, opto por me ficar na **vaga** asserção de que Vagos é povoação muito antiga sem, contudo, ultrapassar a fundura medieval

onde se catam referências documentais que permitem não «falar por falar». E, mesmo assim, não tenho notícia de nenhuma fonte que esteja para trás do tempo de D. Sancho I embora, evidentemente, se possa afirmar a anterioridade da vila com base, exactamente, no documento da chancelaria daquele monarca e que adiante vai indicado:

«Sancius dei Gratia Portugalie Rex una cum fillis et filiabus meis. Facio cartam donationis et prepetue firmitudinis monastério Sancti Salvatoris de Ecclesiola et Priori eiusdem Monastério domno Suerio et fratribus ibi deo servientibus tam presentibus quam futuris de una mea hermita de **Vaágos** que vacatur Sancta Maria. Facta carta donationis et oblationis apud Montem maiorem XV Kls Septembris Ine^a Ma^a CC^a XXX^u VIII^a»

Sem pretender que este documento seja tido como certidão de idade de Vagos, julgo que merece ser considerado como prova, provada, da importância que, já na aurora do Século XIII, possuía a vila. Na verdade o documento é datado de 15 das Kalendas de Setembro de MCCXXXVIII da era de César o que, reduzido à era de Cristo, nos dá a data de 18 de Agosto de 1200.

Para além deste documento que é o mais antigo que conheço topei, ainda, com outro a que, muito tangencialmente, vou aludir a título de mera ilustração dos juízos atrás formulados. Assim, num rol de igrejas do Bispado de Coimbra do padroado régio de 1209 há uma referência a «*Sancta Maria de Vaagos*» e numa inquirição e registo de foros impostos aos moradores encontra-se também, uma referência a «*Vaágos e Sorens*», — a «*Sorens*» que corresponde ao actual lugar de Santa Catarina.

Numa carta de D. João I de 30 de Abril de 1394 nova referência aparece nos termos que a seguir se transcrevem:

«Sabede que os vereadores e os provedores e homeens boons desa villa (de Aveyro) Nos emiariom dizer que per os Reys que ante nos foram foi mandada per suas cartas que nenhummaa pessoa das comarcas da dita villa nom lançassem covãõas pera sibas nem pera outras cosas nas veas de **Vagos** e do dito logo daveyro e de suas e das outras comarcas da redor per hu corriam navyos de marear e deitavam Redes de pescar sob pena daquelles que o fizessem pagassem 1 livras da moeda antiggua e Serem presos e nom soltos ataa merçee del Rey».

Enxugue o leitor a transpiração nesta prosa vetusta antes de andarmos para diante onde se dará uma ligeira resenha do que há de essencial sobre o «Senhorio de Vagos» que data de 1384 por doação do Mestre de Avis, ainda defensor do reino, e que depois de rei o veio a perpetuar em 26 de Fevereiro de 1412 a João Gomes da Silva.

Em 24 de Fevereiro de 1650 o 10º Senhor de Vagos—João da Silva Telo de Meneses—foi feito Conde de Aveiras, sendo o décimo quinto Senhor—Francisco da Silva Telo de Meneses Corte Real—6º Conde, sido feito Marquês de Vagos em 1802.

O Senhorio viria a acabar com o décimo oitavo descendente e 4ª Marquesa, D. Maria José da Silva Teles de Meneses Corte Real.

De todo este passado (inclusive do importante Senhorio de Vagos) nada ficou que testemunhe qualquer grandeza do passado: nem capela, nem solar, nem simples túmulo, sabido, como é, que os Silvas tinham o seu panteom em S. Marcos. Apenas nuns brasões mutilados se topa, ainda, com o leão rompante dos Silvas a atestar a fidalguia passada...

De resto, se alguma construção avultou na chateza pobre da vila tudo se esborou em calíça, não deixando à vista, nem sequer, a graça de uma cantaria ou de padieira datada que se salvasse do entulho dos adôbes ou da taipa da construção.

Apenas um testemunho epigráfico se podia ler na parede do norte da Igreja matriz hoje demolida e que rezava assim:

EL REI DO(M) AFONSOO QV
INTO DEV ESTA IGREJA
AO MOSTEIRO DE S. MARCOS
AO QVAL ESTA VNDIA IN PER
PETVVM NO ESPIRITVAL E
TEMPORAL ERA D(E) 1452

Para além disto há a assinalar duas capelas da planta redonda, uma quase no extremo norte da vila e dedicada a Santo António e que é do Século XVII,



Capela de Santo António — Séc. XVII — à entrada norte da Vila.

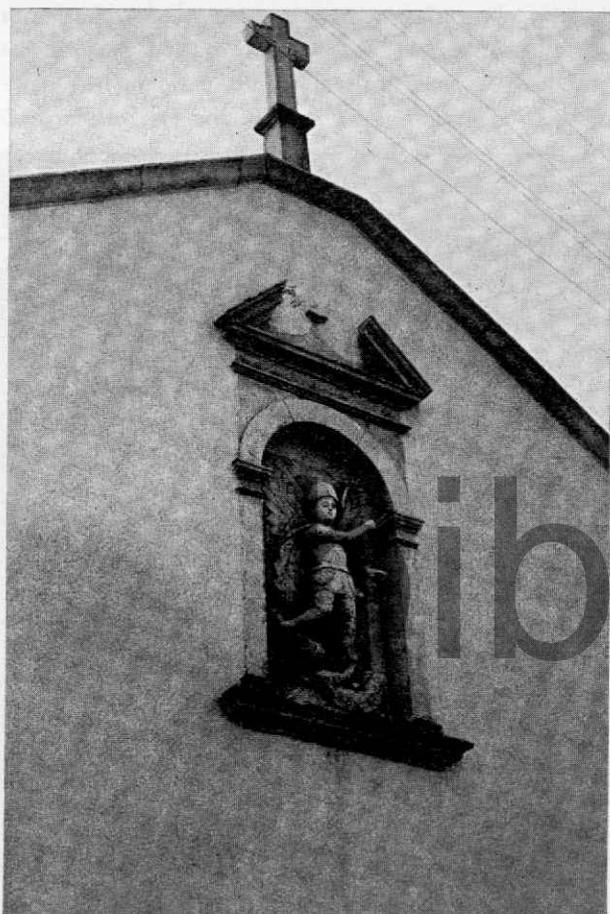
embora muito desfigurada por obras posteriores, e outra na entrada, do lado do nascente, dedicada ao Mártir São Sebastião, que ostenta, ainda, na padieira da porta uma inscrição que diz: + C 1614 ANOS + e que, há pouco tempo, foi vítima de uma bárbara agressão disfigurante quando lhe substituíram o gracioso telhado por um ignóbil funil de cimento armado, num total desrespeito pelo bom-senso, pela estética e pela anciania da graciosa construção.

Nestas rápidas anotações não pode deixar-se sem uma referência especial o Santuário da Senhora de Vagos que é, por razões de ordem vária, profundamente ligado à história de Vagos.

Sendo difícil desentulhar a sua história do parasitismo das tradições lendárias que envolvem o culto e que dão origem, até, a incongruências cronológicas do maior calibre, podemos, sem sombra de dúvida, dizer que o culto é muito antigo. Medievalmente conhecido como de Santa Maria de Vagos, o Santuário foi contemplado no testamento de D. Afonso II com 100 morabitinos («Ecclesia S Mariae de Vagos C morabit. pro meo aniversário»); e, também, D. Sancho II se não esquece dele atribuindo-lhe nas suas disposições testa-

mentárias 200 morabitinos («Sancte Mariae de Vagos CC morabit. pro meo aniversário, ex quibus comparent unam haereditatem»).

De um folheto de cordel publicado há anos (a publicação não tem a data em que foi impressa) transcrevemos, por pura curiosidade, o que a lenda, de mistura com alguma realidade histórica, teceu acerca do culto da Senhora de Vagos:



S. Miguel, na fachada posterior da Igreja de Sôza.

«Em quanto à origem d'esta Santa Imagem e da era em que se lhe edificou o seu Santuário, não há documento autentico e apenas a tradição nos diz alguma coisa sobre o assunto, não obstante haver alguma divergência.

Assim, segundo uns, a manifestação da Senhora fôra revelada em sonhos a um lavrador e a ele se atribue a fabrica da Ermida e da Torre, e ao mesmo se atribue a passagem do braço de mar a pé enxuto, e segundo outros a revelação fôra feita a El Rei D. Sancho 2.º, mas como quem fez a doação da Caza da Senhora ao mosteiro de Grijó, foi D. Sancho 1.º é natural que foi a este feita a revelação e não ao 2.º. Refere mais a tradição que, passando um navio francez pela costa de

Portugal, cujo capitão trazia n'ele uma formosa Imagem da Virgem, apanhou tão grande tempestade, que fez naufragar o navio, despedaçando-se na costa.

Entre o pouco que o capitão salvou foi a Imagem que n'ele trazia. Vendo-se o capitão na praia e temendo que lhe roubassem a sagrada Imagem, d'liberou escondê-la em uma mata que ficava à vista e distante do mar perto de uma légua e logo com os tripulantes do navio partiu para a Vila de Esgueira, povoação que lhe ficava mais próxima, a dar parte ao pároco da freguesia para que, com a devida veneração tratasse de a conduzir para a sua igreja ou dar-lhe condigna colocação.

Veio logo o paroco, acompanhado de muitas pessoas e chegando à mata onde o capitão havia ocultado a Imagem não descobriram o local aonde Ela tinha sido escondida, por mais diligências que para isso fizessem. Diz mais a tradição que, estando El Rei D. Sancho I na cidade de Vizeu lhe apareceu a Senhora em sonhos e lhe pediu que fosse áquele local onde se achava a sua Imagem e ali lhe edificasse uma caza aonde fosse venerada, e que o mesmo Rei não se detendo nem duvidando da revelação se pôs a caminho para dar cumprimento ao que se lhe pedira, sem outra guia alem da que o sonho lhe indicara e com muita facilidade se achou no sitio revelado aonde encontrou a sagrada Imagem, mandando logo edificar uma capela e levantar uma torre para defeza dos que assistissem ao culto da Senhora, pois que n'aquelles tempos os piratas mouros abordevam ás praias para cometerem latrocínios.

Fundou-se o Santuário da Senhora na referida mata que ficava afastada do mar aproximadamente uma legua, como já se disse, e a pequena distância da torre. D'esta se vêem ainda hoje duas paredes construidas com dura argamassa, e de pequena altura, mas diz a tradição que a parte enterrada na areia atinge uma altura considerável. A esta ermida applicou El Rei rendas para sua conservação e fabrica e crê-se que depois, fizesse doação aos religiosos de Grijó com todas as rendas e pertenças. Diz ainda a tradição que, pouco tempo depois a Santa Imagem foi colocada na sua ermida, um fidalgo das proximidades da Serra da Estrela, de nome Estevão Coelho, estando atacado de lepra, e tendo feito varias promessas a santos, não obteve remedio para tão terrivel doença, e tendo uma revelação em sonho de que n'aquela mata estava a milagrosa Imagem da Virgem e que ali se dirigisse e a venerasse, pois que por sua intercessão sararia, pôz-se a caminho em direcção ao local aonde a Senhora se encontrava conforme a mesma revelação, sem embaraço de um braço de mar ou rio que se metia de permeio junto á Vila de Vagos, o qual passou a pé enxuto no local denominado Soalhal, defronte da torre, rio este em que n'aquello tempo navegavam embarcações de grande tonelagem. Estêvão Colho não podia acreditar na exis-

palácio da justiça de vagos

palácio da justiça de vagos



PALÁCIO DA JUSTIÇA DE VAGOS

palácio da justiça de vagos

palácio da justiça de vagos

tencia de tal rio, não obstante os seus creados lhe dizerem que a sua demora fôra devida á passagem do rio que ainda hoje existe.

Tendo o devoto Estevão Coelho feito oração a Nossa Senhora de Vagos, logo se achou totalmente curando e vendo-se assim livre de tão feia e terrível enfermidade, fez voto á Santa Imagem de viver e morrer na sua ermida aonde de facto foi sepultado e deixou á Senhora muitas rendas que mais tarde, pela doação feita por D. Sancho aos religiosos de Grijó passaram para seu dominio. Sucedeu tambem por aqueles tempos, em que os milagres de Nossa Senhora de Vagos se tornaram conhecidos, soffrerem os povos de Cantanhede uma grande seca e esterilidade por espaço de quatro anos, em que todos os dias faziam deprecações ao Céu, e indo em procissão á Senhora de Varziela, ouviram tanger um sino para o lado do mar, e parecendo-lhes que era em S. Tomé de Mira, para ali se dirigiram até que, chegados lá, continuaram a ouvir o som do sino.

Proseguiram na jornada seguindo a voz do sino, vindo parar á ermida de Nossa Senhora de Vagos, que dista de S. Tomé tres legoas para o Norte.

Parou o toque do sino, e logo pela intercessão da Virgem e a rogo do povo de Cantanhede as nuvens se desfizeram em copiosa chuva. Em ação de graças por tão assinalado milagre, fizeram os povos de Cantanhede voto-irrevogavel de, em todos os anos na primeira oitava do Espirito Santo, virem em procissão ao Santuário de Nossa Senhora de Vagos, seguindo o mesmo caminho de S. Tomé e pela beira mar.

Nesta romaria faziam e ainda hoje fazem grandes festas e despesas em louvor de Nossa Senhora de Vagos, distribuindo bodos em dinheiro, carne, pão e vinho.

A esta romaria tambem concorria a Camara de Cantanhede, mas há bastantes anos que deixou de cumprir este religioso costume, desde que lhe cortaram no orçamento a verba a isso destinada.

Todavia os povos de Cantanhede e circunvisinhos ainda hoje tem uma grande veneração pela Senhora de Vagos.

Muitos anos depois da fundação da ermida foi necessário mudal-a para o local aonde hoje se encontra por causa da invasão das areias, e da antiga ermida não resta vestigio algum. Diz ainda a tradição que, conduzida a Imagem para a nova ermida, edificada a meia legoa da torre d'ali se retirou por quatro vezes para a antiga ermida aonde se achavam os ossos do seu ermitão Estevão Coelho e logo que se trasladou a sua ossada para a nova capela não mais a Senhora se retirou d'ela. Esta imagem com a invocação de Nossa Senhora de Vagos tem um metro e dez centímetros de altura e conserva no braço esquerdo a Imagem do Menino Jesus.

A ermida é de modesta estrutura e antigamente para a sua conservação, culto e despesas da fabrica concorria o Convento de Grijó.

Junto á ermida construíram-se umas casas que serviam para residencias dos ermitões. Os Condes de Cantanhede, pela grande devoção que tinham pela Senhora de Vagos, mandaram construir ali umas casas aonde vinham estar de novena e tambem para uso dos moradores da vila de Cantanhede e povos visinhos quando vinham á romaria. Tambem os senhores de Vila Verde quando viviam em Angeja mandaram construir outra casa aonde vinham estar de novena. Atualmente não existem vestigios destas casas.»

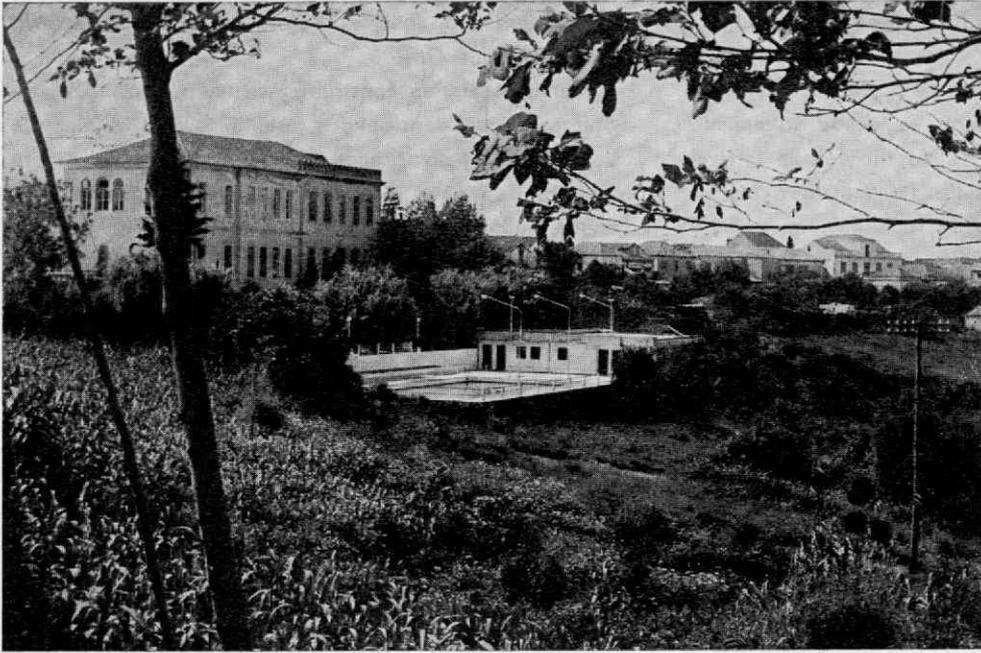
Há no decorrer deste relato uma referência a Estêvão Coelho que aparece, como miraculosamente curado de lepra por milagre da Senhora de Vagos. Trata-se da lenda a apoderar-se de um fundo real para construir a sua legenda, pois que, parece que, realmente, a existência de Estêvão Coelho como a sua ligação ao Santuário tem a sua realidade que pode até comprovar-se com testemunhos concretos.

Assim o Padre Nogueira Gonçalves aventa a hipótese, como muito provável, de que um pequeno escudo que existe cravado na parede, e acima do postigo que fica ao lado direito do portal do Santuário, e onde avulta, no meio do esparrinhado da cal com que barbaramente o cobriram, um leão rompante que aquele illustre investigador interpreta como do brasão dos Coelhos «sem a bordadura tradicional» e que «parece ter feito parte do Epitáfio de Estêvão Coelho, cavaleiro da ordem de Cristo, falecido em 1515.»

A Imagem da Senhora de Vagos, de calcáreo (coimbrão?), para além de estar mutilada, foi poluída na sua policromia originária pela tinta de um broxante (ou de vários broxantes (?)) que fez desaparecer a subtilidade da primitiva pintura. Encontra-se, além disso, envolvida por um vestuário adventício que não permite ver a escultura que, aliás, é vestida, nos seus paneja-



Fachada posterior da Igreja de Sôza



Vista da Piscina
e fachada posterior do
Edifício dos
Paços do Concelho

bibRIA



Paisagem das
praias marginais do
Rio Boco



Escudete com leão rompante que se presume tenha pertencido à lápide funerária de Estêvão Coelho

mentos. Tudo leva a crer que se trata de uma escultura do Século XIV e que bem mereceria um tratamento adequado em oficina especializada que a descapasse de repinturas desfigurantes e a restituísse à sua primitiva pureza estética.

Onde teria sido a primitiva capela é assunto muito controvertido embora, lhe tenha atribuído a localização junto da torre militar de que, ainda há pouco tempo, se viam uns restos de cunhal aflorando à superfície da duna, a menos de 2 quilómetros do actual Santuário. Também aqui a tradição oral se deixou infestar por contributos lendários que têm tido ressonância através dos tempos mas que — tudo o leva a crer — se encontram muito distantes da verdade. Teria a Torre militar sido construída para protecção da ermida? Ou, ao contrário, teria a fábrica da ermida aproveitado a Torre militar para lhe usufruir a protecção? E de quando será a construção dessa Torre, cujas paredes eram feitas de materiais miúdos e traduzindo a falta de pedra na região?

O actual proprietário do terreno onde existiram as «paredes da Torre» está interessado em fazer escavações no local que poderão vir a trazer alguma luz sobre o assunto, aguardando, com viva curiosidade, as possi-

bilidades de se esclarecerem alguns problemas emaranhados.

Para mostrar ao turista guloso de motivos de arte e arqueologia não tem Vagos coisa de monta. Do seu passado vetusto e do fausto dos Senhores de Vagos nada resta de importante a fazer saliência na paisagem. A erosão dos anos foi reduzindo a poeira a pouca consistência de construções que, porventura, tenham existido e em que a pedra, por carência local desta matéria, terá sido substituída pelo adôbe, de lama ou de argamassa, tradicional nesta região. Com excepção das duas «Capelas Redondas» já referidas e de um ou outro vestígio que penosamente se cata embutido numa parede ou guardado nalguma casa particular, tudo se esvaiu em pó se é que alguma coisa de notável chegou a existir.

Assim, nada mais resta ao viajante interessado que não seja regalar o sensório na paisagem almofadante e mimosa que cerca a vila e numa ou noutra miudeza que, sem preocupações de minúcia inventariante, nos permitimos indicar como contributo para um sumário roteiro.



Imagem da Senhora da Romã (Senhora de Rocamador) do século XIV (?), recentemente encontrada na parede de uma capela de Sôza.



IMAGEM DE NOSSA SENHORA DE VAGOS

Assim, no magro espólio da Igreja paroquial é de anotar um São Tiago de madeira do Século XVI já engraxado por um santeiro de mau gosto que lhe desvirtuou a policromia inicial, uma «Virgem com o Menino», do Século XVIII, também de madeira e que não pode ser considerada obra corrente, um S. Marcos do Século XV mas de características bastante populares, como, também vulgares, embora com o seu interesse; um Santo Estêvão e uma Santa Luzia do Século XVI. De anotar, também, a Custódia de prata dourada do Século XVII e a Pixide, também de prata dourada do Século XVIII e pouco mais.

*
* *
*

Não quero fechar estas ligeiras notas descritivas sem fazer uma referência à vizinha vila de Sôza que,



A Senhora de Rocamador da Igreja de Sôza
— Século XV

pela sua antiguidade, há interesse em anotar. Com efeito Sôza já aparece citada em 1088. Foi D. Sancho I quem deu Sôza em 1192 a Santa Maria de Rocamador («Ecclesie Sancta Mariae de Rupe Aamatoris de Villa que vocatur Sosia et fratrubus ibiden Deo servientibus»).

Parece poder concluir-se que terá sido em Portugal a sede da ordem monástica de Rocamados oriunda de França, do departamento de Lot.

Desse passado e do culto da Senhora de Rocamador existem como testemunhas duas imagens notáveis: a primeira e que, há muito tempo, se encontra na Igreja de Sôza, é uma «Senhora da Romã» que parece oriunda de oficina de Coimbra, é de calcário policromado, e data da primeira metade do século XV; a outra foi encontrada há pouco tempo, na altura das obras de restauro da Matriz de Sôza, e na parede de uma capela, pelo Reitor Fragoso que então paroquiava a freguesia e é, também, de calcário e com ligeiros vestígios de policromia já muito delidos; é um excelente exemplar que parece ser do Século XIV (?).

Damos neste trabalho fotografuras dos dois exemplares e, também, uma reprodução da primeira, executada, primorosamente, em biscoito na Fábrica da Vista Alegre.

Para além disto há ainda a referir um Cristo Crucificado — o «Senhor da Agonia» — obra do princípio do Século XIX que é de anotar pela sua minuciosidade oriunda de mão de artista de muito boa qualidade, quer pela escultura, quer pela policromia.

Do nosso tempo há a referir as obras de Arte do Palácio da Justiça: 2 baixos relevos do Mestre Euclides Vaz, 3 vitrais de Júlio Resende e uma bela cerâmica de Querubim Lapa, na sala de audiências.

Dilatar mais estas considerações que, aliás, não pretendem mais do que indicar o pouco que Vagos guarda no seu espólio, seria fazer prosa sem recheio e, consequentemente, ludibriar o leitor que sobre o que escrevi gastasse os olhos.

Por isso encerram-se, por aqui, as ligeiras considerações que se fizeram aí para trás para satisfazer uma solicitação que considerámos imperativa e a que, muito gostosamente, aderimos com a nossa boa vontade.

Vagos, 14 de Julho de 1975.

A Liberdade em Aveiro

Pelo P.^e João Gonçalves Gaspar

Na ânsia congénita de descobrir sempre mais alguma coisa do mundo desconhecido, de dar remédio às limitações que teimosamente o afligem e de encontrar explicações e respostas para as múltiplas interrogações do seu espírito insatisfeito, o homem tem procurado avançar com persistência por caminhos não desvendados e tirar conclusões de premissas certas ou prováveis.

Ao debruçarmo-nos sobre um traço constante e proeminente da história de Aveiro, qual é o sentido dos seus habitantes pela liberdade, surgem-nos logo umas tantas perguntas: — Será que para este jeito dos aveirenses tenha contribuído a terra onde se enraizaram? Será que, emigrados de várias partes, tenham trazido consigo a natural desabituação das tradições que encontraram nos povos vizinhos?

Se as perguntas são fáceis de fazer, as respostas são difíceis de dar, porque nos faltam pontos de apoio concretos.

Perscrutando o incógnito

Em determinada época da história anterior a Cristo, decerto que homens e mulheres desceram das alturas do interior ou, viajando por mar e aqui aportando, vieram de outras paragens. Encontraram um solo de aluvião, que se alargaria nos séculos futuros pelo afastamento da linha do mar; vieram a usufruir de caudais de água, uma doce e outra salgada, donde pescavam o peixe e colhiam o estrume para a agricultura. A terra mostrou-se-lhes fácil de trabalhar e branda para calcorrear; e esses homens e essas mulheres, talvez morando em casas cujas paredes eram de torrão e cujas coberturas eram de colmo, conseguiram fazer do seu novo habitat uma zona humanizada e tirar dos campos o sustento necessário à sua sobrevivência.

Mas não só. Com facilidade descobriram que quase

toda a água circundante, ao calor do sol ardente, ia desaparecendo e deixava no chão uma toalha de sal — ótimo elemento para temperar as parcas e rudimentares refeições. Era o princípio do salgado aveirense. Depois, o engenho e o esforço foram capazes de lançar no progresso a incipiente indústria, retalhando o pântano em quadrículos e tirando o máximo resultado da natureza.

Homens e mulheres, que se tinham habituado a dominar a terra, o mar e os elementos, naturalmente não aceitariam que outros os pretendessem dominar. Tendo vindo para ficar, aqui formaram uma colónia de imigrados que, apesar de oriundos de diversos quadrantes, todos se davam as mãos nas mesmas tarefas comuns, vencendo obstáculos e ultrapassando dificuldades.

Necessariamente surgiu uma nova povoação, exposta num montículo, à esquerda do canal do Cojo, perto da «caldeira», a qual, apropriando-se do termo comum, tomou o nome de **Alavario** — ou lugar por onde corre a água.

Não nos prenderíamos aqui a este topónimo, se não nos inclinássemos a descobrir nele mais um índice para a propensão liberal de Aveiro. Com efeito, podemos ver no **Alavario**, decompondo-o em três elementos distintos, as palavras **ala**, **avo** e **ariu**, nítidas referências a água livre, nas línguas primitivas não só da Península Ibérica como ainda da Europa Ocidental. (!)

Enfim... a água corrente, a grandeza do mar, a vastidão dos horizontes — tudo daria aos nossos antepassados o sentido da liberdade, à semelhança daquelas aves que eles viam esvoaçar sobre os campos que trabalhavam ou sobre a massa líquida que os banhava.

Um lugar na História

Como certificado milenário de Aveiro é tida a doação testamentária que a Condessa Mumadona Dias,

viúva do Conde Hermenegildo, senhora de grande nobreza e muito rica de bens e virtudes, fez ao Mosteiro de Guimarães a 26 de Janeiro de 959; entre as propriedades legadas, aí se referem as **terras in Alavario et salinas que ibidem comparauimus**. Por tal documento



CONDESSA MUMADONA DIAS
(Estátua existente em Guimarães)

No seu testamento, de 959, refere as terras e as salinas que possuía no «Alavario».

do século X é testificada a existência de uma Aveiro, nascida sob o signo do sal e desabrochando para a História.

Dada em 1187 por D. Sancho I a sua irmã D. Urraca Afonso — essa nobre senhora de quem a tradição local afirma ter possuído uns casais junto do arroio ou arrujo, em Eixo — por troca do castelo e do termo de Avô, Aveiro conseguia ser vila e cabeça de concelho no século XIII, talvez no reinado de D. Afonso III, desenrolando-se ao redor da igreja matriz de S. Miguel.

Como vimos, algumas das primeiras actividades do dia-a-dia de Aveiro foram, desde tempos remotos, a indústria salina, as pescarias e a navegação. A 29 de Maio de 1361, nas cortes de Elvas, os procuradores de Aveiro pediram a liberdade de fazer o sal que pudessem, abrogando-se a legislação contrária.⁽²⁾ Mais tarde, a 17 de Janeiro de 1434, El-Rei D. Duarte haveria de confirmar e outorgar aos pescadores de Aveiro todos os seus privilégios, foros, liberdades, graças, mercês e bons costumes, que sempre usaram e costumaram.⁽³⁾ Entretanto, a 14 de Abril de 1372, num documento assinado em Avelar, D. Fernando fazia a D. Leonor Teles livre e pura doação, entre vivos, da vila com seu termo e porto de mar e com todas as suas dízimas e portagens, tributos reais, direitos e pertenças dela, e ainda com o padroado das igrejas, entradas e saídas, montes, fontes, rios, ribeiros e pescarias.⁽⁴⁾

Mas... no começo do século XV, um incêndio devastador veio cortar abruptamente o esperançoso futuro de Aveiro. Olharam então para o burgo as autoridades da governação pública; por iniciativa de D. João I, que o Infante D. Pedro grandemente impulsionou, a vila foi reconstruída e cercada de muralhas, para defesa da sua liberdade ante possíveis ataques inimigos.

Os muros, começados em 1418 e terminados quatro anos depois, além de quatro postigos e de grande número de torreões, tinham nove portas: a sul, dando entrada na Rua Direita, a da Vila, ornada com o brasão do mencionado Infante e com a data de MCDXVIII; para oriente desta e em frente da Rua da Corredoura, a do Sol; seguiam-se as do Campo e do Cojo; a da Ribeira, situada junto à ponte e à Rua da Costeira; continuando para ocidente e para sul, encontravam-se as do Cais ou do Norte, a do Alboi, a de Rabães e a de Vagos — esta junto ao futuro Convento de Santo António. Crê-se que o arquitecto das muralhas teria sido Lourenço Eanes de Moraes, que foi o mestre de obras do Infante em Aveiro.

Dentro do plano de engrandecimento da vila, nesta ocasião, não é de esquecer a edificação do Convento Dominicano de Nossa Senhora da Misericórdia. Diz o cronista da Ordem em Portugal, Frei Luís de Sousa, que a fundação do Mosteiro se ficou a dever a uma milagrosa aparição da Virgem Maria a Afonso Domin-

gues, homem piedoso e de idade avançada, sobre um dos bastiões da muralha; para comemorar o facto, o Infante D. Pedro, amigo sincero dos dominicos e muito devoto de Nossa Senhora do Pranto, da Piedade ou da Misericórdia, alcançou do Papa Martinho V, a 19 de Fevereiro de 1423 — pouco antes da largada para as «sete partidas» — um breve pelo qual lhe era facultado estabelecer em Aveiro um convento para a Ordem. Efectivamente, a 23 de Maio, lançava-se a primeira pedra do edifício, que se tornou digno do seu fundador; foi-lhe dada como orago Nossa Senhora da Misericórdia, cujo retábulo se encontra hoje na primeira capela à esquerda de quem entra na actual igreja paroquial da Glória. O Capitulo Geral da Ordem, celebrado em Bolonha em 1426, registava expressa-

mente o advento da nova Casa de S. Domingos.

Com o mesmo propósito de engrandecimento da povoação, a 27 de Fevereiro de 1434 D. Duarte concedia o privilégio «ao concelho da vila de Aveiro para aí fazerem feira cada ano, que começará no primeiro de Maio e durará até ao dia de S. Miguel [8 de Maio], que são oito dias»; e «os que a ela vierem comprar e vender pagarão só meia sisa». (5)

O Infante D. Pedro, constituído por El-Rei, seu pai, como senhor de Aveiro «em sua vida», vira a doação confirmada pelo irmão, D. Duarte; a seguir, o sobrinho, D. Afonso V, novamente declarava D. Pedro e seus descendentes por senhores da vila «para todo o sempre», por carta passada em Santarém a 12 de Julho de 1448.

Entretanto, surgiam as lutas entre o Rei e o Infante e travava-se a desastrosa batalha de Alfarrubeira, em que D. Pedro perdeu a vida.

Como consequência, D. Afonso V, em 1499, doava Aveiro ao primo D. Sancho de Noronha, conde de Odemira; (6) mas, confiscada esta casa nobre pelo seu envolvimento numa conspiração contra D. João II, este Monarca fez mercê da vila à irmã, a Infanta D. Joana, recolhida no Mosteiro de Jesus, de Aveiro. A doação foi em 1485, conservando a donatária o senhorio até à morte, ocorrida cinco anos após. D. João II legou depois ao filho bastardo D. Jorge de Lencastre, em testamento de 24 de Setembro de 1495, Aveiro com suas lezírias e ilhas de dentro da foz — o que D. Manuel I confirmaria na maior parte, em 1500. Seguiram-se-lhe, na qualidade de donatários, os Duques de Aveiro, descendentes de D. Jorge. (7)

Com D. José de Mascarenhas, sentenciado e morto aquando da conspiração contra El-Rei D. José I, em 1758, terminaria a série destes senhores, passando a vila à posse da Coroa, donde não mais sairia.

Naquela altura do século de quatrocentos, a vila de 3000 habitantes estendia-se para fora das muralhas, formando na margem norte do canal a chamada **Vila Nova**, onde se fixava a classe marítima e a burguesia; para além da zona muralhada — a tradicional e nobre — surgia então estoutra, composta de gente dedicada às actividades marítimas, mercantis e piscatórias — os cagaréus. Mas não só: para sul da porta da Vila formava-se novo agrupamento habitacional, de pessoas que se ocupavam na cultura das quintas e dos campos — os ceboleiros; era o **Cimo de Vila**. Ainda extra-muros à ilharga da Ria e para ocidente, pululava um outro bairro, a cujo núcleo inicial, nascido junto de uma represa de águas paradas e barrentas, foi talvez dado, por razão da vizinhança do pântano, o nome de **Alavó** ou **Alabó** — o **Albói** dos nossos dias; (8) seria povo quiçá a viver modestamente, aufferindo o pão nos trabalhos da estiva.



CONVENTO DOMINICANO DE NOSSA SENHORA
DA MISERICÓRDIA

Relíquias da primitiva construção gótica

Assim nos aparece Aveiro de há quinhentos anos; D. Manuel I dar-lhe-ia novo foral a 4 de Agosto de 1515.

Santa Joana, teimosamente livre

Voltemos, porém, uns anos atrás. Na segunda metade do século XV, um novo facto decisivo ficou a marcar na história de Aveiro, que a engrandeceria diante das demais povoações portuguesas e que a impulsionaria no caminho da liberdade. Construído o Mosteiro de Jesus, cuja fundação fora autorizada pelo Papa Pio II em bula de 16 de Maio de 1461 e cuja primeira pedra fora lançada pessoalmente por D. Afonso V, nele veio habitar a Princesa Santa Joana, filha daquele Monarca e modelo de quem deseja viver com liberdade o seu ideal.

Certa vez encontrava-se no Porto D. Afonso V, com seus dois filhos. Ouviu dizer que iria proceder-se em Aveiro à profissão religiosa de várias dominicanas, algumas delas senhoras de nobre linhagem. O Monarca fez questão de, no regresso à capital, passar por Aveiro e, no dia 12 de Janeiro de 1466, assistia à comovente cerimónia, a primeira realizada no Mosteiro após a da Madre Brites Leitão, a superiora da comunidade que instituiu. Parece que a jovem filha do Rei, que ia nos catorze anos de idade, não teve a dita de assistir; porém, como se sentiria feliz, ouvindo narrar ao pai os diversos actos litúrgicos!... E tudo lhe entraria bem dentro da alma, que se abria já a anseios de espiritualidade. Seria até o começo do seu entusiasmo por Aveiro.

Foram passando os anos. D. Joana, senhora da casa paterna porque órfã de mãe desde pequenina, contava agora dezanove anos. Ia desabafando com D. Leonor, filha única do segundo casamento do Conde de Viana, D. Duarte de Meneses, que de há tempos pensava seriamente na vida religiosa. Criara-se assim viva amizade e ambas comungavam nos mesmos sentimentos, que desejavam concretizar.

D. Leonor colhia informes deste e daquele convento e, a pedido da confidente, procurava também notícias do Mosteiro de Jesus, de Aveiro, e do seu teor de vida austera e piedosa; e tais foram essas novidades que por Aveiro se decidiu. Uma vez aqui, apressou-se D. Leonor a informar a amiga, que lhe havia pedido mais pormenores. Efectivamente, D. Joana ficaria a saber que o cenóbio era um oásis de fervor, na oração, na penitência, na caridade, no trabalho, na alegria. À maneira que as missivas lhe iam chegando, cada vez se radicava mais na Princesa a aspiração de vir para Aveiro, que já tinha começado a amar; não desejava outro hábito senão o dominicano, nem outro convento senão o de Jesus.

Após o pedido feito ao pai, na altura do seu regresso do norte de África, ocorreu a experiência de Odivelas, bem contra sua vontade, junto das freiras bernardas; sempre visitada e importunada, a Princesa não encontrava aí a felicidade e a paz. Suplicou, então, ao Rei que a deixasse ir para longe da Corte; já na viagem, conseguiu demover o pai, que a queria em Santa Clara (Coimbra), e a caravana prosseguiu para Aveiro.

O que ela sofreu na ocasião! Houve protestos; Aveiro... rodeada de pântanos, era lugar de desterro e não morada de príncipes... Santa Joana, todavia, assumiu voluntariosamente a chefia do grupo, que chegou aqui a 30 de Julho de 1472; a clausura seria a 4 de Agosto seguinte. Ambicionava ser uma mulher livre, gozando da liberdade de se realizar na sua vocação. A 25 de Janeiro de 1475, na sala do capítulo, tomava o hábito das Irmãs Dominicanas.

Depois, pelos anos fora, ninguém, nem o irmão D. João II, nem os procuradores das cidades e das vilas, nem os bispos, nem a Corte, nem as ameaças, nem as perspectivas de casamentos reais, conseguiram retirá-la de Aveiro, onde foi vivendo a simplicidade da casa e a vida do claustro.

Se D. Joana se interessou pelo Convento de Jesus — a sua «Lisboa, a pequena» — mesmo no aspecto económico que não só no conforto moral, no afecto humano e no exemplo de santidade que dava às religiosas, também foi alma aberta para as gentes e coisas da vila, cujos habitantes considerava como se entregues aos seus cuidados e responsabilidades. Também ela procurou defender a liberdade de Aveiro ante as atitudes menos simpáticas ou as prepotências de estranhos.

Assim, por exemplo, os vereadores de Coimbra haviam tirado ao carpinteiro J. Fernandes o officio de assinador das medidas; a Santa Princesa, a 28 de Abril de 1483, escreveu-lhes uma carta, rogando que o retomassem nesse mester para, em sua velhice, o pobre homem ter galardão do muito tempo que servira (?).

Mas a sua acção na defesa da liberdade de Aveiro ficou sobretudo bem demonstrada na resolução do caso ocorrido em 1487, quando, em ocasião de peste, rareavam os mantimentos. A Câmara Municipal mandara vir da Ilha da Madeira um navio de trigo que, ao chegar, não pôde entrar na barra e rúmor para o Douro. Os tripeiros, ao darem com o tesouro, apreenderam-no e não autorizavam a saída do navio e da carga. Os nossos homens bons acorreram confiantes à Princesa, tornada sua irmã e conterrânea, a fim de interpor valimento junto do Senado do Porto. Santa Joana, de facto, escreveu aos portuenses a 4 de Outubro, fazendo-lhes ver que aquele carregamento pertencia a Aveiro. E conseguiu que se fizesse justiça.



S^a JUANA PRINCESA D. POR-
TUGAL, *Virgen, del Orden d Pred.^a a 12. de Março.*
1^a a Palm.^o Julp

PRINCESA SANTA JOANA

Modelo de quem deseja viver com liberdade o seu ideal

Com efeito, estava bem gravado na Princesa este sentimento tão aveirense: o da liberdade!... Ou não soubesse ela quanto lhe tinha custado conseguir a sua própria liberdade, ante as invectivas e agressões!...

Conta-nos ainda Margarida Pinheiro que os escravos mouros que lhe eram sujeitos, trazidos nas caravelas, confiava-os a quem os preparasse para o Baptismo. E, mal entrados no grémio da Igreja, logo lhe passava cartas de alforria, promovia-lhes casamentos, dotava os novos casais e ajudava-os na constituição da família conforme à dignidade cristã.

Diz-nos também a mesma biógrafa, testemunha dos factos, que, sentindo aproximar-se a morte, Santa Joana fez o testamento, que é um modelo de humildade e de caridade; o documento foi assinado a 19 de Março de 1490. Entre as disposições, tem excepcional importância a que se refere aos escravos e às escravas, seus filhos, filhas e descendentes, que deixou forros. E, nos derradeiros momentos, solicitou ao sacerdote que a assistia — o prior do vizinho Convento Dominicano — que, no domingo seguinte, pedisse por ela perdão ao povo da vila, recomendando que, a haver qualquer reclamação tida por justa, esta fosse apresentada aos seus procuradores; perdoava mesmo todas as dívidas de que fosse credora. Belo acto de libertação, criador de liberdade!...

Se o povo de Aveiro queria tanto à sua protectora e amiga, mais se teria enternecido com a magnanimidade desta última atitude, que foi uma extraordinária prova de interesse e de amor pelas nossas gentes. Por isso, após a morte ocorrida a 12 de Maio de 1490, confundindo-se com o som plangente dos sinos da vila, podiam ouvir-se os comentários tristes à triste nova: — Morreu a mãe dos desamparados! Deus levou-nos a libertadora dos oprimidos! Desapareceu dentre nós quem nos valia nas aflições!...

Na liberdade do mar

O nome de João Afonso de Aveiro figura, com merecimento e relevo, na história ímpar da gesta heróica dos descobrimentos portugueses e nas páginas da nossa literatura. É cheia de enigmas a sua biografia, em que há perguntas sem respostas claramente demonstradas:

— Será o mesmo João Afonso de Aveiro o homem da literatura e o homem do mar? Em geral admite-se que são dois indivíduos diferentes; mas nada obsta a que sejam a mesma pessoa, que se tenha dedicado não apenas à navegação e ao comércio mas também à poesia na Corte, em boa camaradagem com muitos outros poetas palacianos. Escreveu poemas; o seu nome figura entre os autores do século XV e no **Cancioneiro** de Garcia de Resende.

— O pronome **de Aveiro** indicará a sua naturalidade ou será apenas um apelido familiar? Comumente tem-se por sinal da terra onde terá nascido, e isso é-nos extremamente agradável. Todavia, há também quem opine — e com certo fundamento — que João Afonso de Aveiro teria nascido em Coimbra, sendo seu pai Afonso Domingues de Aveiro, o Moço, que por sua vez descendeu de Afonso Domingues de Aveiro, o Velho — este nado, baptizado e criado em Aveiro e que, no actual Rossio, adquirira uma marinha de sal. É ainda este Afonso Domingues de Aveiro que nos aparece como partidário do Mestre de Aviz; vivendo em Coimbra, tomou parte nas cortes que aí se realizaram em 1385, como procurador dos concelhos de Coimbra e de Aveiro, para nomearem e aclamarem D. João I como Rei de Portugal. Foi denodado batalhador das liberdades nacionais.

Na actividade marítima, João Afonso de Aveiro foi um dos homens de D. João II que desvendaram os segredos da terra e do mar, no caminho da Índia. Navegou pela Guiné, redescobriu o reino e as terras de Benim e estabeleceu uma feitoria no porto de Gató, para tráfico de escravos e comércio de pimenta, marfim, ouro e outros produtos. O primeiro cronista que se lhe refere é Rui de Pina que, na **Crónica d'El-Rei D. João II**, diz o seguinte:

— «Neste ano [1484] foi primeiramente descoberta a terra de Benim além da Mina nos Rios dos Escravos por João Afonso de Aveiro, que lá faleceu; donde a este Reino veio a primeira pimenta da Guiné cujas mostras foram logo enviadas à Flandres e a outras partes e foi logo havida em grande preço e estima. E o rei de Benim enviou a El-Rei um negro seu capitão dum lugar de porto de mar, que se diz Uगतó, como embaixador, desejoso de saber novas destas terras cujas gentes souberam lá por grande novidade. Era este embaixador homem de bom repouso e natural saber, foram-lhe feitas grandes festas e mostradas muitas coisas boas destes Reinos. E foi retornado a sua terra, em navio d'El-Rei, que à sua partida lhe fez mercê de vestidos ricos para ele e sua mulher; e assim enviou por ele ao rei um rico presente de coisas que ele entendeu que muito estimaria. E assim santos e muito católicos conselhos com louvadas admoestações para a fé, repreendendo as heresias e grandes idolatrias e feitiçarias de que naquela terra os negros usam. E com ele foram logo novos feitos d'El-Rei, para lá estarem e resgatarem a dita pimenta; e assim algumas outras coisas que para os tratos d'El-Rei pertenciam. Mas por a terra se achar depois de muito perigo e doenças, e não ser de tanto proveito como se esperava, o trato se desfez».

João de Barros, na sua *Ásia — Década I*, atribuiria a João Afonso de Aveiro uma acção decisiva na descoberta da Índia e diria que o navegador informara D. João II de que, para oriente de Benim, a cerca de duzentas e cinquenta léguas, «havia um rei, o mais poderoso daquelas partes, a que eles chamavam Ogané, que entre os príncipes pagãos das comarcas de Benim era havido em tanta veneração, como acerca de nós os Sumos Pontífices»; era este soberano quem confirmava os reis de Benim. D. João II entenderia erradamente tratar-se do decantado Preste João das Índias.

João Afonso de Aveiro, falecido na Guiné em 1487, é bem o protótipo dos nossos mareantes que, consagrados às actividades do tráfego comercial por rotas oceânicas, receberam influxos de outras gentes e de outras civilizações e, insensível e concomitantemente, foram alicerçando em si próprios um sentido emancipador de liberdade em face das apertadas e estagnadas tradições ancestrais. A burguesia marítima destacava-se no conceito social de Aveiro e naturalmente, pelo seu modo de vida mais confortável pelos lucros que auferia, levava muitos elementos da população rural a buscarem trabalho sobre as largas ondas. O mar continuava a fortalecer nos aveirenses uma tendência liberal, que os tornava insubservientes a escravizações de nobres, insubmissos no seu íntimo a injustiças de prepotentes, apenas dobrando os joelhos ante

o Senhor da terra e da água. Apesar de pouco expansivo em exteriorizações, o nosso povo parecia já ter o sentido de independência na ordem, sem deixar de atender aos seus deveres dentro da sociedade nacional.

Um mestre conservador e um padre progressista

Citando palavras de Eduardo Cerqueira, «há, decerto, entre os aveirenses nossos maiores os que afinam pelo diapasão e compasso dos que regem a governação e o pensamento, e, solistas embora, participam no coro geral»; (10) Aires de Figueiredo Barbosa, célebre humanista de latim e grego, é um deles. A sua vida decorreu no último quartel de quatrocentos e na primeira metade do século XVI; em 1496 teria começado a carreira docente na Universidade de Salamanca como professor contratado de Grego, em 1503 era nomeado professor proprietário da cadeira de Retórica e mais tarde, em 1509, concorria e era aprovado na cadeira de prima de Gramática, vendo satisfeita a sua aspiração de professor de Latim. Até fins de 1523, data em que foi jubulado, ensinou sempre as duas línguas clássicas, mas a grega com mais distinção, motivo por que ficou conhecido pelo epíteto de «Mestre Grego». Depois, até 1530, vêmo-lo na Corte Portuguesa a instruir em humanidades o Cardeal Infante D. Afonso, que então tinha catorze anos de idade, irmão de D. João III.

Aires Barbosa, que viria a falecer em Esgueira, nas suas pousadas da Rua da Corredoura, a 20 de Janeiro de 1540, «apegara-se conservadoramente às ideias, digamos, oficiais do tempo, que sofriam as primeiras fendas. Esse mesmo, todavia, para defender o imobilismo do pensamento radicado, sai à liça e quebra lanças. Não se cala, reponta. Não deixa correr, aperta os freios e pospõe obstáculos, que suporá irremovíveis, às novas correntes desgarradas. É do seu tempo, integralmente, e não vislumbra o futuro de que apontam arrebois, mas corre como que uma cortina para não ver, nem deixar que se veja uma nova aurora, com novas luzes mais cintilantes». (11)

O nosso humanista, na *Antimoria*, que redigiu em verso latino durante os últimos anos de vida, exalta a sabedoria cristã, opondo-se ao *Encomium Moriae (Elogio da Loucura)*, que o célebre Erasmo de Roterdão publicara em 1501. Havia muito tempo que Aires Barbosa desejava realizar este seu sonho dos verdes anos, pondo por escrito ideias que ensinava aos discípulos; mas só o conseguiria ao ver-se liberto dos trabalhos universitários e da educação de D. Afonso.

Tão dispar na vida e no pensamento é o Padre Fernão de Oliveira — ou Fernando Oliveira — nascido

em Aveiro em 1507. Desde já, não o julgemos como observador estrito da disciplina eclesiástica nem como homem rigoroso no cumprimento de programas; é que ele, no decorrer da sua existência, mostrou-se dotado de um carácter irrequieto e pouco maleável. Henrique Lopes de Mendonça, deu-nos um retrato completo deste insigne aveirense:

— «Filólogo como João de Barros, aventureiro como Fernão Mendes Pinto, perseguido pela Inquisição como Damião de Góis, navegador como D. João de Castro, porventura o único dos escritores de arquitectura naval do seu tempo e do seu País, ele tem além disso para recomendá-lo à consideração da posteridade uma vida tão cortada de peripécias que constitui um verdadeiro romance. Foi clérigo e foi soldado, foi marinheiro e foi diplomata, esteve prisioneiro em mãos de ingleses e em mãos de turcos, gemeu nos cárceres do Santo Ofício, teve relações com homens eminentes do seu século». (12)

Figura curiosíssima da nossa era quinhentista e precursor em vários ramos do saber, que não deslustra a época de Camões, escreveu em 1536 a **Gramática da Linguagem Portuguesa**; além disso, são de sua autoria a **Arte de Navegar**, o **Livro da Fábrica das Naus** e **A Arte da Guerra do Mar**. Se acolá ele tem a glória de ser o primeiro a codificar em letra de forma o nosso idioma, aqui conseguiu estabelecer normas técnicas para a navegação, bases reguladoras da construção naval e princípios militares bélicos. Lendo as suas obras literárias, surpreende-nos uma tão vasta erudição clássica: os grandes vultos da antiguidade, tiranos, guerreiros, escritores, poetas, filósofos, humanistas, luminares da Igreja, são frequentemente citados por Fernão de Oliveira.

Desassombrada e energeticamente condenou as guerras movidas por cristãos contra infiéis e também considerou odiosa a prática de os escravizar, como então se fazia sem escrúpulos nem reservas, mesmo entre povos tidos na vanguarda da civilização. «Não podemos fazer guerra justa aos infiéis que nunca foram cristãos, como são os mouros e judeus e gentios que conosco querem ter paz e não tomaram nossas terras nem por alguma via prejudicaram a Cristandade» — escreveu o nosso ilustre aveirense n' **A Arte da Guerra do Mar**, continuando: — «Porque com todos é bem que tenhamos paz, se for possível; [...] os quais melhor converteremos à fé e mais edificaremos nela com exemplo de paz e justiça que com guerra ou tirania. Tomar as terras, impedir a franqueza delas, cativar as pessoas daqueles que não blasfemam de Jesus Cristo nem resistem à pregação de sua Fé, quando com modéstia lha pregam, é manifesta tirania». E avança no seu justo raciocínio, sob os ditames de um espírito tolerante e amigo da liberdade:

— «E não é nesta parte boa escusa dizer que eles se vendem uns aos outros, que não deixa de ter culpa quem compra o mal vendido e as leis humanas desta terra e doutras o condenam, porque, se não houvesse compradores, não haveria maus vendedores, nem os ladrões furtariam para vender. [...] Não se achará nem razão humana consente que jamais houvesse no mundo trato público e livre de comprar e vender homens livres e pacíficos, como quem compra e vende alimárias, bois ou cavalos e semelhantes. Assim os tangem, assim os constangem, trazem, e levam, e provam, e escolhem com tanto desprezo e ímpeto, como faz o magarefe ao gado no curral. Não somente eles, mas também seus filhos e toda a geração, depois de que nascidos e cristãos, nunca têm remissão. [...] Os que vão buscar esta gente não pretendem sua salvação e consta que, se lhes tirarem o interesse, não irão lá. [...] Quanto mais que muitos não ensinam a seus escravos como hão-de conhecer e servir a Deus, antes os contrangem fazer mais o que lhes eles mandam que a lei de Deus e da sua Igreja, tanto que nem os deixam ir ouvir Missa nem Evangelho, nem sabem a porta da igreja para isso, nem guardam domingos nem festas». (13)

A citação saiu demasiada; mas por ela vemos a tempera de Fernão de Oliveira, que não transigia com o cercear das liberdades fundamentais e que desejava uma sociedade onde os homens se respeitassem mutuamente, sem explorações nem atropelos. Sempre que encontrava motivo para verberar pessoas ou acontecimentos, não se retraía; mesmo aos possíveis críticos das suas obras ousou lançar um desafio no final da **Gramática da Linguagem Portuguesa**:

— «Eu não dou licença que alguém possa ser meu juiz, senão quem ler os livros que eu li e com tanto trabalho e tão bem ou melhor entendidos. E, ainda assim, a sentença há-de ser que para meus erros escrevam da mesma matéria outras obras melhores, nas quais mostrem saber mais que eu disto de que falámos».

Aventureiro capaz de conviver igualmente com nobres e marítimos, mas sem nunca perder a índole naturalmente rebelde e franca, já pressentimos que este clérigo é uma das figuras mais complexas da Renascença em Portugal, manifestando largueza de vistas e arrojo de opiniões, que soube manter mesmo em oposição às instituições da época. Não se sentindo bem na regra e no hábito dos frades dominicanos, ainda novo conseguiu excluir-se e passou a trajar como os leigos. Mas não só. Certa vez, passando pelo Tejo uma armada francesa, alistou-se clandestinamente como piloto numa das galés e seguiu para o Canal da Mancha; chegado aqui, deram-se lutas entre ingleses e franceses, primeiro com sorte indecisa, mas depois, em 1546, com favor para os bretões. O

Padre Fernão de Oliveira foi feito prisioneiro e levado para a Inglaterra, onde rapidamente travou relações com o próprio Rei Henrique VIII. Na Grã-Bretanha degladiavam-se então os conservadores católicos e os protestantes reformados—estes favorecidos pelo Monarca; decerto que, no ambiente de disputa, ao espírito revoltadiço e céptico do antigo dominicano não foi indiferente a hostilidade contra a supremacia do poder papal. Pois se Fernão de Oliveira havia de se manifestar mais tarde contra o abuso na veneração das imagens e de condenar os milagres sem provas, que julgava uma exploração do povo ignorante!...

Regressando ao Reino, em 1547, logo começou a publicar ideias heterodoxas acerca do Catolicismo, com escândalo dos ouvintes. Não tardaria que o nosso aveirense quinhentista caísse nas garras da Inquisição e sofresse castigo, por mais do que uma vez, nas suas implacáveis cadeias.

Foi desta forma toda a existência conturbada do Padre Fernão de Oliveira. Os últimos anos da sua vida passaram-se na obscuridade, de modo que nem sequer se tem conhecimento exacto do lugar e da data da sua morte. Apenas se sabe que, em 1565, já com cinquenta e oito anos, D. Sebastião lhe concedeu uma tença de 20.000 réis anuais, na qualidade de clérigo de Missa que lera casos de consciência no Convento de Palmela; um desses casos seria o que respeitava à rebeldia em que se consumira contra alguns preconceitos do tempo e contra entidades poderosas que os defendiam.

Na história da liberdade em Aveiro, não se pode esquecer este homem do século XVI, criatura de tão singular psicologia, de tão malbaratada actividade, de tão surpreendente erudição e de tão grande perspicácia.

Vila Notável

Entretanto, dava-se o enfraquecimento de Portugal, após a epopeia dos descobrimentos, motivado pelas lutas da sucessão no trono. D. António, Prior do Crato, foi derrotado na batalha de Alcântara, a 25 de Agosto de 1580, pelas tropas espanholas comandadas pelo Duque de Alba. Fugindo precipitadamente por Sacavém, D. António dirigiu-se para o norte, passou por Santarém, que o não recebeu com agrado, e chegou a Coimbra, onde foi esperado com demonstrações de alegria; depois de retemperar as forças e de juntar cerca de cinco mil homens, resolveu atacar Aveiro, que não lhe era favorável. Apesar da viva resistência que ofereceu ao invasor, a vila cedeu ante a força do Prior do Crato; abertas violentamente as portas da muralha, foi saqueada de quanto tinha, sem lhe ficar nada: pratas, roupas, sal, móveis,

dinheiro—tudo levou esse bando de soldados, logo que entrou nas ruas de Aveiro. Estabelecido o seu centro de defesa no largo do Rossio, não longe da ponte e da porta da Ribeira, D. António mostrou-se duro para com a população e para com os nobres, em vexames, desacatos e enforcamentos. Essas atitudes de amesquinhamento levariam Aveiro, amante da liberdade, a emparceirar ainda mais ao lado das pretensões do Rei de Espanha e dos seus desejos.

Filipe I de Portugal não foi insensível às mostras de fidelidade dos nossos antepassados e procurou valorizar a vila de Aveiro. A 12 de Maio de 1581 faliu-lhe a seguinte mercê:—«Que os da governança dela e seus descendentes que da mesma maneira pelo tempo em diante forem da dita governança possam gozar e gozem dos privilégios concedidos pelos reis passados destes Reinos à cidade de Coimbra»; e, no dia imediato, elevou-a à categoria de «Vila Notável», atendendo à grandeza da povoação «e havendo outrossim respeito aos muitos serviços que os moradores dela têm feito aos reis meus antecessores e aos que espero que ao diante a mim façam e a meus sucessores, e a ser povoada de muitos fidalgos cavaleiros e pessoas de nobre geração e criação, e casas nobres e de criação dos reis destes Reinos, e acompanhada de outro muito povo, e por ser cercada de muros e enbrecida de igrejas, mosteiros e de muitos edifícios e casas nobres».

Um daqueles fidalgos era, por exemplo, Fernão Gabriel da Veiga, falecido uns anos após, em 1588. Sendo um valoroso militar é pertencendo à Casa de D. Jorge, Duque de Aveiro, foi maltratado e detido pelas tropas do Prior do Crato; conseguindo fugir da prisão, embora com o sequestro dos bens que possuía, seguiu na «Armada Invencível». Destroçados os barcos espanhóis por uma horrorosa tempestade, o ilustre aveirense salvou-se a nado, mas, exausto, não logrou sobreviver.

Outra aveirense de nobre linhagem aqui nascida uns anos depois, a 23 de Fevereiro de 1586, filha dos primeiros Condes de Miranda do Corvo, foi D. Beatriz de Vilhena. De tenra idade, esta senhora saiu para Madrid, onde foi nomeada dama do Paço por D. Margarida de Áustria, mulher de Filipe II de Portugal e III de Espanha. Notável pela inteligência, erudição e formosura, recusou todas as propostas de casamento e veio a professar num Mosteiro de Capuchas, ficando-nos a fama das suas qualidades e virtudes. (14)

Uma gaiata travessa

É da época filipina uma filha ilustre de Aveiro, Antónia Rodrigues, nascida a 31 de Março de 1580, segundo opinião mais corrente; era da freguesia da

Apresentação, onde se situava o bairro piscatório — aglomerado de casas modestas, muitas cobertas de colmo. Filha da arraia miúda e humilde, contou em poucos anos de idade largos merecimentos e morreu tão ilustre que podia ser timbre das heroínas da Grécia e de Roma — no dizer do Padre António Carvalho da Costa, na **Corografia Portuguesa**.

Seu pai, Simão Rodrigues, era marítimo de profissão e sua mãe, Leonor Dias, ocupava-se nos trabalhos domésticos e nos cuidados do marido e dos filhos. Como os rendimentos do casal fossem poucos, a Antónia foi, nos seus verdes anos, para a companhia de uma irmã casada que vivia em Lisboa. Na capital, a nossa adolescente não teve boa aceitação e era mesmo maltratada pela irmã e pelo cunhado — o que criou no espírito insubmisso de Antónia Rodrigues o sentido da revolta e da libertação; a pobre rapariga levava com obediência forçada uma vida desgostosa.

Mas... por pouco tempo; deslumbrada com as aventuras contadas pelos capitães dos navios que regressavam a Lisboa, vindos de outras paragens, a pequena começou a sonhar «com os esplendores do Oriente, com os jardins de Ceuta, com os dramáticos encontros afrontando piratas no alto mar e com os cercos famosos das fortalezas de África e da Índia, em que as mulheres representavam por vezes tão insigne papel» — nas palavras do Conde de Sabugosa. E a sua índole de aventureira na liberdade independente, com origens nas ruelas da **Beira-Mar** de Aveiro ou no pequeno barco do pai pela ria e pelo oceano, ia sendo estimulada pela tentação de correr mundo.

Soltando o brado da emancipação, juntou umas pequenas economias, fugiu da casa da irmã, comprou e vestiu um fato conforme ao traje dos moços que serviam nos navios mercantes, cortou o cabelo e, indo ao cais da Ribeira, contratou-se com o mestre de uma caravela que, carregada de trigo, se apresentava a zarpar para Mazagão, no norte de África. Conseguindo ocultar a sua feminilidade, trabalhou de grumete com o nome de António.

Uma vez em Mazagão, foi o capitão-mor da Praça avisado de que o mestre do navio fizera furto e falsidade no trigo que levava; abriu-se uma devassa e Antónia Rodrigues, sem temer represálias, falando com decisão e declarando toda a verdade, descobriu a desonestidade do mestre. Por isso, o capitão-mor não consentiu que o grumete voltasse ao reino naquela caravela, para que ninguém lhe fizesse mal, e alistou-o entre os soldados de infantaria. Tornou-se hábil no manejo das armas, camarada dos seus colegas, exemplar no seu comportamento, sempre conseguindo encobrir a sua condição de mulher. Sendo de inteligência arguta, denunciou a tempo uma conjura dos mouros que se preparavam para, numa noite, fazerem

uma sortida, matarem pessoas e destruírem as searas. Tendo-lhe sido dado o comando de um troço de tropas, dirigiu as manobras de tal forma que liquidou completamente o inimigo. No regresso, Mazagão recebeu-a com delírio e aclamações. Passados alguns meses, o capitão-mor incorporou-a na cavalaria; começaria então o período mais famoso da sua carreira militar.

Não pretendemos analisar com as coordenadas do nosso tempo os factos e os acontecimentos do século XVI. Cada época tem a sua maneira de ser, com os seus claros e escuros, com as suas qualidades e defeitos, e as acções dos homens têm de ser julgadas no ambiente em que eles viveram. Embora descubramos no comportamento social dos tempos passados aspectos negativos de baixa escala, nós nunca devemos praticar a injustiça de julgar os homens desencarnando-os do contexto histórico em que estiveram integrados. A Cristandade ainda vivia sob o medo das terríveis incursões mouras; a Europa não só procurava defender-se das razias da «guerra santa» dos árabes, como até procurava castigá-los noutras regiões, para criar várias frentes de conflito e desviar as atenções dos seguidores de Mafoma. Estão nesta linha as flagelações com que os portugueses os castigavam no norte de África e mesmo na longínqua Índia. Eram restos do espírito medieval da Cruzada.

Antónia Rodrigues — ou António Rodrigues — aparece-nos envolvida nas operações militares à volta de Mazagão, em defesa da Praça contra os ataques e as surpresas da mourama. Avantajava-se aos outros na destreza das cavalgadas; «e no cometer aos inimigos nas empresas maiores e de importância, sempre o capitão o nomeava e mandava na dianteira, como ao mais destro cavaleiro que tinha» — informa Duarte Nunes do Leão. Espalhava o terror nas hostes inimigas, realizava prodígios de audácia militar em inúmeras correrias e combatia encarniçadamente de tal sorte que lhe deram o epíteto de «Terror dos Mouros».

Assim viveu durante cinco anos Antónia Rodrigues, ocultando o segredo do seu sexo e servindo o exército com traje de homem. Mas, agora que estava na pujança da juventude, não podia continuar a viver como rapaz. Abriu-se voluntariamente a um sacerdote digno e austero, e os dois foram ao capitão-mor. Combinou-se que Antónia Rodrigues abandonasse o exercício das armas, o uniforme de soldado e os vestidos de varão. Decerto que logo tinha de correr a fama por toda a Praça, que a estimava, como homem de luta e agora a reconhecia como donzela. «Invejando todos em tão humilde fortuna tão nobre coração, não cessavam de encarecer a honra que soubera ganhar, menos vencendo tantas vezes o inimigo na campanha, que triunfando da mesma natureza nos viciosos quartéis da soldadesca, virtude que se deve contar nesta

heroína por primeira entre outras muitas» — assim escreveu Frei João de São Pedro.

Tendo casado, regressou ao Reino, onde foi galardoada com mercês régias e onde viria a falecer. Na nossa recordação e na nossa história, ficou-nos este grande exemplo de decisão, energia, independência, aprumo e heroísmo. Sobretudo o que nos surpreende é a conquista da sua própria liberdade, na vitória sobre si mesma e sobre o ambiente que proximamente a rodeava. Antes de ser valente militar, soube ser mulher superior. Para nós, Antónia Rodrigues é mais um testemunho da maneira de ser das gentes de Aveiro, que também souberam marcar a sua individualidade na epopéia dos descobrimentos e das conquistas.

A barra e o índice demográfico

Entretanto, neste século XVII, mesmo sob a dominação filipina, Aveiro conheceu um período de certo progresso material, atestado ainda hoje por edifícios desse tempo. Ergueu-se a singular fábrica pós-renascentista da igreja da Misericórdia, construiu-se o Convento do Carmo, fundou-se o de Santo António e apareceram diversas casas que subsistem por aqui e por ali, sobretudo na velha Rua Direita e na Vila Nova. Ao longo do século seguinte, levantaram-se os Conventos das Carmelitas de S. João Evangelista e das Franciscanas da Madre de Deus em Sá e o Recolhimento das Terceiras Capuchas de S. Bernardino. No primeiro quartel de setecentos edificou-se outrossim a capela do Senhor das Barrocas, tão venerado da gente do mar, e o século culminou com a feitura da Casa da Câmara.

Mas as vicissitudes de Aveiro têm estado sobremaneira ligadas às condições da nossa barra; por isso, até podemos acompanhar o índice populacional da povoação pelas flutuações na localização da referida barra. Assim, por 1200, formada a nova linha de costa pelo depósito de areias, a barra achava-se na Torreira; nos fins do século XV encontrava-se quase obstruída perto de São Jacinto, e uma peste, causada pela estagnação das águas, dizimava Aveiro, que se via reduzida a cerca de 3000 habitantes; à volta de 1580 a barra estava fixada na Costa Nova do Prado e os habitantes da vila ascenderam a uma cifra jamais atingida até então. Era tal o progresso que, em 1572, a população alcançava o número de 11 365, contudo apenas as pessoas de comunhão, de sorte que o Bispo de Coimbra, D. Frei João Soares, recentemente chegado do Concílio de Trento, achou excessiva aquela população para a única freguesia de S. Miguel e, por provisão de 10 de Julho desse ano, criou mais três paróquias: Espírito Santo, Apresentação e Vera-Cruz.

Posteriormente, nos meados do século XVII, a barra

encontrava-se na Vagueira e, em 1756, caminhava ainda mais para o sul, para perto do limite do concelho de Mira, e Aveiro voltava a decrescer para cerca de 10 000 habitantes, e até para cerca de 7 000, em 1774. Havemos também de nos referir à fixação definitiva da barra em 1808; desde então a cidade não cessaria de subir no ritmo demográfico.

Na restauração da liberdade nacional

Foi em 1640 que se deu o levantamento nacional contra a dominação espanhola. A 1 de Dezembro, um grupo de fidalgos, concretizando e aglutinando a vontade de um povo, ergueu o brado da revolta e, expulsando o domínio estrangeiro, proclamou D. João IV como nosso Rei.

Para as campanhas da chamada Guerra da Restauração, que se prolongou por muitos anos, foram alistados militares por todo o País, cujas idades iam de vinte a quarenta anos.

Também os homens de Aveiro, englobados no movimento geral de libertação, ajudaram a consolidar a independência nacional, após o golpe revolucionário. Formaram-se diversas companhias e esquadras com seus capitães — a de São Miguel, a do Espírito Santo, a da Vera-Cruz... — que agruparam heróis desconhecidos, é certo, mas soldados beneméritos de uma Pátria que se queria livre, a viver a sua sorte e a sua liberdade.

É bem significativo para nós o alvará de 12 de Abril de 1641, em que D. João IV confirmou todos os privilégios de que Aveiro gozava por concessões anteriores, manifestando aos aveirenses a maior gratidão, tanto pela sua constante fidelidade aos Reis de Portugal, como por «ajudarem a sustentar a independência da Pátria com suas pessoas e fazendas». (15)

Seria etnocentrismo estreito, de vistas apertadas, se os aveirenses não estivessem abertos aos superiores interesses nacionais. Quando a Pátria está em jogo, há que defendê-la e trabalhar por ela, ultrapassando as barreiras do burgo. Talvez mesmo acontecesse que, lutando pela liberdade, os aveirenses estivessem a abrir horizontes à sociedade portuguesa... Os sinais dos tempos manifestam-se de muitos modos.

Um agente da Revolução Cultural

O século XVIII — conhecido por «século das luzes» — foi um tempo de mutação profunda e ampla em muitos sectores da sociedade europeia; e sucedeu até que, antes de acontecer a transformação revolucionária na ordem dos factos, já se verificara uma outra transformação no campo das ideias. Em França, por exemplo, a Revolução de 1789 foi precedida pelo filosofismo da

Enciclopédia e dos seus corifeus. Tais ideias haviam sido importadas da protestante, liberal e livre-pensadora Inglaterra, provocando a dúvida e a negação do sistema católico-absolutista da velha Europa; tinha concorrido para isso um mal-estar generalizado, proveniente das sangrentas lutas religiosas, das perseguições, do fausto escandaloso das Cortes e da Nobreza, do testemunho negativo do Clero, das estéreis polémicas de filósofos e de teólogos.

Em Portugal, os próprios governantes abriam brecha na armadura forjada para preservar a nossa sociedade de influências duvidosas. Em 1708, um primeiro decreto punha termo ao monopólio jesuítico do ensino secundário; depois, outros se seguiriam. Pelos meados do século, havia portugueses que estudavam e se notabilizavam no estrangeiro e simultaneamente transmitiam para Portugal o novo espírito do positivismo científico, lá fora em pleno triunfo e entre nós timidamente semeado; viriam depois o Padre Oratoriano Luís António Verney e o Marquês de Pombal. Na teoria daqueles portugueses, conta-se o Padre João Jacinto de Magalhães, nascido em Aveiro a 4 de Novembro de 1722.

Para este homem, cheio de grandes sonhos, Aveiro, a iniciar um declínio acelerado para a sua mais grave crise, era terra demasiado pequena; em 1743, entrava na Congregação dos Cônegos Regrantes de Santo Agostinho, em Coimbra, tendo professado com o nome de Frei João de Nossa Senhora do Desterro. Passados breves anos, consciente do modo imaturo com que ele e outros faziam os votos religiosos, obteve o breve de secularização; vestiu a batina vulgar, um pouco mais larga, até que, ainda não satisfeito, mudaria de terra e viria a desfazer-se da sotaina de clérigo. Julgava assim concretizar a sua libertação interior.

De facto, João Jacinto de Magalhães, ansioso de viver em ambiente de ideias mais livres, ausentava-se de Portugal entre 1756 e 1758, vindo a fixar-se em Londres (1764), onde encontraria um meio culto mais conforme às suas inclinações; deixava o País, mas não só o engrandeceria com o seu nome prestigiado como também nunca lhe negaria o seu contributo. Correspondeu-se com sábios europeus, como Euler, Lavoisier, Volta e Watt, pertenceu a influentes organizações científicas do tempo, escreveu diversos livros de ciências experimentais, dedicou-se à construção e aperfeiçoamento de aparelhos de precisão, alguns dos quais lhe compraram os governos de Portugal e de Espanha. Por semelhante razão, este aveirense, falecido na Inglaterra em 1790, foi um dos homens que mais contribuíram para o progresso da Física na última metade do século XVIII.

Sobrinho-trineto do circum-navegador Fernão de Magalhães, João Jacinto não foi um homem propria-

mente do povo, mas trabalhou incansavelmente nas suas experiências e escritos. Rumando por outros caminhos que não os das águas largas do Oceano, andava-lhe nas veias o sangue de mareantes e de desvendadores de novas rotas; se não tem o autêntico cerne do homem de Aveiro, ele é, todavia, um dos expoentes do espírito das nossas gentes. Como frisou um dos seus biógrafos a propósito da feitura do livro **Mineralogy** — um «trabalho beneditino» — o ilustre homem de ciência elaborou-o sem pensar em auxílio material ou em remuneração. Mesmo nisto, o Padre João Jacinto de Magalhães se mostrou um homem liberal.

Cidade

Detenhamo-nos agora num facto importante para Aveiro, a encher uma nova página ilustrada da história da liberdade na nossa terra.

Decorria o ano de 1758. A 13 de Dezembro, ao tornar-se público o respectivo processo, comunicava-se oficialmente ao País ter sido El-Rei D. José I vítima de um atentado na noite de 3 para 4 de Setembro; entre os implicados no crime, encontrava-se gravemente responsabilizado D. José de Mascarenhas, Duque de Aveiro e Marquês de Gouveia, além de Grão-Mestre da Casa Real. Em face desta versão, urdida em segredo durante meses, a população aveirense verberou indignada o «horroroso e sacrílego insulto» e revoltou-se contra o donatário da vila. A 6 de Janeiro de 1759, na igreja matriz de S. Miguel, reuniram-se o Senado Municipal, a Nobreza, o Clero, o Elemento Militar e o Povo e, nas mãos do prior, Frei Paulo Pedro Ferreira, depuseram um protesto solene contra aquele atentado, declarando que não queriam que esta povoação continuasse sob a tutela de donatários mas que desejavam que ela ficasse imediatamente sob o governo de D. José I, a quem prestaram juramento de fidelidade. Na sequência dos factos, D. José de Mascarenhas seria condenado à morte, a 12 de Janeiro; a duríssima sentença executar-se-ia no dia seguinte, em Belém, no meio de horríveis sofrimentos e com requintes de ferocidade.

O Monarca mostrou-se sensível e agradecido perante a atitude de repulsa dos habitantes de Aveiro e procurou, desde logo, valorizar a vila, coadjuvado pelo Marquês de Pombal. Assim, a 11 de Abril daquele ano, D. José I assinava o alvará pelo qual a vila de Aveiro, notável por mercê filipina, era elevada à dignificante categoria de cidade: — «Hei por bem e me apraz que a dita vila de Aveiro do dia da publicação deste em diante fique erecta em cidade» — lê-se no documento.

A 1 de Junho, a Câmara Municipal, por sua vez, resolveu agradecer oficialmente a El-Rei a graça con-

cedida, encarregando o aveirense João de Sousa Ribeiro da Silveira, cavaleiro da Ordem de Cristo e capitão-mor de Ilhavo, de beijar a mão de Sua Majestade, como sinal da mais viva gratidão, e de lhe pedir dispensa do pagamento dos direitos. Desempenhando-se dessa honrosa missão, o ilustre fidalgo trouxe a carta régia que entretanto o Monarca tinha assinado a 25 de Julho, pela qual se fazia público de que Aveiro — elevada a cidade — definitivamente teria « todos os privilégios e liberdades de que devem gozar e gozam as outras cidades deste Reino, concorrendo com elas em todos os actos públicos e usando os cidadãos da mesma cidade de todas as distinções e preeminências de que usam os de todas as outras cidades ». (16)

O capitão-mor, chegado a Aveiro, leu e entregou o documento nos Paços do Concelho, a 29 de Setembro, festa de S. Miguel, presentes a Vereação, o Clero, a Nobreza e o Povo. Seguidamente, na igreja matriz, houve missa solene, sermão pelo orador Frei Bernardo de S. José Magalhães, da Ordem dos Pregadores; à tarde, cantou-se um *te-deum*, levantaram-se preces pelo Rei e uma procissão em honra de S. Miguel percorreu as ruas da nova cidade, bem ornamentadas; e as manifestações de alegria prolongaram-se pelos dois dias seguintes, com festejos populares, iluminações, encamiçadas e touradas. Aveiro era a décima sétima cidade de Portugal, por ordem cronológica.

Como o acontecimento fora de transcendência para a povoação, o vigário da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, Padre Frei Manuel Marques de Figueiredo, quis registá-lo no livro corrente dos assentos dos Baptismos, referindo o facto e as mostras de regozijo.

A 19 de Setembro de 1790, D. José I assinava mais uma provisão pela qual delimitava a jurisdição da comarca ou correição de Aveiro, que se estenderia às vilas de Esgueira, Ilhavo, Aradas, Soza, Vagos, Frossos, Pinheiro, Angeja, Estarreja, Fermedo, Bemposta, Trofa, Serém, Vouga, Aguiçeira, Préstimo, Assequins, Recardães, Segadães, Casal de Álvaro, Brunhido, Avelãs de Cima, Sangalhos, Ferreiros, São Lourenço do Bairro, Couto de Esteves, Paredes, Ois do Bairro e Oliveira do Bairro; mais declarava El-Rei que « o provedor, que até agora se intitulava de Esgueira, ficará de hoje em diante sendo provedor da cidade de Aveiro ». (17)

O Governo demonstrou ainda efectivo interesse pelo progresso de Aveiro, mesmo pensando na instalação de indústrias de vidro e de seda, embora o índice populacional da cidade, nessa segunda metade do século XVIII, continuasse a declinar.

Em remotos tempos da Cristandade, havia em cada Catedral, à imitação da Santa Sé, um arcebispo — o primeiro dos diáconos — que nos pontificais ministrava ao Bispo e que o auxiliava no governo temporal da Diocese. Assim devia também suceder na Catedral de Coimbra, a cuja jurisdição pertencia Aveiro. Temos mesmo alguns documentos que nos falam da existência deste cargo, sobretudo a partir da reconquista da cidade aos mouros em 1064 por D. Fernando Magno, Rei de Leão. Dada a extensão da Diocese, o Prelado tinha necessidade de escolher pessoas que o coadjuvassem; assim, em 1116 havia em Coimbra três arcebispos e em 1131 quatro, aos quais pertencia visitar as igrejas em nome do Bispo e de ajudá-lo no governo. Então, o grande território conimbricense havia sido dividido em três zonas, além da cidade: na parte oriental existia o chamado Arcebispo de Seia, pela vila que lhe servia de cabeça; a região ocidental estava naturalmente dividida pelo rio Mondego, de leste a oeste, em duas partes, das quais a setentrional se chamava Arcebispo do Vouga, com sede em Esgueira e depois na vila de Aveiro, e a meridional Arcebispo de Penela, com sede na vila do mesmo nome. Os arcebispos intitulavam-se pelos respectivos Arcebispos: Cidade, Seia, Vouga e Penela.

Quanto ao Arcebispo do Vouga, ele alargava-se por cento e quarenta e cinco freguesias e dilatava-se por vasta região; confinava a norte com a Diocese do Porto no rio Antuã, a oriente com a Diocese de Viseu e com o Arcebispo de Seia, a sul com o Rio Mondego e com o termo da cidade de Coimbra, e a ocidente com o Atlântico.

Os arcebispos tinham ainda outros deveres a cumprir na Sé: residência coral em certas épocas do ano, na medida em que isso fosse compatível com os trabalhos da visita e do governo, e serviço litúrgico nos actos pontificais.

Todavia, as antigas jurisdições dos arcebispos foram diminuindo, no decurso do tempo, até se extinguirem. Eram participações da jurisdição ordinária do Bispo diocesano; pouco a pouco por conveniência da Igreja, foram reassumidas pelo dito Ordinário. Se o interesse eclesiástico havia produzido a descentralização, o mesmo interesse veio aconselhar depois a nova centralização; passaram os bispos de Coimbra a fazer por si, ou por seus delegados *ad hoc*, a visita às freguesias e aos conventos, conservando-se ainda, para esse efeito, a divisão regional da Diocese em arcebispos. Para cada zona era escolhido e nomeado um visitador, sem referência ao arcebispo, para quem era estranha a visita. As cúrias arquidiaconais desapareceram e todas as causas passaram a ser julgadas

pelos juizes da Cúria Episcopal, em primeira instância; apenas permaneceram as funções litúrgicas nos actos da Sé.

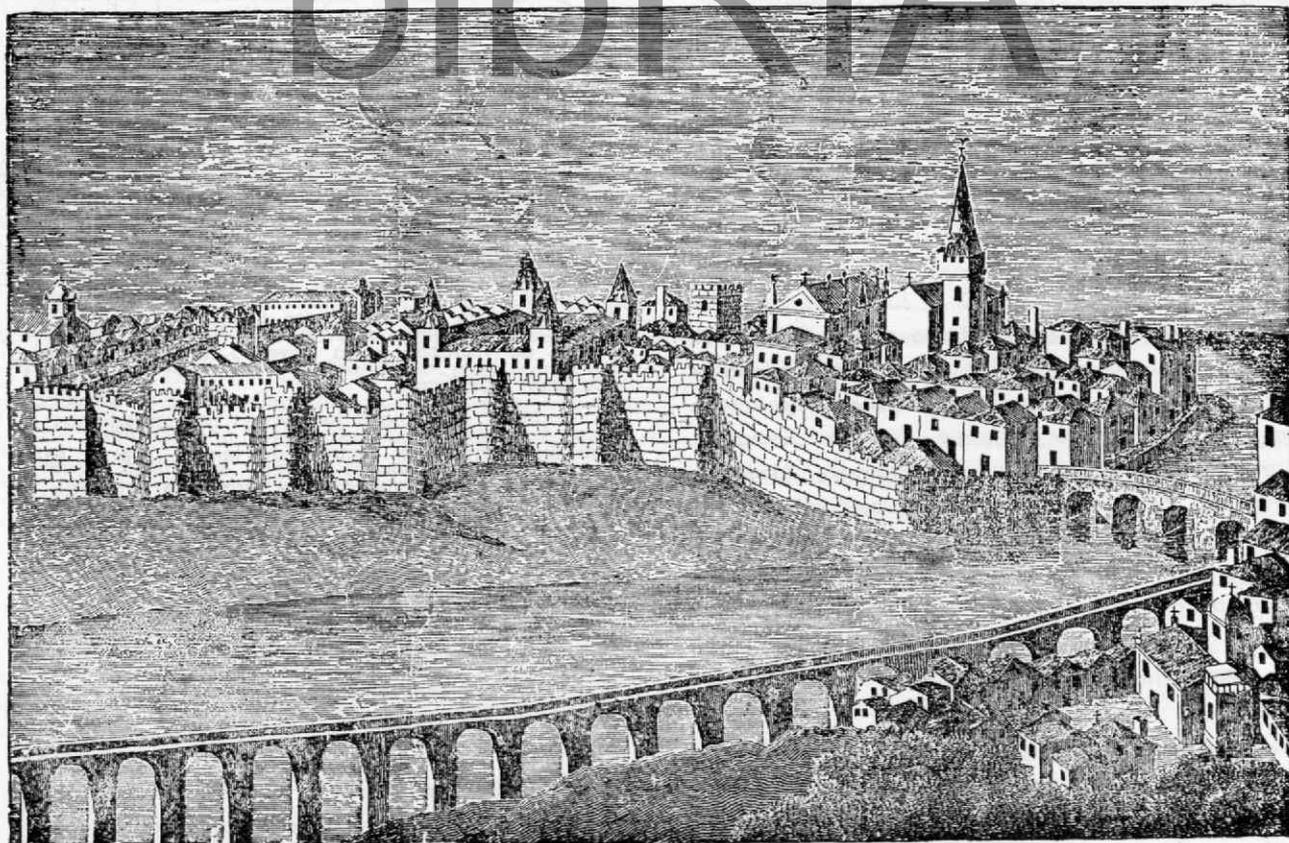
Voltando a fixar a nossa atenção no Arceidiagado do Vouga, no dealbar do século XVIII ele encontrava-se naquela situação e o respectivo titular somente tinha o privilégio litúrgico de servir o Bispo na Catedral, como diácono da Missa. Mas quanto às prebendas, o arce-diago do Vouga, ao contrário dos colegas, continuaria a recebê-las até à supressão de 1834, mesmo após a criação da Diocese de Aveiro.

Efectivamente, dentro do plano de engrandecimento de Aveiro, torna-se fácil enquadrar o propósito de D. José I e do Marquês de Pombal em estabelecer aqui uma sede episcopal, tanto mais que a urbe era também um centro de piedade à volta do túmulo e das cinzas da Princesa Santa Joana. A 28 de Setembro de 1773, o Monarca dirigia ao Papa Clemente XIV uma carta em que rogava a Sua Santidade a partilha da disforme extensão do Bispado de Coimbra», separando-se «a comarca de Esgueira para nela constituir uma nova Diocese, a que sirva de cabeça a cidade de Aveiro, constituindo a mesma comarca o território da nova Diocese». (18)

Não podemos deixar de referir uma outra circuns-

tância que porventura terá também influído no ânimo do Marquês para o levar a tomar a resolução que nos ocupa. Vítima do despotismo pombalino, o valoroso e heróico Bispo de Coimbra, D. Miguel da Anunciação, encontrava-se desde há anos encarcerado, em condições desumanas, no forte de Pedrouços; tinha por prisão um cubículo quadrado de nove palmos, que recebia a luz do tecto por uma minúscula fresta. Foi precisamente nesta altura que D. José I e Carvalho e Melo resolveram solicitar a divisão da Diocese Conimbricense. Nem será descabido duvidar se se pretendia a erecção do Bispado de Aveiro apenas para mais serviço a Deus e bem das almas, acrescidos embora do intuito de engrandecer a nova cidade, ou ainda para amesquinhar um Prelado destemido. Entra aqui o plano da Providência, conduzindo a história dos homens, mesmo servindo-se de intenções menos puras, para fazer brotar as suas obras admiráveis.

Após o respectivo processo, o Sumo Pontífice, pelo breve *Militantis Ecclesiae gubernacula*, de 12 de Abril de 1774, erigiu canonicamente a Diocese de Aveiro, nos termos e segundo os limites em que lhe fora solicitado por El-Rei. Ficava-lhe a pertencer toda a comarca, correição ou provedoria de Esgueira que, no século XVIII, agrupava setenta e uma freguesias e um curato praticamente autónomo, com mais de 20 000 fo-



AVEIRO, NO INÍCIO DO SÉCULO XIX
Cercada de muralhas, para defesa da sua liberdade

gos e com cerca de 75 000 almas. Aveiro «edificada numa planície», que «se compõe de cerca de duas mil casas e é habitada por sete mil fiéis» (19), ficou, pois, a ser também cidade episcopal, com a liberdade própria de um governo eclesiástico, cujo responsável era um Bispo particular.

Para executar as Letras Apostólicas, foi escolhido pelo Papa o Cardeal Inocêncio Conti, Pró-Núncio em Portugal, com o poder de subdelegar. De facto, presidiu à cerimónia o Arcebispo Titular de Lacedemónia e Vigário-Geral do Patriarcado de Lisboa, D. António Bonifácio Coelho, amigo e servidor de Carvalho e Melo; o acto realizou-se a 24 de Março de 1775, na igreja da Misericórdia que, em consequência de prévia portaria real de 10 do mesmo mês, se viu elevada a catedral.

Perdurou até 1882 a primeira Diocese de Aveiro; neste ano efectivou-se uma nova delimitação dos Bispados portugueses, sendo extinto o de Aveiro que, em 1938 — como veremos — seria reconstituído com nova configuração territorial.

A barra na base do progresso

Ao referir-nos atrás à situação da barra de Aveiro, deixámo-la a sul da Vagueira, junto à linha divisória dos concelhos de Mira e de Vagos. Durante o século XVIII o seu estado foi piorando, e numerosas representações foram entregues ao Governo com vista a que este desse remédio a tão deplorável situação. É que os aveirenses sabiam ser factor de vida, de progresso e de liberdade o bom estado da sua barra. D. José I, a 27 de Maio de 1756, atendendo às reclamações dos nossos antepassados, resolveu criar a Superintendência da Barra e lançar o imposto do real para ser pago por todas as Câmaras da Comarca de Esgueira, a fim de se custearem as despesas com a abertura de uma nova barra em São Jacinto.

Os trabalhos não se puderam então fazer, devido a uma grande cheia: as ilhas e as salinas da ria, os campos do Vouga e os bairros baixos de Aveiro ficaram inundados por muito tempo; as águas represadas causaram enormes danos. Apenas em Janeiro de 1757 o capitão-mor de Ilhavo, que era o aveirense João de Sousa Ribeiro da Silveira, foi autorizado a abrir um regueirão na areia, onde antes, na Vagueira, tinha estado a barra; mas tudo isto se tornava muito precário.

Doze anos após, o Senado Municipal representou a El-Rei sobre a falta de estabilidade e de segurança da barra; e a este pedido outros mais se seguiram, pois os infortúnios ocasionados sobressaltavam constantemente a região. Os aveirenses e a sua Câmara não desistiram das pretensões sobre a abertura de

uma barra capaz; por isso, a 16 de Abril de 1794, a Câmara encarregava o Dr. Manuel Joaquim Lopes Negrão de conseguir do Príncipe Regente, mais tarde D. João VI, as providências necessárias para a efectivação das desejadas obras.

Ante a miséria geral e as doenças que dizimavam a população, a 2 de Janeiro de 1802 o ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, depois Conde de Olivares, encarregava os engenheiros Coronel Reinaldo Oudinot e Capitão Luís Gomes de Carvalho de separadamente procederem a estudos para a abertura da nova barra, os quais desistiram do sítio da Vagueira e escolheram um outro perto de São Jacinto, próximo da anterior localização no século XVI, a 17 600 metros a norte da barra velha. O Eng.º Oudinot enviaria ao Governo o seu projecto a 6 de Março; e a 17 de Abril o Eng.º Gomes de Carvalho remeteria a sua «Memória descritiva ou notícia circunstanciada do plano e processo dos efectivos trabalhos hidráulicos empregados na abertura da barra de Aveiro segundo as ordens de S. A. R. o Príncipe Regente Nosso Senhor».

Entretanto, os homens de Aveiro estavam impacientes por via da insalubridade das águas pantanosas da laguna, pelo prejuízo na feitura do sal e pelas inundações na cidade. A própria Confraria de S. Miguel resolveu a 7 de Fevereiro de 1802, já após aquela decisão superior, que, no primeiro ano depois da abertura da barra nova, se desse a Sua Alteza Real a terça parte líquida do sal das suas marinhas, «como prova de gratidão pela munificência que por essa obra havia tido aquele Príncipe». E a 8 de Abril o Príncipe Regente ordenava a demolição das antigas muralhas de Aveiro, que ameaçavam ruína, devendo utilizar-se a pedra nas obras da barra; diríamos hoje que foi uma triste decisão que as condições do tempo abrigaram a tomar.

Os planos definitivos dos dois engenheiros, essencialmente idênticos, foram aprovados pelo Príncipe D. João; recebida a comunicação em aviso régio de 5 de Julho do mesmo ano, logo se começaram a executar os trabalhos. Em Dezembro de 1803, estando eles em andamento, Oudinot foi transferido para a Ilha da Madeira, onde faleceu em 1807; continuou a dirigir as obras o citado Eng. Luís Gomes de Carvalho.

Após porfiados esforços, não sem graves desgostos e contrariedades, a abertura final da barra nova, facto de excepcional importância para o progresso de Aveiro, realizou-se no dia 3 de Abril de 1808, às sete horas da tarde. Do acontecimento lavrou-se um auto, que tem a data de 15 de Abril e foi subscrito por Miguel Joaquim Pereira da Silva; depois de referir os trabalhos preparatórios e a maneira como se deu o rompimento da duna de areia, lê-se no documento: — «As águas que cobriam as ruas da praça, desta

cidade, e os bairros do Alboi e da Praia, abaixaram três palmos de altura dentro de vinte e quatro horas e outro tanto em o seguinte espaço, e em menos de três dias já não havia água pelas ruas [...] e toda a cidade ficou respirando melhor ar por estas providências com que o Céu se dignou socorrê-la e a seus habitantes com esta grande obra da barra».

Assim ficou estabilizada a barra, depois sucessivamente melhorada com outras obras e com a construção do porto marítimo, até aos nossos dias. Aveiro, sempre unida às vicissitudes da barra e bem consorciada com o mar e com a ria, passou a olhar com optimismo um melhor futuro de progresso e de liberdade.

Um bispo, defensor da liberdade

No princípio do século XIX, a Diocese Aveirense teve como Bispo D. António José Cordeiro, natural de Coimbra, figura erudita, máscula, enérgica e disciplinadora, que viria a falecer em 1813; Na altura da sua elevação ao episcopado, era professor efectivo na velha Universidade; dele se diz ter sido, no desempenho desse cargo, um «homem muito escrupuloso e executor exacto da Lei; nunca faltava à aula [...]; tinha muito saber, e das suas preleções tirava-se muita utilidade». (20)

Em 1807 Portugal entrava numa das graves crises da sua história, provocada exteriormente pelas arbitrariedades despóticas de Napoleão Bonaparte; dava-se em Novembro a primeira invasão francesa. D. António José Cordeiro, além de atender aos deveres de homem da Igreja, manifestou-se também como um grande defensor das liberdades de Aveiro e da Pátria, durante este período de inquietação; após as primeiras hesitações ou atitudes de prudência, no breve tempo em que o País esteve sob a ditadura de Junot, o nosso Bispo aparece-nos como uma encarnação do patriota e do aveirense.

Vitoriosa a revolta nortenha, formou-se no Porto, a 19 de Junho de 1808, a **Junta Provisional do Supremo Governo do Reino**, presidida pelo respectivo Prelado. A 22, o Bispo de Aveiro deu conhecimento dos factos e mandava que se praticassem os costumados sinais de regozijo: **te-deum**, toques festivos de sinos e luminárias nas igrejas e nas casas; a própria Câmara Municipal mandava arvorar numa das janelas dos Paços do Concelho a bandeira da cidade e restaurar os escudos das armas portuguesas picadas por ordem de Junot. O povo percorreu as ruas da cidade, dando vivas à Santa Religião, à Família Real e à Casa de Bragança.

Mas, sendo necessário agir, as ordens do Prelado sucediam-se: — pediu a colaboração monetária para

a resistência, instigou o povo contra os injustos opressores, rogou a união aos legítimos portugueses, mandou aos eclesiásticos que pegassem em armas para lutarem pela Religião e pela Pátria, secundando assim a guerrilha de Manuel Velho que, entre Coimbra e Porto, molestava o estrangeiro.

Durante estes dias, constituiu-se em Aveiro uma **Junta Provisional**, semelhante à do Porto e dela dependente. Foi a 7 de Julho que, no Paço Episcopal, sob o maior segredo, se reuniram diversas individualidades do Exército, da Nobreza e do Clero que estabeleceram aquela junta sob a presidência do Prelado e planearam a fortificação e a defesa da zona. Até ao fim das invasões, D. António não foi apenas o chefe espiritual do povo, mas também o responsável na luta contra o inimigo; os documentos que assinou e expediu bem demonstram a actividade de um dos grandes combatentes pela liberdade. Dada a sua formação religiosa e a sua piedade extraordinária, ele via que, se Deus não guardasse a cidade, em vão vigiaria a sentinela, e instantemente solicitava que se pedisse em preces públicas e particulares a ajuda divina, pela intercessão de Santa Joana, «a quem já em princípio da nossa consternação havíamos tomado por mediadora para com o Pai de Misericórdias» — escrevia o Prelado a 5 de Agosto de 1808. Ele próprio, na procissão de penitência que ordenou se fizesse na tarde do dia 7 desse mês, desde a catedral até à igreja de Jesus, seguiu a pé-descalço o andor do Senhor **Ecce Homo**, ante o espanto e a comoção de todos.

Mal terminada a primeira invasão napoleónica, dá-se inesperadamente a segunda nos princípios de 1809. Entrando por Chaves, Sault, a 29 de Março, chegava ao Porto, que logo capitulou. Em Aveiro, aos primeiros rumores da guerra, o povo armou-se; assumiu a orientação o Prelado, que mandou executar o plano de defesa do ano transacto. Quando, porém, chegou a triste nova do Porto, verificou-se a debandada geral; D. António, todavia, manteve-se firme e pôs à disposição da campanha as sobras da resistência anterior. Os aveirenses não foram então dos menos aguerridos no combate; somando-se à divisão do coronel inglês Trant no início de Abril, guarneceram a margem sul do Vouga de tal forma que o inimigo não transpôs o rio; a 10 de Maio, uma parte atravessava o Vouga para o norte, surpreendendo o intruso em Albergaria-a-Nova, enquanto outra, indo pela ria, desembarcava em Ovar à retaguarda da ala direita francesa e acossava o invasor, que se pressentia já na derrota. Foi nesta precisa ocasião, a 13 de Maio, que entrou na barra de Aveiro um comboio marítimo inglês, composto de trinta e nove navios de transporte, escoltados pelo brigue de guerra **Port Mahon**, com mantimentos, munições e forragens para o exér-

cito inglês, tendo ancorado na chamada praia da Senhora.

Mas, em Junho de 1810, surgia de novo o espectro da luta armada; a 30 desse mês, o Bispo de Aveiro escrevia aos párocos, clero e fiéis e solicitava que se fizessem preces em favor da causa portuguesa e que o povo colaborasse com eficácia na defesa geral. Embora com extrema dificuldade, Massena e as suas hostes foram avançando no centro do País. Entre nós, como noutras povoações, deu-se ordem de abandono total dos habitantes, incluindo as religiosas de clausura; a cidade refugiou-se nas areias de São Jacinto e da Gafanha e nas ilhas da ria, estando em Setembro completamente deserta. Assim, o inimigo só poderia atingir parte da população por Ovar, com acesso arenoso e difícil. Contudo, marchando os franceses para o sul após a derrota do Buçaco, Aveiro respirou e os seus habitantes começaram a regressar.

Ainda outra vez, diante da permanência do estrangeiro em território nacional, D. António exortava, a 28 de Fevereiro de 1811, a santidade da vida, para que Deus afastasse os castigos iminentes, e recomendava a piedade, especialmente a devoção mariana do Terço do Rosário aos domingos e dias santos, tanto nas igrejas como nas capelas.

O invasor seria finalmente destruído em Março de 1811, continuando-se na sua perseguição durante os meses seguintes, mesmo através da Espanha e da França. A 18 de Abril, o Bispo de Aveiro anunciava o feliz acontecimento, possuído de intensa satisfação; por isso prescrevia o canto do *te-deum* em todas as igrejas, em acção de graças pela libertação de Portugal e pela vitória sobre os «bárbaros inimigos sem Religião, sem fé e sem moralidade».

Pela sua extraordinária acção de defensor da liberdade de Aveiro e da região, este homem bem se pode considerar como um dos grandes aveirenses; por isso não o esquecemos aqui.

Aveiro na vanguarda da liberdade

No início de oitocentos, Portugal continuava a sofrer a influência estrangeira do liberalismo constitucional da Inglaterra e da mentalidade revolucionária da França. No rescaldo das invasões napoleónicas ficara entre nós um certo descontentamento social e político, ante as misérias causadas. Em Londres publicavam-se dois jornais portugueses, que incitavam à revolta contra o Governo legítimo; e em Aveiro foi preponderante e decisiva a acção da loja maçónica dos Santos Mártires.

Regressando ao País depois de andar ao serviço de Napoleão, o General Gomes Freire de Andrade tornou-se, em 1816, o chefe dos descontentes, feito

também Grão-Mestre da Maçonaria Portuguesa. Pensou, com os seus correligionários, numa conspiração que, descoberta, o levou afinal à força, em Outubro. Como razão da sua atitude, os insurrectos apresentavam o desejo de libertar a Nação da influência dos ingleses, que cá continuavam; mas, mais do que isso, queriam substituir o Governo estabelecido por outro revolucionário. Vê-se que as novas ideias iam alastrando de norte a sul, especialmente nos centros principais.

No Porto existia, pelo menos desde 1818, um agrupamento a que deram o nome de **Sinédrio**; desenvolveu grande acção facciosa, recrutando adeptos e mimando o Exército com o auxílio das sociedades secretas de Madrid e com a ajuda da Espanha e do seu ministro em Lisboa. Assim se preparava o movimento que, em Agosto de 1820, com tropas a seu lado, provocou a revolução. Vitoriosa esta, imediatamente se nomeou a **Junta Provisória do Governo Supremo do Reino**, composta de quinze membros sob a chefia de Manuel Fernandes Tomás, com o encargo de governar em nome do Soberano, ausente no Brasil, e de convocar as Cortes para se redigir uma Constituição.

Aveiro aderiu ao movimento a 30 de Agosto, por proposta do Juiz de Fora, Teixeira Lebre. Reuniu-se o



MONUMENTO AOS MÁRTIRES DA LIBERDADE
Expressivo monumento que no Cemitério Central de Aveiro evoca os Mártires da Liberdade

Conselho da Câmara, desfraldou-se a bandeira e reconheceu-se a Junta; lavrou-se um auto que contém cerca de cento e vinte assinaturas, pelas quais se depreende que esteve presente ao acto o que havia aqui de mais distinto. O Bispo D. Manuel Pacheco de Resende, ausente, prometeu mandar por escrito a sua adesão.

Tendo-se pronunciado Lisboa, em Setembro, a favor da revolta, após o seu alastramento pelo País sem grande oposição, foram destituídos os governadores reais e, feitos entendimentos com a Junta do Porto, criou-se a **Junta Provisional do Governo Supremo do Reino**, que em Lisboa assumiu o poder. Estava iniciado o Regime Liberal.

Não foi o Bispo de Aveiro, mas o Vigário Geral — Dr. Gonçalo António Tavares de Sousa — quem comunicou, a 17 de Outubro, as primeiras ordens do novo Governo: — juramento de obediência de todo o Clero ao Governo estabelecido, às Cortes e à Constituição que elas haviam de fazer, mantida a Religião Católica e a Casa de Bragança; actos litúrgicos de acção de graças, com todo o povo adrede convocado, pela feliz união dos dois Governos; e preces públicas a favor da causa em que a Nação estava empenhada.

Entretanto, chegavam as notícias ao Brasil; D. João VI, já Rei efectivo desde 1816, viu-se obrigado a reconhecer a Constituição, embora não decretada, e resolveu regressar a Lisboa, onde chegaria a 3 de Julho de 1821. Tendo já sido eleitos os deputados para as Cortes Constituintes, estas reuniram-se a partir de Janeiro de 1821 e logo começaram a aprovar medidas contra a liberdade e a acção do Clero. A 9 de Março, as Bases da Constituição eram aprovadas e promulgadas; iria então proceder-se ao seu juramento por todo o País e, quem se negasse, deixaria de ser cidadão e seria exilado. A cerimónia realizou-se em Aveiro no dia 29, presentes a Câmara, o Prelado e demais autoridades civis, militares e eclesiásticas, com **te-deum**, luminárias e fogo de artifício; lavrar-se-ia um auto de juramento, que viria a ser queimado numa sessão camarária de 13 de Setembro de 1823, em cumprimento de um ofício da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, de 21 de Agosto. A 10 de Abril foi o juramento das Forças de Linha, com parada em Santo António, missa solene e, no Convento de Jesus, **te-deum** presidido pelo Vigário Geral.

Como persistisse a intranquilidade pelo País fora, D. Manuel Pacheco de Resende achou bem intervir a favor do sossego na sua Diocese; a 7 de Abril escreveu uma pastoral, exortando os fiéis a conservarem-se «firmes em uma perfeita unidade de sentimento e de affectos» e a acatarem as leis e a autoridade de que haviam sido revestidos os «representantes das províncias do Reino unidos em Cortes extraor-

dinárias», para darem ao País «uma Constituição que faça a base e o fundamento da sua felicidade».

Elaborada a Constituição, o Congresso discutiu-a por mais um ano; assinada a 23 de Setembro de 1822 e jurada pelos deputados a 30 do mesmo mês, o Rei prestou-lhe assentimento a 1 de Outubro. Em Aveiro, com o juramento local a 3 de Novembro, fechava-se o ciclo de 1820.

A Constituição, imprimindo uma mudança brusca, provocou uma reacção generalizada. Apesar dos apelos à união, à harmonia e à ordem, a intranquilidade não parava, estalando mesmo em Vila Real uma revolução que se alargou a toda a província de Trás-os-Montes, mas que foi debelada pelas tropas fiéis ao Governo. No dia 27 de Maio de 1823 rebentou em Lisboa uma revolta militar, chefiada por D. Miguel (Vilafrancada); os dissidentes seguiram imeritamente para Vila Franca de Xira, onde aclamaram o Absolutismo. D. João VI aceitou os acontecimentos, organizou novo Ministério e nomeou o Infante generalíssimo e comandante do Exército; assim se abolia a Constituição de 1822.

Os factos tiveram repercussão em Aveiro; durante a rebelião do norte, ante uma Câmara Constitucional, procurou-se aliciar a cidade para o realismo. Proclamado depois D. João VI como Rei Absoluto, a nova Vereação festejou a ocorrência, a 4 de Junho, e dirigiu-se para o Convento de Jesus, onde foi cantado um **te-deum**; e, no dia 12 seguinte, novas festas se realizariam entre nós, com outro **te-deum** na catedral e com um animado baile na casa do Barão de Vila Pouca e governador militar, D. Rodrigo de Sousa Teixeira da Silva Alcoforado. Até aconteceu que, uns meses passados, precisamente no Outono desse ano de 1823, D. Miguel, indo do Porto para Lisboa, desviava-se por Angeja, onde foi hóspede de D. João de Noronha e Camões de Albuquerque Sousa Moniz, Marquês de Angeja e Conde de Vila Verde; aqui deu o Príncipe audiência às pessoas mais categorizadas da região, autoridades judiciais, civis, militares, administrativas e eclesiásticas — estas precedidas por D. Manuel Pacheco de Resende.

Apesar de tudo, a Vilafrancada não surtira os efeitos desejados, em virtude do entrave de certos ministros de que o Monarca se rodeara. Por isso, D. Miguel revoltava-se novamente a 30 de Abril de 1824 (Abrilada); mas, nesta ocasião, o Infante era demittido pelo pai e obrigado a exilar-se.

Após a morte de D. João VI, ocorrida a 10 de Março de 1826, seu filho D. Pedro confirmava a regência na pessoa da Infanta D. Isabel Maria, outorgava uma Carta Constitucional, onde declarava que o Governo era monárquico, hereditário e representativo, e

abdicava em D. Maria da Glória, sua filha de sete anos — que dispôs se casaria mais tarde com D. Miguel.

Em Portugal, corriam três opiniões sobre a sucessão no Trono: — uns entendiam ser D. Pedro o herdeiro, porque o primogénito; outros achavam ser a Princesa D. Maria da Glória, porque D. Pedro revoltara-se contra a Pátria na independência do Brasil; ainda outros julgavam ser o Infante D. Miguel, visto que D. Pedro era traidor e actualmente estrangeiro, e sua filha também. Nestas condições, o movimento miguelista ganhou muitos adeptos. O Infante, nomeado por seu irmão como Regente mas logo aclamado como Rei Absoluto, chegou a Portugal a 22 de Fevereiro de 1828; dissolveu a Câmara dos Deputados e convocou os Três Estados do Reino. D. Pedro foi excluído da Coroa Portuguesa e abolidos os seus decretos, incluindo a Carta Constitucional. As Câmaras Municipais e os Governos Militares das províncias, após insinuações secretas superiores, dirigiram petições a D. Miguel, requerendo que se declarasse Rei Absoluto. A Câmara de Aveiro, a 16 de Abril, nomeou uma deputação para ir à capital; o governador militar propôs que se aclamasse o Infante a 25, em sessão extraordinária da Câmara, convocando-se o Clero, a Nobreza e o Povo.

Contudo, prosseguia a agitação por toda a parte. No que se refere a Aveiro, o desembargador da Relação do Porto, Dr. Joaquim José de Queirós, havia tentado convencer os seus colegas no Parlamento dissolvido a protestar contra tal acto arbitrário de D. Miguel, mas nada conseguira. Recolhia a casa, em Verdemilho, vencido mas não convencido; arvorado em promotor da revolta, desenvolvia aí uma constante conspiração contra a política anti-constitucional e tentava organizar um plano de rebelião, com o apoio de alguns influentes colaboradores.

Na base de todo o projecto architectado por Queirós estava a intervenção activa do Batalhão de Caçadores Dez, de Aveiro, do comando do Coronel José Júlio de Carvalho, o qual andava por fora; tendo regressado de Lamego no dia 3 de Maio, este Batalhão, que formou na Praça do Comércio, junto aos Arcos, logo soltou vivas a D. Pedro, a D. Maria II, ao Infante Regente e à Carta Constitucional, havendo correspondência espontânea do povo ali aglomerado em grande número. As represálias que imediatamente os absolutistas quiseram exercer sobre os militares não tiveram o efeito desejado.

Depois, os factos iam precipitar-se. De 15 para 16, numa reunião efectuada em casa do Corregedor Francisco António de Abreu e Lima, ficava resolvido iniciar-se em Aveiro, na madrugada imediata, a revolução liberal contra o desaforo miguelista; estiveram presentes, além do referido Desembargador Joaquim José

de Queirós e do dono da casa, o Coronel José Júlio de Carvalho, o Tenente-Coronel Manuel Maria da Rocha Colmieiro e Francisco Silvério de Magalhães Serrão.

Na verdade, às sete horas da manhã de 16 de Maio de 1828, principiava em Aveiro o movimento revolucionário contra o Infante-Rei, sendo os primeiros gritos de guerra levantados pelo desembargador e pelos soldados do Batalhão de Caçadores Dez, com vivas à Carta Constitucional, a D. Pedro IV e à Rainha D. Maria II. Soriano, na sua **História do Cerco do Porto**, escrevendo sobre este acontecimento, diria que, embora a favor do Absolutismo estivesse a maioria do Clero regular e secular da cidade, quase toda a Nobreza e o Regimento de Milícias, predominava o partido liberal, no qual militavam muitas das principais pessoas da terra; até o próprio Bispo, D. Manuel Pacheco de Resende, era tido como simpatizante das novas correntes. Não esqueçamos porém que, em política, então como agora, há pessoas que podem hoje aderir a uma ideia e amanhã seguir outra opinião...

Depois de serem presos o Governador Militar, o Juiz de Fora, o Comandante de Veteranos, Luís Estêvão Couceiro da Costa, e o Escrivão da Câmara, e deposta a Vereação Municipal, logo substituída por outra, o movimento marchou, à tarde, para a cidade do Porto, onde chegaria no dia imediato e onde se lhe juntariam outras tropas. Senhores da situação, os revoltosos nomearam uma Junta Provisória, em nome de D. Pedro e da Carta. Seguiram-se mais levantamentos. Todavia, a revolta foi contrariada e debelada pelas tropas de D. Miguel; a 3 de Julho entrava no Porto o Exército Absolutista que fazia fracassar totalmente a revolução liberal de 16 de Maio. Os vencedores iriam exercer as mais violentas represálias sobre os adversários políticos.

Passados meses, precisamente a 9 de Abril de 1829, a Alçada do Porto condenava à morte, além de outros, os aveirenses Francisco Manuel Gravito da Veiga e Lima, Francisco Silvério de Carvalho Magalhães Serrão e Clemente da Silva Melo Soares de Freitas, implicados na revolução do ano anterior, que, com Manuel Luís Nogueira, seriam enforcados na Praça Nova do Porto, a 7 de Maio, e em seguida decapitados; as suas cabeças seriam expostas em Aveiro, durante alguns dias, à entrada do Rossio.⁽²¹⁾ Em julgamentos posteriores, mais réus foram condenados à forca ou ao degredo... mas ficariam conhecidos na História por «Mártires da Liberdade». O conhecido capitão João de Sousa Pizarro, oficial do Batalhão de Caçadores Dez e ilustre representante da Casa do Terreiro, de Aveiro, havia já perdido a vida no combate da Cruz dos Morouços, travado a 24 de Junho de 1828 entre as duas hostes.

O citado Bispo de Aveiro, D. Manuel Pacheco de

Resende, vivendo dias difíceis no meio de guerras fratricidas, mostrou-se superior em caridade a favor de constitucionais e de realistas. Bondosíssimo Frelado, «sobre cujas cãs sagradas caiu também um pouco de opróbrio e de perseguição»,⁽²²⁾ deixaria fama de austero, de esmoler, de santo, de homem de Deus, da Igreja e das almas. Apesar de tudo, seria acusado e pronunciado por liberal pelo Corregedor Dr. Alexandre Duarte Carrilho Marques, valendo-lhe a Alçada do Porio que o despronunciou.

Entretanto, a 22 de Junho de 1828, havia rebentado na Ilha Terceira — Açores — outra revolta liberal; os amotinados tinham, sem demora, instituído um Governo interino e pedido auxílio aos emigrados. Passados meses, D. Pedro IV, aderindo aos revoltosos, instituiu a 15 de Junho de 1829 uma Regência e, protegido pela Inglaterra e pela França, foi organizando uma expedição contra Portugal. Em Fevereiro de 1832, D. Pedro já estava nos Açores e, presidindo à Regência, formava um Ministério. Nos fins de Junho, saiu da Ilha de S. Miguel com uma expedição de 7 500 homens, entre os quais muitos ingleses e franceses, e desembarcou na praia do Mindelo, a 8 de Julho; tomou a cidade do Porto e, meses depois, de vitória em vitória sobre os absolutistas, ficou senhor do País. A 26 de Maio de 1834, era assinada a Convenção de Évora-Monte que marcaria o fim do Absolutismo em Portugal, o restabelecimento da Carta Constitucional e a derrota de D. Miguel — que partia para o exílio.

Dias antes, a 12 de Maio, nos Paços do Concelho de Aveiro, D. Maria II fora solenemente aclamada como Rainha de Portugal, tendo-se jurado obediência e fidelidade àquela Augusta Senhora e à Carta Constitucional, de tudo se lavrando um curioso e interessante auto.

Distrito

Os distritos administrativos foram criados em Portugal logo após o triunfo do Liberalismo. Antes de nos fixarmos no acontecimento, talvez nos seja útil recordar alguma coisa sobre a divisão territorial do nosso País, ao longo dos tempos.

Assim, no século XV, Portugal estava dividido em cinco regiões, chamadas comarcas ou províncias: — Entre Douro e Minho, Trás-os-Montes, Beira, Estremadura, e Entre Tejo e Guadiana (incluindo o Algarve). Considerando apenas a Estremadura e a Beira, porque nos dizem proximamente respeito, sabemos que aquela ocupava a faixa junto ao mar, desde o Douro até ao Tejo e nela estavam situadas, entre outras muitas terras, Aveiro, Oliveira do Bairro, Esgueira, Ovar e Feira, e que esta, correndo paralelamente com a anterior, era limitada a oriente pela Espanha e nela se encontrava a vila de Arouca.

Havendo grande progresso social e económico no País durante os reinados de D. João II e de D. Manuel I, reorganizou-se em novos moldes a administração nacional. Desta forma, nos princípios do século XVI o território foi dividido em catorze comarcas administrativas, cada qual com uma povoação importante por cabeça: — Lisboa, Setúbal, Santarém, Leiria, Alenquer, Évora, Beja, Coimbra, Viseu, Guarda, Porto, Guimarães, Torre de Moncorvo e Reino do Algarve.

Em 1523, D. João III estabeleceu uma comarca ou correição em Aveiro; poucos anos durou, pois viria a ser extinta em virtude da fundação da Ouvidoria de Montemor-o-Velho para o Ducado de Aveiro, instituído nos meados do século XVI. Em seu lugar, seria criada a Comarca de Esgueira.

Nesta altura, a Província da Beira já se tinha alargado também por toda a região a norte do rio Mondego, de modo que passou a ficar limitada pelo Atlântico, a ocidente.

Ao referirmos a elevação da vila de Aveiro a cidade, observámos como foi extinto o dito Ducado e restaurada a Comarca de Aveiro, à qual passou a pertencer todo o território da de Esgueira. Dessa forma, na Província da Beira passaram a existir oito comarcas, provedorias ou correições: — Coimbra, Aveiro, Feira, Viseu, Lamego, Pinhel, Guarda e Castelo Branco. A comarca de Aveiro seria a base da criação do futuro Distrito Administrativo, como já acontecera para a instituição da Diocese em 1774.

Nos princípios do século XIX, notava-se que a velha divisão do País se tinha tornado anacrónica e incompatível com as necessidades sociais. Logo na Constituição de 1822 se futurava a divisão do território em distritos e o modo de neles se fazer a administração judicial, política e civil. A Carta Constitucional de 1826 manteve tal projecto.

Passados anos, em 1833, o território era dividido em oito províncias: Minho, Trás-os-Montes, Douro, Beira-Alta, Beira-Baixa, Estremadura, Alentejo e Algarve; estas foram subdivididas em comarcas, que, por sua vez, o foram em concelhos. A Comarca de Aveiro ficou situada na Província do Douro.

Por se verificarem graves inconvenientes na divisão provincial, que eram circunscrições administrativas demasiado extensas, abolir-se-ia tal divisão com esse carácter em favor da divisão distrital. Discutida a questão no Parlamento, concluiu-se pela supressão das províncias como circunscrições administrativas e pela substituição das comarcas por circunscrições de extensão intermediária entre elas e as províncias; as novas divisões territoriais chamar-se-iam distritos administrativos, que seriam subdivididos em concelhos. Assim, a 18 de Julho de 1835, o Governo publicava um decreto, fixando em dezassete o número de distritos

de Portugal Continental e indicando os nomes das suas capitais.⁽²³⁾ A 25 seguinte seriam nomeados os respectivos governadores civis.

Para Aveiro foi escolhido José Joaquim Lopes de Lima, oficial da Marinha e deputado pelas Ilhas de Cabo Verde, que chegou à cidade nos meados de Setembro daquele ano. O território do Distrito de Aveiro tem-se mantido sem alterações até ao dia de hoje, excepção feita à troca com Coimbra do concelho de Mira com o da Mealhada, por decreto de 24 de Outubro de 1855.

Este facto colocou Aveiro ao lado das demais cidades capitais de distrito. Necessariamente que tal facto constitui um poderoso impulso no caminho auspicioso do progresso material e da liberdade política e social.

Após a criação do Distrito de Aveiro, foram as quatro freguesias da cidade reduzidas a duas, por alvará de 11 de Outubro de 1835 assinado pelo governador civil; publicado o documento, foi ele remetido ao Bispo da Diocese que, tendo-se conformado com tal redução e atendendo às razões expostas no mesmo alvará, mandou passar a competente portaria com data de 13 de Outubro. Por esta forma, constituiu-se a norte do canal central da Ria a freguesia da Vera-Cruz e a sul a de Nossa Senhora da Glória; o bairro de Sá, que até então fora de Ílhavo, era incorporado na primeira daquelas paróquias.

A matriz da freguesia setentrional de Aveiro fixou-se na igreja da Vera-Cruz, que existia no actual Largo do Capitão Maia Magalhães. Anos depois, pensando-se em construir um templo mais vasto, iniciou-se no mesmo sítio uma nova edificação que não chegou a concluir-se e foi demolida. O centro religioso, transferido provisoriamente para a igreja de Nossa Senhora da Apresentação, lá foi ficando com carácter definitivo.

A paróquia meridional recebeu o nome de Nossa Senhora da Glória—talvez para honrar também a Rainha D. Maria da Glória que não apenas Nossa Senhora—e passou a ter como sede a igreja do extinto Convento de S. Domingos.

Quanto à vetusta igreja de S. Miguel—quicá o mais antigo monumento da cidade, porventura edificado no século XI mas reconstruído diversas vezes—essa foi sacrificada pelo camartelo demolidor. O aludido Governador Civil, José Joaquim Lopes de Lima, a pedido de certos políticos influentes, sentenciou a sua destruição, não fosse o nome do Titular lembrar perpetuamente o do Rei proscrito; e a demolição iniciava-se em Novembro de 1835, poucos dias depois de extinta a freguesia.

Decorridos os anos, verifica-se, com pena, como

em Aveiro se tem feito desaparecer alguns edifícios que eram sinais de antiguidade e de história; até da muralha nada existe, para além de insignificativo vestígio, que possa dizer-nos o que ela era. De facto, praticamente apeada no início de oitocentos para se valer, como atrás referimos, à abertura da barra, o lanço que restava junto ao Cojo e a grandiosa porta da Ribeira foram demolidos em 1855. Que belo seria se hoje existissem estes e outros monumentos!...

Aveiro no Parlamento

Neste recordar de quadros luminosos sujeitos ao tema da liberdade em Aveiro, não podemos esquecer o insigne aveirense, dotado de rica personalidade, favorecido por génio invulgar e adornado de um conjunto de qualidades, qual foi José Estêvão Coelho de Maga-



JOSE ESTEVAO COM SUA ESPOSA, D. RITA DE MAGALHAES, E SEU FILHO, LUIS DE MAGALHAES

lhães. Nasceu em Aveiro a 26 de Dezembro de 1809, ali na característica Rua dos Mercadores, e foi baptizado na velha igreja da Apresentação; deram-lhe o nome de José, de seu padrinho e tio materno, e Estêvão, por ter vindo a este mundo em dia do Protomártir de Jerusalém. Pela vida fora seria militar, advogado, deputado e professor.

De temperamento impetuoso e de feitio combativo, era natural que ultrapassasse a trivialidade de um soldado medíocre e anónimo, terçando armas pelas ideias liberais; a patente militar conquistou-a ele com a sua bravura aguerrida, a ponto de ser agraciado com a condecoração da Torre e Espada. De espírito

vivo, de assimilação pronta e de intuição além do comum, fácil lhe foi entrar no ensino; a cadeira de professor de Economia na Escola Politécnica de Lisboa ganhou-a num dos mais brilhantes concursos que se fizeram em Portugal. De eloquência espontânea e dominadora, a um tempo enérgica e espirituosa, irónica e familiar, patética e insinuante, não admira que as populações o tenham escolhido para seu representante no Parlamento; o mandato de deputado, várias vezes repetido, deram-lho os vastos recursos do seu talento.

A par de tudo isto, nunca se envaideceu da riqueza dos dotes nem nunca se vangloriou da popularidade que o rodeava; não pretendia precedências a que teria jus; detestava os cumprimentos dos adulares e não se envaidecia com as manifestações dos amigos; sem dificuldade, era sociável, conversador cheio de espírito, nobre na bondade, coerentemente desinteressado, sem aspirações do mando político, idealista na pureza das intenções.

Em 1834, nas primeiras eleições que se realizaram após o restabelecimento do Governo liberal, seu pai, o médico Luís Cipriano Coelho de Magalhães — natural de Eixo — foi escolhido como deputado pelo círculo de Aveiro; mas, em 1836, as Câmaras foram dissolvidas. Perante isto, realizaram-se novas eleições para a Constituinte, provocadas pela Revolução de Setembro de 1836, cujo espírito era o radicalismo de 1820 e 1822. Luís Cipriano abdicava no filho que, com 26 anos de idade, acabara a formatura em Direito; era a primeira vez que José Estêvão ia à Câmara, como um dos representantes da sua terra.

Eleito a 20 de Novembro desse ano, fez a estreia a 5 de Abril de 1837, com o discurso sobre o projecto da Constituição, que ficou conhecido pelo nome de «Profissão de Fé». Mostrando-se logo como um dos primeiros na oratória parlamentar portuguesa, quantos o ouviam ficavam presos das suas palavras.

Homem independente e livre, amando e desejando a liberdade do povo, defendia que a vontade popular, expressa em eleições e cometida aos seus representantes, era o único poder legítimo. Se julgasse necessário, não deixava de criticar os actos da Coroa, porque José Estêvão nunca timidamente se vergou ante a idolatria do Trono. Por isso, não concordava com os vetos ou as leis arbitrárias de reis ou de governos. «O Governo de um só homem é o Governo mais perigoso de todos os Governos; é verdade antiga, mas não é mau repeti-la» — afirmou ele no discurso sobre a questão da barca **Charles et Georges**, continuando: — «As liberdades de imprensa e de tribuna não são feitas para desafogar paixões e contentar ambiciosos; são instituições indispensáveis para opor vontade a vontade, parecer a parecer, opinião a opinião, e

firar destas oposições as máximas e expedientes de razão, de justiça e de moralidade, com que só se governam os povos».

Contudo, se José Estêvão era um radical, um revolucionário, ele jamais foi um jacobino. Discutindo embora os direitos, os critérios e as responsabilidades da Coroa, nunca dos seus lábios saiu uma frase menos correcta, porque, inteligente e respeitador, conciliava com o seu lealismo monárquico o seu liberalismo e os seus sentimentos democráticos. «É preciso que cada um de nós respeite as opiniões dos outros, para que as suas sejam respeitadas; eu respeitá-las-ei todas, combatendo aquelas com que não concordo, e espero que as minhas serão respeitadas, sem deixarem de ser combatidas» — são palavras suas no discurso de estreia. Não estará aqui a demonstração do espírito liberal e tolerante do homem de Aveiro, tão bem testemunhado por José Estêvão?!

Se se mostrava um democrata puro e intransigente, não era um republicano, muito menos um republicano vesgo e façanhudo. «Eu não sou republicano, nem esse nome é de apeteer no nosso País» — confessava em 1837, dizendo mais adiante, no mesmo discurso: — «Eu amo os Tronos, porque vejo neles um princípio inocente na organização social; julgo que todos os danos que têm feito não vêm deles, mas do modo de os constituir, do erro de os cercar de direitos terríveis, que lhes são funestos».

Vemos assim que este homem ilustre, cujo prestígio ultrapassou os acanhados limites da terra natal, no ponto de vista das ideias foi a encarnação viva do liberalismo da época, do idealismo revolucionário de 1820, do doutrinarismo constitucional dos novos tempos. Como escreveu Luís de Magalhães, «os erros políticos e, sobretudo, sociais do Absolutismo, a injustiça dos privilégios, o arbítrio das leis, a corrupção das classes dirigentes, a miséria das plebes famintas constituíam um conjunto de circunstâncias apropriadas para fazer germinar nos oprimidos a esperança e a convicção de que só uma nova ordem social [...] podia pôr termo a todos os males sociais, reparar todas as injustiças, fundar enfim a cidade ideal da liberdade, da igualdade e da fraternidade. Esta visão duma sociedade nova, emancipada e nivelada, devia sobretudo deslumbrar aquele terceiro estado constituído pela pequena burguesia e pelo povo, para quem sempre a partilha do poder fora mínima e máximo o quinhão dos encargos e dos sofrimentos. A ideia, pois, encontrava um largo terreno admiravelmente preparado para germinar e frutificar. Nos espíritos elevados e com a cultura humanista do tempo, era a sedução duma doutrina nobre e generosa, inspirada por uma tradição histórica e comprovada por um exemplo coevo. Nas massas era a esperança deslumbradora de melhores dias e o orgu-

lho inebriante da desforra».⁽²⁴⁾ O nosso conterrâneo formou-se sobre o influxo de tais princípios e com eles viveu. «A vida pública, que em mim foi um acaso, foi depois um ponto de honra» — diria em 1852 na Câmara, quase a definir a sua carreira pública.

José Estêvão não teve que sacrificar a consciência de homem religioso às ideias políticas. Em espíritos superiores e crentes, que sabem ordenar o pensamento e a vida segundo os superiores princípios, tudo se consegue com mais ou menos esforço. Por isso, no Parlamento, ele pôde declarar com a sinceridade que era seu timbre: — «Eu sou religioso, católico, apostólico, romano... Creio em Deus, e Ele me deixa crer e esperar também que este seja o melhor de todos os cultos, porque satisfaz as necessidades do meu espírito, os desejos do meu coração, e não diz à minha razão nada que repugne às minhas aspirações».

Se ele desaprovava a entrada em Portugal das Irmãs da Caridade, que desejavam vir da França, era sobretudo porque temia a acção política das Congregações Religiosas naquilo que poderia haver de perigoso para o bom nome nacional, na influência anti-patriótica que poderia vir do estrangeiro e na «acção jesuítica» que poderia ser exercida a coberto dos princípios de caridade, de religião e de ensino; era vítima inconsciente das ideias do tempo, que, ultrapassadas nas décadas seguintes, acabaram por ser tidas sem fundamento válido e concreto. De resto, José Estêvão reconhecia a virtude, o trabalho e o sacrifício dessas senhoras tão abnegadas. «Eu conheço o que pode haver de poético e sublime nesta instituição das Irmãs da Caridade; [...] eu venero e respeito a instituição das Irmãs da Caridade.» No fundo, o que o orador augurava era uma beneficência feita por meios nacionais e por pessoas portuguesas, como também diria a respeito do Ensino: — «Quero juntamente a instrução religiosa enquanto for ministrada pelo clero português».

Entre 1837 e 1862, ano em que inesperadamente faleceu a 4 de Novembro, José Estêvão Coelho de Magalhães apenas esteve afastado das lides parlamentares durante a emigração de 1844 a 1846 e na legislatura de 1848-1850. Na Câmara e fora dela foi também estrênuo defensor dos interesses da sua e nossa terra. Mais do que uma vez, combateu para que o caminho de ferro da Linha do Norte passasse por Aveiro; em carta de 11 de Setembro de 1860, possivelmente dirigida a um ministro, pedia a atenção do Governo para a melhoria da barra, porque «esta obra para mim nem é igreja política, nem preocupação de terra natal, mas interessa à economia geral do Estado»; a 4 de Junho de 1862, falando no Parlamento sobre melhoramentos públicos, pedia a construção de

um farol na nossa costa, entre a barra e os areais de Mira.⁽²⁵⁾

Aveiro, por seu turno, não esqueceria o paladino da sua liberdade e o notável homem público do liberalismo. No próprio mês da sua morte, já algumas pessoas gradas se reuniam no Liceu local — de cuja criação ele foi um dos grandes paladinos — para tratar da construção de uma estátua em sua honra; a 16 de Maio de 1864, desejando-se que os seus restos mortais ficassem entre nós, efectuou-se a trasladação de Lisboa para Aveiro, presidindo o Vigário-Geral da Diocese, Dr. José António Pereira Bilhano; finalmente, a 12 de Agosto de 1889, era inaugurada a estátua, erguida no coração da cidade, frente aos Paços do Concelho.

José Estêvão, patrono cívico de Aveiro, símbolo dos aveirenses e expressão dos seus mais profundos sentimentos de respeito pelos outros, continua a vencer a tirania dos tempos e a sua memória não se deixa render à ingratidão dos homens. Também aqui o quisemos evocar, ainda que a traços largos.

Mais alguns nomes

Neste relembrar de episódios e de figuras caracteristicamente aveirenses, seria defeito imperdoável esquecer os nomes de vários homens que bem serviram a nossa terra e lutaram sob o estandarte da sua liberdade. É uma bela teoria multicolor, onde se agrupam espíritos diferentes em ideias, mas completando-se uns aos outros.

Um deles, por exemplo, é Manuel José Mendes Leite, nascido em Aveiro em 1809 e aqui falecido em 1887; formado em Direito e senhor duma linguagem que apeteceu ouvir, foi Deputado parlamentar e Governador Civil de Aveiro. Há um facto que sobremaneira o distingue dos mais, a avaliar pelo impulso que deu em importantíssima matéria no âmbito do Direito Penal português. Na Câmara dos Deputados, já aprovado na generalidade o «Acto Adicional», Mendes Leite apresentou, a 10 de Março de 1852, o célebre aditamento que aboliria a pena de morte nos crimes políticos; na sessão de 29 seguinte, após larga discussão, o aditamento seria aprovado por 50 votos contra 32, passando a constituir lei. Grande atitude de um aveirense, amante da liberdade na ordem! José Estêvão diria a 21 de Julho seguinte que a abolição da pena de morte nos crimes políticos, «além de ser um grande princípio, era o sentimento nacional, e mesmo nos crimes civis a desejava ver abolida, para que o homem não pudesse ter mais força que Deus». Passados quinze anos, a pena capital seria proscrita da nossa legislação.

Sebastião de Carvalho e Lima, que nasceu em Eixo em 1821 e faleceu em Aveiro em 1896, distinguiu-se pela auto-cultura, pela agudeza de espírito, pela prontidão na resposta, pela mordacidade da sátira, pela serenidade fria, pela inteligência penetrante, pela acção política, social e económica que exerceu no próprio meio. Foi Presidente da Câmara Municipal de Aveiro e da Junta Geral do Distrito; com outros promotores, fundou a Caixa Económica Aveirense e a Associação Comercial de Aveiro. Entre os seus filhos, podemos lembrar dois: Sebastião e Jaime.

Sebastião de Magalhães Lima nasceu no Rio de Janeiro em 1850; contudo, tendo apenas quatro anos de idade, veio para Aveiro com os pais. Foi jornalista e tribuno e dirigiu o periódico **República Portuguesa**; formado em Direito e advogado em Lisboa, assumiu a direcção do **Comércio de Portugal**, a que sucedeu **O Século**, de que foi um dos fundadores e o primeiro Director. Exerceu grande acção em favor do Regime Republicano em Portugal, tanto no País como sobretudo nos meios políticos e intelectuais do estrangeiro. Foi Deputado, Ministro da Instrução, promotor da participação de Portugal na primeira Grande Guerra; representou ainda a Imprensa nacional em diversas reuniões. E não se poderá fazer a história pátria das primeiras décadas do século XX, sem falar na actividade deste homem que sobressaiu grandemente no meio dos correligionários. Sendo ainda estudante, filiou-se na Maçonaria, vindo a ser seu Grão-Mestre desde Março de 1907; viveu e lutou vigorosamente pelo seu ideal político e pela solidariedade humana. Viria a falecer em Lisboa a 7 de Dezembro de 1928.

Jaime de Magalhães Lima nasceu em Aveiro em 1859 e faleceu em Eixo a 26 de Fevereiro de 1936; como o irmão, formou-se em Direito também em Coimbra. Depois de ter sido representante do Partido Monárquico, Deputado e dirigente em Aveiro do Partido Regenerador Liberal, abandonou a política para se dedicar às actividades literárias. Entusiasmou-se também pelo cultivo da natureza, particularmente das árvores, conseguindo que a Quinta do Vale de Suão — por ele crismada com o nome de S. Francisco — se tornasse valiosa mostra de eucaliptos. Sente-se na sua obra literária a influência de Leão Tolstói, que visitou numa viagem à Rússia. Pensador, romancista, ensaísta, contista, crítico, conferencista, jornalista, sociólogo, etnógrafo, paisagista, as publicações de Jaime Lima são bem marcadas pelo vigor do estilo e pela eloquência da expressão; ao lê-lo, parece que contemplamos um profeta duma fraternidade e duma democracia com base na doutrina de Cristo, se não por vezes, durante uma primeira fase de vida, num universalismo de raízes panteístas. Nele se admira o homem na autenticidade e na igualdade do seu carácter, vincu-

lado a Aveiro mas espraiando-se aos horizontes do Orbe; da sua pessoa parecia que irradiava um halo de espiritualidade.

Em 1860 nascia em Aveiro Francisco Manuel Homem Christo, cuja existência se prologou até 1943. Foi Oficial do Exército, Professor universitário, Deputado, paladino da instrução popular, escritor e jornalista, inconfundível fundibulário, porventura, neste aspecto, o maior de todos os tempos em Portugal. A causa das obras da barra e do porto de Aveiro é-lhe devedora dos mais assinalados serviços. Tudo o que engrandecesse a cidade ou a região tinha nele um propagandista entusiasta e aguerrido; pelo contrário, aqueles que se atravessassem no caminho do progresso e da liberdade de Aveiro podiam contar com o látigo do seu verbo inflamado, sobretudo no semanário **O Povo de Aveiro**. Interessou-se pela restauração da Diocese de Aveiro, na década de 1930. Certa vez escreveu, para se defender de possíveis ataques: — «Dir-se-á: Você, livre-pensador e democrata, a folgar com isso?!... Sim, senhores, por isso mesmo que somos democrata e livre-pensador. Roma não cessa de afirmar que respeita todas as formas de governo, desejando apenas que lhe não movam hostilidade. Sendo assim, é muito fácil o entendimento. Por um lado, a liberdade que nós queremos para nós é a liberdade que nós queremos para todos. Igreja livre no Estado livre foi sempre um dos parágrafos mais importantes da doutrina democrática. Por outro lado, quando não possa haver entendimento, que a agressão parta dos contrários. Os católicos de Aveiro querem o seu Bispo. Pois tenham o seu Bispo, que, a nós, não nos afronta nada. [...] Aveiro deseja tudo quanto de bom e honesto possa concorrer para o seu engrandecimento e bem-estar. Na penúria em que vivem o comércio e a indústria, uma migalha a mais que seja é de agradecer e desejar».⁽²⁶⁾

Outros aveirenses notabilizaram-se pela pena, vulgarizando a história de Aveiro e a sua maneira de estar no mundo; dessa forma, dando a conhecer a nossa terra, em livros, opúsculos e jornais, trabalharam pelo seu engrandecimento e pela sua liberdade.

José Reynaldo Rangel de Quadros Oudinot, aqui nascido em 1842, foi jornalista, escritor e professor do Liceu; porque amava a autonomia religiosa de Aveiro, insurgiu-se vigorosamente contra a supressão da Diocese em 1882, publicando o livro «O Episcopado e o Governo de Portugal». Além disso, em inúmeros artigos, Rangel de Quadros deixou-nos muito da história de Aveiro, das suas coisas, dos seus costumes, dos seus monumentos e dos seus homens.

Outro aveirógrafo, nascido e falecido entre nós, respectivamente em 1853 e 1931, foi João Augusto Marques Gomes — o organizador do Museu no edifício

do velho Mosteiro de Jesus. Abarcando uma larga visão da sua terra em todos os tempos, descreveu-nos fastos aveirenses, trouxe-nos a lume a vida dos conventos, dos templos e dos monumentos, recordou-nos páginas de antanho, avivou-nos a recordação de guerras liberais e de lutas caseiras, deu-nos os perfis e os esboços de aveirenses que, por obras valorosas, se haviam libertado da morte.

Queremos também lembrar António Gomes da Rocha Madahil. Era da próxima vila de Ilhavo, onde nasceu em 1893; mas, votado aos estudos de investigação relativos a Aveiro e ao seu Distrito, bem se pode considerar como homem da nossa terra pelo coração. Aveiro deve a Rocha Madahil inestimáveis benefícios, porque ele, dedicando-lhe grande parte do seu carinho e do seu labor, honrou a cidade com a descoberta e a vulgarização de fontes documentais do passado. Um dos seus gostos era a Princesa Santa Joana; tudo o que encontrou sobre a nossa Padroeira, ele o recolheu, ordenou e deu a conhecer. Foi um benemérito de Aveiro, relevada nos seus escritos, tanto na história milenar como nas expressões mais salientes.

Se há nomes que são úteis para o estudo de Aveiro e das suas gentes, Rangel de Quadros, Marques Gomes e Rocha Madahil — ao lado de muitos outros — são autores cuja obra tem de ser tomada em consideração.

Mas houve ainda quem, por diferentes formas, se cansou por Aveiro, chamando a atenção das autoridades governamentais para as suas carências e pon-do-se ao serviço do bem público. E agora podemos recordar Gustavo Ferreira Pinto Basto, do Partido Progressista, homem de notável iniciativa e acção, dotado de vontade enérgica; nasceu na Quinta do Silveiro, em Oiã, em 1842, mas, além de presidir à Associação Comercial, esteve à frente da Câmara de Aveiro. No exercício deste cargo, vencendo obstáculos e contrariando opiniões opostas, em 1905 sacrificou parte do Convento das Carmelitas à abertura da que é hoje a ampla Praça do Marquês de Pombal.

Lourenço Simões Peixinho, durante muitos anos à frente da Edilidade e falecido em Março de 1943, entre muitas obras que se lhe devem, fez aparecer o jardim e parque do Infante D. Pedro. Em 1918 propôs as expropriações para logo executar o plano da avenida central, que hoje tem o seu nome e que transformou completamente a fisionomia da cidade, dando-lhe um ar moderno e condigno — diríamos, um ar de liberdade.

Alberto Souto é um desses nomes que os aveirenses não esquecem, antes elogiosamente glorificam, sobretudo porque representou em nível superior, durante longas dezenas de anos, a nossa mentalidade. É preciso não saber nada de Aveiro e da sua região para não ligar o nome deste homem a tantas manifes-

tações da vida citadina e a tantos sonhos, muitos dos quais se tornaram realidade. Licenciou-se em Direito e logo manifestou espírito vivíssimo e inteligência pronta; grande coração dotado de extrema sensibilidade, homem simples e de vasta cultura, invulgar orador que arrebatava e fazia vibrar, foi deputado às Constituintes de 1911; publicista de linguagem lapidar, fundou e dirigiu o semanário **A Liberdade** de 1911 a 1915; revelando a sua reacção quando se tomavam atitudes para prejudicar Aveiro, soube ouvir os anseios do povo que serviu com denodo; enamorado da cidade, do distrito e da Ria, publicou dezenas de estudos e inúmeros dispersos sobre temas regionais, de geologia, de geografia, de arqueologia, de história, de arte, de folclore, etc. Como se tudo não bastasse, Alberto Souto foi Presidente da Junta Autónoma da Ria e Barra de Aveiro, Director do Museu local e Presidente do Município. A sua actividade mostrou-se, de facto, muito complexa; podemos contudo resumir-la, dizendo que amou entranhadamente a terra aveirense, que lhe ficou a dever realizações de vulto. Viria a falecer no vizinho lugar do Bonsucesso (Aradas), em 1961, com 73 anos de idade. Deixou no testamento a razão por que pedia que na sua sepultura houvesse uma cruz: — «Eu sou cristão. Adoro Deus e creio na virtude divina de Jesus que foi muito justo e muito bom e a cuja protecção muitas vezes me tenho confiado».

Aveiro não pode esquecer a pléiade destes e doutros homens insignes que a dignificaram e a engrandeceram, que lhe traçaram caminhos de futuro e que deixaram bem vincados os pés nas sendas de terra livre. Desgosto é para nós não podermos rememorar mais nomes ilustres.

Manifestações de progresso e de liberdade

Uma das condições para o progresso de qualquer terra, seja cidade, vila ou aldeia, é a existência de vias de comunicação; assim o entenderam os nossos governantes do século XIX. Aveiro, privada da passagem da grande via rodoviária que é a estrada de Lisboa ao Porto, sentia-se arredada e à margem; era difícil sair de cá e também só a visitava quem tinha necessidade.

A primeira estrada a ser construída foi aquela que vai de Aveiro a Viseu; as obras do troço até Albergaria-a-Velha tiveram início em 1854, o qual se utilizou da ponte de madeira mandada erguer uns anos antes por conta de verbas do Governo Civil de Aveiro. Ficava assim a cidade ligada à principal estrada do País, que passava por aquela vila; posteriormente, principiando em 1863, prosseguir-se-ia na

abertura da estrada para Viseu, franqueada à circulação a partir de 1874.

Em 1855 foi iniciada a construção da estrada de Aveiro para o Forte da Barra, passando pela Gafanha da Nazaré; seria concluída em 1861. Mais tarde, unidas as margens do canal de Mira com uma ponte, o traçado prosseguiria para a Barra e para a Costa Nova do Prado.

A partir de 1856, uma outra estrada se construiu, que iria de Aveiro a Penacova por Oliveira do Bairro, Malaposta e Anadia; constituía uma nova ligação com a estrada de Lisboa ao Porto.

Em 1862 principiava também a construção da actual estrada para Águeda, por Eixo, Eiról e Travassô, que depois seguiria para Tondela e Covilhã; como variante desta, seria lançado em 1869 um troço de ligação entre Eixo e São João de Loure, com três pontes de ferro.

Uma outra estrada, começada em 1867, foi a que tinha por termo a vila de Mira, passando por Ilhavo e Vagos; ligava Aveiro ao sul do Distrito.

Diferente factor de progresso são as vias férreas. Já é sabido o interesse que José Estêvão pôs na passagem da Linha do Norte por Aveiro; e conseguiu-o. Efectivamente, a 18 de Julho de 1863, uma locomotiva, vinda do norte até Aveiro, atravessava a ponte de Esgueira pela primeira vez; mas, somente a 10 de Abril do ano seguinte, pela demora no aterro do vale do Cojo, seria inaugurada a parte que vai desta cidade a Taveiro.

Uma nova via férrea, que se planeou construir, foi a Linha do Vale do Vouga e o consequente ramal para Aveiro. O projecto deste ramal, aprovado em Fevereiro de 1909, estava executado em Setembro de 1911. Todo o conjunto — Espinho-Sernada-Aveiro-Viseu — ficou pronto em 1914.

Neste quadro de comunicações podemos também referir os serviços dos correios que, remontando ao século XVI, se foram organizando por todo o País. Na reforma postal de 1852, Aveiro era considerada como Direcção dependente da Administração de Coimbra. A 2 de Setembro de 1856, inaugurava-se o telégrafo eléctrico em Aveiro; e, no ano seguinte, a malaposta alcançava o Distrito de Aveiro.

Deixemos estes índices de progresso local e voltemos a manifestações de liberdade — e estas dos nossos dias. Foi nos últimos anos que se realizaram em Aveiro três congressos da Oposição Democrática, que, agrupando gente de variadas tendências políticas e ideológicas, aqui reuniram centenas de pessoas vindas de todo o País. A sua finalidade consistiu não só em analisar e discutir os problemas próprios, mas princi-

palmente em estudar a situação nacional com os seus múltiplos problemas e carências, apontando ao mesmo tempo novos rumos a seguir, à margem da ordem estabelecida pelo regime autoritário, então vigente.

E até aconteceu que, aos primeiros minutos do dia 25 de Abril de 1974, através das antenas da Rádio Renascença, foi para o ar o sinal aglutinador dos homens sem sono que, na Revolução dos Cravos, venceram a Ditadura: — «Grândola, vila morena... o Povo é quem mais ordena». O anúncio foi cantado por Zeca Afonso — de seu nome completo, José Afonso Cerqueira da Encarnação — um homem nascido em Aveiro e de génese aveirense. Se o grito entrou no peito dos portugueses, numa onda de entusiasmo, ele saiu primeiro dum peito que respirara liberdade no berço da Liberdade.

Um democrata de coração

É tempo de ultimar as notas subordinadas ao tema da liberdade em Aveiro; elas terão o seu limite com a evocação de D. João Evangelista de Lima Vidal. Talvez fechemos com chave de ouro.

Este homem, que nasceu em Aveiro em 1874, ao que ele supunha na proa de alguma bateira, sentia que entre ele e Aveiro havia mais do que uma simples fraternidade; chegava a crer que existia uma verdadeira encarnação, o encontro de duas coisas no mesmo ser; com os beijos a saber a salgado, a pingar gotas de Ria por todo o corpo e por toda a alma, dizia ser uma nesga, embora minúscula, da deliciosa aguarela de Aveiro, um pedaço da nossa terra.

Nós não podemos separar o Arcebispo Lima Vidal da sua grande obra em Aveiro: o trabalho pela restauração da nossa autonomia religiosa. Os católicos — e mesmo os aveirenses de qualquer ideologia — sabem que foi ele, pela sua influência e prestígio, aliados ao entranhado amor ao berço natal, quem conseguiu levar as autoridades da Igreja a reconstituírem a Diocese de Aveiro, forçadamente extinta em 1882. O ano de 1938, pela via religiosa, ficou a marcar um novo capítulo na história da liberdade em Aveiro.

Depois, Lima Vidal foi inesperadamente escolhido para nosso Bispo. Então, todos os que o conheceram viram, se já não o soubessem, como era rica a sua personalidade. Com bondade translúcida, acarinhava os humildes; com preocupação altruísta, interessava-se por todos; com paternal caridade, ouvia as necessidades alheias; com delicada compreensão, aconselhava jovens e adultos. Grande e modesto, dedicava-se sem nada perder, dava-se sem se diminuir, fazia-se maior, tornando-se mais pequeno. Ao reforçar pedidos de empregos, solicitar favores para patrícios ou não, valer a aflições de conhecidos e desconhecidos, Lima Vidal



D. JOÃO EVANGELISTA DE LIMA VIDAL

Busto existente no Museu de Aveiro, da autoria de João Calisto

era, em muitas e muitas oportunidades, o libertador de consciências atribuladas, o amparo de vidas em crise, a ajuda de necessitados; em 1957, não receou mesmo subscrever um pedido de amnistia para presos por crimes políticos e ainda outro para presos por crimes de delito comum. Enfim, até à morte, ocorrida em Janeiro de 1958, passou a vida a servir. Desde o dia 2 de Abril de 1974, o bronze imortaliza-o no Largo da Apresentação.

Naturalmente, nós pressentimos o antigo Bispo de Aveiro na moldura dos que vivem numa terra chã e anfíbia, bem junto à água donde, extraindo o sal, as algas e o peixe, também tiram o pão, senão mesmo o próprio carácter. Nele vemos alguém que alimentou um entranhado **aveirismo** — esse misto de amor dos aveirenses pela sua terra, de saudade pelas suas gentes, de interesse pelas suas coisas, de entusiasmo

pela sua tradição, de orgulho pela sua história; esse sentimento que os leva a solidarizarem-se num ideal de unidade, apesar da diversidade de mesteres e da disparidade de opiniões; esse respeito e cultivo da honrosa herança recebida, que se traduz na religiosidade espontânea e cristã, na bondade natural e simples, na tolerância amiga e compreensiva, na liberdade ordenada e consciente.

Mas... falar deste aveirense é demasiado supérfluo, porque a sua memória mantém-se perene no sentimento dos patrícios. Era um homem bom e tolerante; era um Arcebispo caritativo e santo; era um amigo de todas as horas. Certa vez escreveu: — «Vim do povo, pertenco ao povo, trabalho para o povo, sinto com o povo, ausculto o povo, vou ao encontro do povo; sou um democrata de coração».

NOTAS

- (1) — Alguns topónimos e outras palavras portuguesas, em que talvez entre a base **ala**, que significará água corrente ou parada, pântano, arroio: — Alarda → Arda; Aluela; Alviada, na Feira; Alviela; Alagoa; Alagoela, em Eixo; Alvóo → Avó; Alafoen → Lafões; Alamenara → Almeira → Almiar; Alamenara → Almieira → Almieira; Alamenara → Almenar → Lumiar; Alazira → Lazira → Lezíria; Alverca; Álamo; Lami-gueiro; Leixões; Leça; Lima; Lena; Leiria; Liz.

Alguns topónimos e outras palavras portuguesas, em que talvez entre a base **avo** (av, ava, apa, sava, lava), que significará água livre, curso de água, rio: — Illi-um → Illiavo → Ilhavo; Cávavo → Cávado; Cada-val; Ave (rio e povoações); Avanca; Avizela; Vizela; Vizeu; Viana; Vez; Avis; Vouga; Vouzela; Gafanha; Pavia → Paiva; Vagos; Vagueira; Vacariça; Ovar; Veiros; Vale; Vala; Valença; Valada; Valado; Veia; Lava; Lavar (verbo); Lavar, perto de Barcelos; Lavadores, perto da foz do Douro; Lavadorinhos, perto da foz do Douro; Laveira e (Monte) Lavar, perto de Lisboa; Lavos, perto da foz do Mondego; Lavandeira, de Soza; Lavaça ou rabaça, planta da zona da ria de Aveiro; Labacol, outra planta da ria; Vessada; Devesa e Devesas; Aveiras; Avelar.

Alguns topónimos e outras palavras portuguesas, em que talvez entre a base **ariu** (ar, ara), que significará água: — Real ou Rial, ribeiros em Gaia e Feira; Arigus → rigus → rivus → rio; Ariga → riga → ria; Aruga → ruga → rua (significando mesmo corrente de água, no baixo latim); Corrugus → córrego → cor-go; Arrugius → arrulo → arroio (e Arrujo, em Eixo); Aripa → ripa → riba; Ariparium → riparium → ribeiro; Arelho; Arrentela; Arregaça; Arrifana; Arauca → Arouca; Lav-arare → lavrar; Arar; Arena → Areia; Esgueira.

Para outros a etimologia de Aveiro será **Lavara**, cidade dos lusitanos na Mesopotâmia Douro — Vouguense, citada por Cláudio Ptolomeu; assim: — Talábriga → Talavera → Lavara → Alavarium → etc. Ainda para outros: — Aquarium → Augueiro → Aueiro → Aveiro. E até: — Aviarium → Alaviarium → Alavarium → etc.

- (2) — Torre do Tombo, Cortes, Suplemento, Maço I, n.º 5.
 (3) — Torre do Tombo, Chancelaria de D. Duarte, Livro 1, fl. 52 v.
 (4) — Torre do Tombo, Chancelaria de D. Fernando I, Livro 1, fls. 105-105 v e 107-108.
 (5) — Torre do Tombo, Extremadura, Livro 2, fls. 70 v — 71.

- (6) — Torre do Tombo, *Místicos*, Livro 3, fls. 128-128 v.
- (7) — A 17-VI-1507, D. Jorge de Lencastre escreveu uma carta à Câmara Municipal de Aveiro sobre assuntos de interesse local, por onde se prova que o fidalgo era, na Corte, solícito procurador dos aveirenses.
- (8) — Como vimos na nota n.º 1, de **Alavóo** → **Alvóo** terá vindo Avô; por isso, parece verosímil que Alavóo (Alavó) tenha também dado Alabóo → Alabó → Albói. Coisa curiosa: no sul da velha Hispânia havia outrora o rio Alebus, que hoje tem o nome de Vinalapó e banha Elche, na Província de Alicante.
- Há também quem faça descender Albói de **alboio** — alpendre ou telheiro destinado à guarda de mercadorias transportadas ou a transportar pelos barcos que vogavam pela Ria — termo que ainda agora se usa com o significado de cúpula ou abóbada de sala e, em certas regiões do Minho, mesmo com a pronúncia de **albói**, com o de alpendre de arrecadação. E outrossim lhe dão a origem do inglês **all-boys** ou mesmo de **Albion**, fundamentando esta hipótese numa provável colónia de ingleses.
- (9) — Câmara Municipal de Coimbra, Índices e Summarios, 2.ª parte, fascículo I, pg. 37.
- (10) — *Considerações sobre a Gente de Aveiro*, 1974, pg. 28.
- (11) — Eduardo Cerqueira, ob. cit., pgs. 28 e 30.
- (12) — *O Padre Fernão de Oliveira e a sua Obra*; Lisboa, 1898, pg. 2.
- (13) — *A Arte da Guerra do Mar*, Edição do Ministério da Marinha, 1969, pgs. 23-25.
- (14) — Rangel de Quadros, *Aveirenses Notáveis*, fls. 20-21.
- (15) — Marques Gomes, *Memórias de Aveiro*, pgs. 84-85.
- (16) — Vd. *Arquivo do Distrito de Aveiro*, 1959, pgs. 255-258: alvará e carta de elevação de Aveiro a cidade.
- (17) — Milenário de Aveiro, 1959 — *Colectânea de Documentos Históricos — II*, Aveiro, pg. 592-593.
- (18) — Arquivo Secreto do Vaticano, Processo Consistorial n.º 166, ano de 1774, fls. 41, v-42.
- (19) — Id., fls. 35-35, v.
- (20) — *Memórias de Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato*, revistas e coordenadas por Ernesto de Campos de Andrade, Coimbra, 1933, pgs. 28-29.
- (21) — A 20 de Fevereiro de 1866, as cabeças dos aveirenses mortos pela Liberdade foram trasladadas para o monumento mandado erigir no cemitério central pela Câmara da presidência de Manuel Firmino de Almeida Maia. A 18 de Junho de 1878, no Porto, foram também trasladadas para o cemitério do Repouso as ossadas dos mártires da Liberdade, entre elas as dos aveirenses.
- (22) — António Feliciano de Castilho citado por Júlio de Castilho, *Memórias de Castilho*, Tomo II, Livro II, pg. 159.
- (23) — O Distrito de Setúbal seria criado a 22 de Dezembro de 1926.
- (24) — José Estêvão, *Estudo e Colectânea*, Edição da Comissão do Centenário, Aveiro, 1962, pg. 44.
- (25) — O farol de Aveiro só viria a ser projectado em 1884: seria construído a partir de Março de 1885, ficando pronto no Verão de 1893.
- (26) — *O Povo de Aveiro*, n.º 480, 28-III-1937, pg. 1.

biblioteca

JOÃO GRAVE — ESCRITOR FIEL À RAÍZ

Pelo Dr. Frederico de Moura

Em 11 de Julho do ano de 1872 vinha ao mundo, em Vagos, numa humilde casa de lavoura, quase no centro da vila que, ao tempo, resumava ruralismo por todos os poros, uma criança do sexo masculino que, das mãos nodosas da «aparadeira» que, então, ajudava as mulheres da terra a parir, resvalou para o berço humilde acolchoado de palha de trigo enquanto se lhe não poderia escancarar a ternura do colo de sua mãe...

Foram seus pais José João Grave, conhecido na vila pelo ápodio de «O Reboca» e Cândida da Silva — gente que revolvendo o chão hostil passou uma vida inteira a destilar suor amargo e adstringente; gente que a lavrar a terra de uma fertilidade anémica, a regar milho por madrugadas estivais e, de mangual em punho, a malhar espigas loiras em eiras incendiadas pela brasa viva do sol, envelheceu resignadamente e morreu em paz de consciência.

Com 10 dias, apenas, é levado à beira da pia baptismal para receber a água lustral da Igreja e do acto foi lavrado o respectivo assento de baptismo que reza assim: «Aos vinte e um dias do mês de Julho do ano de mil e oitocentos e setenta e dois e nesta



João Grave, retrato da juventude

Igreja Paroquial de S. Tiago da freguesia e concelho de Vagos, Diocese de Aveiro, baptisei solenemente e apus os Santos Óleos a um indivíduo do sexo masculino a quem dei o nome de João e que nasceu nesta Vila de Vagos às sete horas da manhã do dia 11 deste mês e ano, filho legítimo de José João Grave e de Cândida da Silva, trabalhadores, naturais e moradores nesta ditto vila, recebidos nesta freguesia e della parochianos; neto paterno de José João Grave e de Maria Justina da Conceição e materno de Joana da Silva, solteira, e de avô incógnito.

Foi padrinho José Ferreira, trabalhador, e madrinha Maria Peixota, solteira, os quais todos sei serem os próprios.

E para constar mandei lavrar em duplicado este assento que depois de ser lido e conferido perante os padrinhos comigo assignando o Padrinho e não a Madrinha por não saber assignar.

Era ut. supra.

José Ferreira.

O Cura António Mendes Guimarães Maia».

Do pai herdou, com a determinação e a pertinácia, o nome honrado e o respeito pelo trabalho. E se não ajuntou à sua firma de escritor o «ápodo» de família, por «João da Reboca» foi sempre conhecido entre os seus companheiros de infância e pelos seus amigos e vizinhos.

Desmamado com o caldo gordo do jantar dos camponeses e com o naco de toucinho que o corroborava ou com o «escorrido» das merendas dos cavadores engolida na terra, num ligeiro intervalo da tarefa, o pequeno João Grave foi medrando, quase ao Deus dará, mas vincando na testa, ao mesmo tempo, a ruga funda dos que vêm ao mundo em ambiente de desconforto e de suor, fazendo as suas sortidas a apanhar grilos nas terras lavradias, a trepar às árvores para lhes desencantar nas copas fechadas o ninho do pintarroxo, ou para encher o boné de figos de «pingo de mel» na figueira do vizinho, esgaçando os calções nas pernas e arranhando as mãos nos espinhos agressivos.

Vagos devia ser, ao tempo, uma Vila esqualida e siderada no chão danado, de casas térreas e alapadas em desalento, com o reboco leproso da «salmoura» e os telhados de telha de Salgueiro aluídos plos pardais; e, ao mesmo tempo, povoada por gente que suava a fralda da camisa e esgravatar na leiva danada que o destino lhe reservou.

Mas, e ao mesmo tempo, a sua pobreza era almo-fadada por uma paisagem de maravilha a que as praias de junco e de caniça que a cercavam e emolduravam de alegria.

E é daqui — desta simbiose entre a pobreza da gente e o regalo sensorial da paisagem — que Grave leva a sensibilidade e a retentiva da infusão para a vida;

é da vivência cinzenta do seu lar que ele arrasta, consigo, a fidelidade à progénie; e é com as raízes enteradas neste torrão que ele, contra todos os ventos e marés, e incorporado nos mais variados climas humanos, artificialmente perfumados, consegue ficar fiel, pela vida fora, ao odor rescendente das giestas que enfeitam os pinhais e ao cheiro penetrante das madre-silvas que trepam pelas paredes corroídas acima sem, e ao mesmo tempo, enjeitar o travo da terra da raiz, nem a agressividade dos tojos que lhe morderam os pés.

De saca a tiracolo lá vai à cata do A.B.C., à escola que o Padre Rocha, paternalmente, dirigia e onde conquistou em cada aluno um amigo fidelíssimo; e aí, para além do ler, do escrever e do contar, aprendeu a geografia de Portugal que lhe serviu de peanha e a História que lhe irrigou o amor pela sua pátria e pela sua gente, realçando-lhe as alturas sem lhe encobrir os colápsos e que, mais tarde, também, lhe teria dado os conhecimentos de latim que ossificavam a instrução do tempo.

«Eu sou aquele rapaz que o meu amigo por aí conheceu descalço, numa feliz boémia de vida; sou aquele a quem ensinou português, francês, geometria e física.»

Escreveu ele, na dedicatória ao seu professor de instrução primária do «Livro de Sonhos», com que faz a sua estreia nos caminhos invios das letras.

Para, mais adiante, acrescentar:

«Lembra-me hoje muito aquilo que o meu amigo me dizia há cinco anos: — Se você não fosse mariola havia de fazer alguma coisa.»

É nesta despreocupada boémia de vida que Grave, não raras vezes, fugia à soga do boi e à rabiça do arado, para fazer leituras furtivas à reversa de uma moiteira ou de um valado, alimentando a fome de cultura que o devorava. É nesta despreocupada «boémia» de vida que vai colhendo documentos humanos vivendo, lado a lado, com os seus familiares e os seus amigos de infância, a epopeia dos trabalhos agrícolas, desde as regas pela noite dentro, até às surribas que escancaravam o ventre da terra. Mas, e concomitantemente, vai enchendo o seu caderno de versos, contados e medidos, em que a beleza do campo deixa os seus harpejos bucólicos:

«E pelas sebes há canções de ninhos
Onde comunga a aurora da manhã;
Servem-lhe o pão da hóstia nos caminhos
Os bandos virginiais de almas dos ninhos.
Nada ali falta. Diz a missa Pan,
Estolas de verdura, altar de linho,
Turíbulos de neve e de azevinho
Incensos da manhã.»

Não é preciso grande penetração para sentir nos seus primeiros versos o magistério Junqueiriano patente na dedada que lhe marca o tom declamatório e altisonante, como, mais tarde, não é difícil sentir o bafo de Cesário Verde nos poemas de «Macieiras em Flor».

Este último livro, publicado em 1897, abre com uma carta ao Dr. Mário Esteves de Oliveira, pai do poeta Alberto de Serpa, onde a evocação da sua infância, de filho de agricultores, vem à tona com nitidez.

«Não é verdade, Mário, que na nossa aldeia há recantos floridos, onde a vida toma aspectos tranquilos dum canteiro biblia, com açucenas abrindo e águas cantando ao sol? Nem eu sei porque a amo tanto. Ficou-me na alma desde pequenino, a contemplação da paisagem, a adoração das cores e vem-me uma saudade torturante desses tempos em que para o campo ia guardar gado, desde a dealbação das estrelas da manhã, aos oiros magoados do crepúsculo. Meus pais — o meu amigo sabe — mandaram-me primeiro ao campo do que à escola. E antes eu ficasse cavador rude e bom. Como eu seria forte e feliz!...

E aqui ficam documentos nítidos para a clara compreensão deste livro, que vem cantar ervas, frutas, vacas e cavadores, no amável momento em que o eterno Amor, doce com uma ode de Anacreonte, se alastra por todos os corações como uma podridão gentil.»

Apenas para deixar patente a sua fidelidade à terra que o viu nascer e ao suor da progénie se fizeram as transcrições que abriram uma lacuna neste ligeiríssimo discorrer biográfico. E, prosseguindo nele, é preciso não deixar em claro que Grave não ficou apenas com aquilo que lhe forneceu o magistério do Padre Rocha, pois a verdade é que frequenta o Liceu de Aveiro e, depois a Escola Medico-Cirúrgica do Porto onde tirou o curso de farmacêutico. E faz mesmo, uma tentativa de seguir a profissão para que ficou habilitado, abrindo uma botica em Calvão onde ensaia a sua aptidão numa actividade oficial, a preparar infusos de dedaleira e a pisar no grande gral de ferro, com o pesado pilão, a linhaça para os cataplasmas dos rústicos; debruçando-se sobre os récipes emaranhados dos clínicos que prescreviam, por essa altura, verdadeiros e complicados cachaloretos picotados de doses milimétricas.

Não se vincula, porém, àquelas paragens arenosas onde uns magros pinheiros entoavam uma onomatopeia melancólica e onde os homens, de barba crescida à tripaforra e de rosto encardido de pó amassado com suor, investiam com a duna movediça no afã de a engordar e transformar em leiva fecunda.

Grave não se resigna ao achatamento, à contemplação dos frascos e dos boiões de uma sumária oficina de botica de aldeia, nem a horizontes rasos de

duna cultivada. Fiel aos espasmos musculares do trabalho, será por outros caminhos que lhe prestará tributo transformando a pena em alfaia e espremendo os neurónios sobre as laudas ou esfregando as córneas em leituras intermináveis. Atraí-o a letra de forma a que fica jungido uma vida inteira com a mesma pertinácia com que o José da «Raboca» lavrava as terras de onde matava a sua fome e a fome dos seus.

O jornalismo atraí-lhe as atenções e, ainda estudante, estreia-se como jornalista na «Província» vindo, posteriormente, a encabeçar a chefia da redacção do «Diário da Tarde», colaborando, entretanto, activamente, no «Século» e «Diário de Notícias», sem falar na larga colaboração dispendida na imprensa brasileira.

Entretanto o seu pendor de romancista vai-se avolumando com nitidez iniciando a sua rota neste sentido com o seu romance «Os Famintos», livro que, tem na época em que foi publicado, uma larga e funda repercussão.

Livro que, quer sob o ponto de vista do estilo, quer sob os domínios da análise psicológica, se pode considerar pouco cuidado e traduzindo as verduras do estreante, o certo é que a obra tem grande significado na nossa literatura. Não sendo — como não é — marcado por grande força impressiva nem aberto em grande cerne artístico, pode, contudo, considerar-se importante na sua trajectória literária porque ele é um precursor da literatura neo-realista que caracterizou a nossa década de quarenta. Na verdade «Os Famintos» deve ser considerado como neo-realista *avant la lettre*, por ser nele tão patente a preocupação do social, tão viva a mensagem de protesto contra as injustiças da sociedade burguesa, tão carregado das sombras de miséria da vida dos operários numa «Ilha» do Porto; porque o pendor socializante do discorrer da história salta aos olhos do leitor mais desatento.

Aliás esta marca neo-realista foi já anotada por João Gaspar Simões, quando afirma que:

«João Grave escreveu um português muito mais puro do que qualquer neo-realista da época de quarenta.»

Para, mais adiante, e abordando o silêncio que caiu sobre o nome do escritor, ajuntar:

«Escritor honesto, romancista coerente, prosador correcto, poeta harmonioso, João Grave, cem anos depois da data do seu nascimento e setenta, quase, após a publicação do seu primeiro livro, é uma relíquia das nossas letras, um objecto de museu: poucos o lêem, poucos o admiram...».

E não deixa de ter interesse o que, autocríticamente, o próprio Grave escreve acerca de «Os Famintos» num prefácio datado de 1913 e incluído na quarta edição da obra publicada em 1932:

«Nesta hora já alta da minha vida, não concordo com muitas passagens do meu primeiro romance. Escrevi-o há dez anos, de um jacto, sem reflexão, sem minuciosidades de análise psicológica, num especial estado de alma quase sem experiência.»

O que — tem o cuidado marcá-lo — o não leva a enjeitar a prosa em que está escrito, nem a medula do seu núcleo, mostrando-se, pelo contrário, fiel à fonte generosa que o alimentou.

Seria pois, a partir deste marco, que a sua personalidade literária começa a tomar vulto embora as suas melhores obras de prosador tenham a desdedentação de outros mananciais, percorrendo caminhos empedrados pelo pendor historicista, e abordando, até, caminhos psicológicos e rotas de cronista e de crítico.

Se é certo que, ainda, na «Gleba», por exemplo, aborda temas onde incorpora o seu neo-realismo *avant la lettre* já anotado, apesar de incorporar uma efabulação em que usa ferramentas de análise psicológica, é certo que a sua maior firmeza de prosador se descortina em livros como «S. Frei Gil de Santarém», «Os Vivos e os Mortos», etc. que dão o testemunho de um escritor já adulto e de um prosador metuculoso e já na posse do seu processo.

Não parece difícil encontrar-lhe nas entrelinhas o vestígio do magistério de Eça de Queirós, subtraída, claramente, a maleabilidade do estilo e o sal ático da ironia que caracterizaram o grande mestre prosador e romancista, o que, não significa que a lição seguida não tenha desempenhado uma acção positiva e fecundante.

Mas, e ao mesmo tempo, é impossível não anotar na obra de João Grave um auto-didatismo que a entulha, por vezes, de uma sobrecarga erudita nem sempre de bom gosto.

O escritor linear patenteado nos «Famintos» vai, aos poucos, carregando a prosa de adornos por vezes especiosos, engorgitando-a de um barroquismo sobrecarregado de erudição que, ao mesmo tempo que lhe tempera o estilo de um cuidado que faltava nas primeiras páginas de prosa que escreveu, o engorgita de uma espessura que por vezes o polui.

Seria no entanto grave omissão não deixar aqui escrito que no seu «S. Frei Gil de Santarém», nas suas crónicas de «Os Vivos e os Mortos», se encontram páginas de lavra cuidada e de bom gosto aliciente.

Em 1972 passou o primeiro centenário do nascimento do Escritor pouco menos que desaperebido: uns vagos artigos de jornal, aliás, de um sumarismo que quase não ultrapassavam o registo da efeméride.

Na sua terra, para além de uma sessão de homenagem na escola que o tem como patrono, uma névem cinzenta de esquecimento cobriu-lhe o nome e a glória

que em vida usufruiu e dir-se-ia que os seus conterrâneos lhe olvidaram, completamente, o nome. E, no entanto, se é certo que o escritor viveu os últimos anos fisicamente afastado da sua Terra, é certo também, que, na retentiva e na expressão artística, as reminiscências saudosas e fidelíssimas, à sua paisagem e à gente da sua criação, não são difíceis de topar para quem tenha pupilas que saibam entrar dentro das palavras e catar nas entre-linhas.

João Grave é hoje, realmente, um escritor pouco lido. Há, (houve em todos os tempos) homens de mérito com este destino. Sendo um escritor de uma probidade invulnerável e que logrou aglutinar leitores e somar edições quando vivo, a sua mensagem não logrou resistir à erosão do tempo nem, sobretudo, à superficialidade de juízos valorativos nem sempre condimentados pela justiça. Porque, o certo é que existem páginas de João Grave que nos poderiam, com proveito, servir de oásis quando hoje atravessamos certos desertos literários ou certas savanas de prosa onde se não topa com uma sombra fresca que nos retenha os olhos sem fastio.

Paralelamente a uma ofegante actividade de escritor nos domínios da ficção, da crónica, do ensaio, da poesia, etc. João Grave investiu, também, por uma actividade de erudito, incorporado no manancial inesgotável da Biblioteca Municipal do Porto de que foi Director e dirigindo, mesmo, um dicionário enciclopédico — «O Lelo Universal» — onde, para além de uma colaboração intensiva, teve um trabalho penoso de recolha e selecção que lhe gastou energias e pertinácia durante largo tempo.

Mas Grave fora temperado na ambiência dura do trabalho agrícola, na casa pobre de seus Pais, onde a negativa hostil da Terra não sidera a mão calejada do lavrador, nem a perda da colheita é capaz de infundir em desalento a esperança, sempre renovada, dos que revolvem a leiva.

Ali, ao contacto da lição dos seus progenitores, empunhou o cabo da enxada, abasteceu de pasto a fome dos bois, encaminhou a água na regadeira, suou as estopinhas sob o sol causticante de Agosto, ao mesmo tempo, que ia tirando os seus significados nas raras lacunas que o trabalho do campo lhe deixava disponíveis.

E isto, ao mesmo tempo que lhe temperou a pertinácia para a vida, criou-lhe ligações invulneráveis com o suor do trabalho, com o cheiro da terra e com o lirismo da paisagem deixando-o, pela vida fora, homem de Vagos — do Vagos rural e esforçado que viveu na meninice.

Vagos, 2 de Julho de 1975.

PÁGINAS DE ANTOLOGIA

CANTOS D'ESTIO

Ao Silvério Rocha e Cunha

Que vermelhas manhãs e que risadas
Alem pela montanha! Nos pousios,
Fartam-se as gordas vaccas das manadas.
Tosando os pastos verdes e sadios
Das varzeas orvalhadas.

Que alvorada de luz que desabrocha
Com petalas enormes e vermelhas.
Ha linhos a córar na branca rocha,
Salpicados d'abelhas.

Pelos montados vão as pegurciras
Cantando alegremente como Pan.
Chalream os pardais nas oliveiras,
Emquanto o fresco orvalho da manhã
Fecunda os verdes pastos e as roseiras.

Como rebenta o sol! Que alacridade
De viva luz! Emanações sadias
Emquanto no quinteiro as cotovias
Vem n'uma baforada da herdade,
Mandam pelo azul fóra alegres dias
A velha Magestade.

E pelas sebes ha canções de ninhos
Onde communga a aurora de manhã;
Servem-lhe o pão da hostia nos caminhos
Os bandos virginais d'almas dos ninhos.
Nada alli falta. Diz a missa Pan,
Estolas de verdura, altar de linho,
Thuribulos de neve e d'azevinho,
Incensos da manhã.

E nas longas estradas, que alegrias!
Bracejam madresilvas, espinhosas.
Pecegueiros em flôr, cachos de rosas,
Lourejam os trigais, vinhas sadias
Sazonam em agosto.
Enfloram trepadeiras olorosas
Pelas sebes d'encosto.

Do «Livro de Sonhos» 1895

MYLADY

Ao sr. Alberto Carlos

Mylady era pastora e tem bastante magoa,
Das nevoas, da verdura e do rebanho amado.
Quem na dera outra vez cantando atraz do gado,
Que guardava ás manhans, perto da beira d'agoal

Almoçar o bom leite aromatico e são,
Trazer lirios no collo e rosas nas orelhas;
Espremer entre as mãos os vélos das ovelhas,
E dormir pela relva as tardes de verão!

Trouxe da nevoa a castidade terna e calma,
E a doçura noival das hervas e dos gelos.
E o idyllico palrar das aguas, na doce alma.
Tem verduras de campo os seus brancos disvelos,

Dizem que ella é cruel se lhe falam d'amor,
E trinca avidamente os corações em sangue.
Julgam-na cannibal e o coração exangue,
Esconde a mordedura heratica da dor!...

No passeio, não sei que graça a ingleza ganha!
Tem modos varonis de contemplar a gente!
Chlorotica e franzina, altiva e transparente,
Faz caricias de gata ao lord que a acompanha.

Amor nunca o sentiui; e ás vezes nos parece,
Ao ver-lhe a languidez feliz com que nos fita,
Que no seu peito aninha a bondade infinita,
Que alegre o coração d'aquelles que endoidece.

Tem lembranças gentis, coisas ine:peradas;
Uma d'estas manhans azues de sól ameno;
Lembra-se d'ir ao campo e falar ás manadas,
Passar o dia inteiro a dormir no fêno.

Sabe ordenhar o leite e fabricar manteiga;
Nas praias, de verão, ordena as pescarias.
E é um regalo vê-la a galgar penedias,
De meia de setim, mordendo a pelle meiga.

Vestida d'amazona e sem poses fingidas,
Parece um **gentleman** correndo o **boulevard**
E lembra-me o Grand-Prix, apostas e corridas,
E ceias com crystaes e o **champagne** a estalar.

Eu se a vejo passar no seu gentil **milord**,
Hysterica e brumal, sem que o vicio a consporque,
Tenho um odio feroz ao Phantasista **lord**,
Que roubou essa flôr aos roseirae d'York!

De «Macieiras em Flor» 1892

VI

Começou, então, para Luísa uma vida atormentada. Tôdas as manhãs, devorado o mínguido almôço que o dinheiro de António garantia por algum tempo, corria ela as fábricas da cidade, procurando trabalho, porque a **grève** continuava, pela teimosia dos patrões que não cediam e pela intransigência dos operários que as privações e a fome exasperavam:

— É o mesmo! Morremos com fome, mas não hão de caçoar connosco — diziam êles.

E andavam esmolando pelas ruas em grandes bandos, correndo os cafés e os logares de ócio, tirando o chapéu humildemente, com uma fúnebre desolação no rosto cortado de rugas e de vincos profundos. Os mais miseráveis, espicaçados pela angústia, saíam mesmo de dia, mendigavam diante de todos, sem que o pudor que nasce do orgulho ferido os afastasse do peditório. Os outros, mais tímidos, só à noite se aventuravam pelas praças êrmas, esperavam a caridade teatral às esquinas, sumidos, apagados na treva, porque a sombra estende misericordiosamente um véu de clemência sôbre todos os dramas e tôdas as vergonhas. Ah! e ainda assim, como êles eram melindrados no seu sentimento íntimo, na integridade da sua consciência de seres humanos! Quantas vezes escutavam sarcasmos, palavras injustas e violentas:

— Rancho de malandrões, a pedirem, podendo trabalhar!

— Corja de vadios! Isto devia ser proibido, Deram agora nesta mina e todos os dias por aí temos operários sem trabalho...

— Sim! A falta de trabalho no Pôrto vai adquirindo privilégios de instituição!

E como as chufas doíam às suas almas e ao seu sentimento de vencidos! Muitos operários aconselhavam obediência aos proprietários da fábrica, queriam já o trabalho extenuante, mesmo mal pago, para fugirem ao padecimento das horas ásperas em que, ao mendigarem o dinheiro dum pão, tinham de ouvir escárnios, zombarias de tôda a sorte; mas os chefes, os que dirigiam o movimento, persistiam sempre na resistência. Um dos tecelões, o João, hérules robusto, de torso e braços possantes, bem estriados de músculos, casado e com filhos, saíu uma tarde, alucinado. As criancinhas choravam; a mãe definhava-se e morria, tuberculosa; tudo o que em casa possuía algum valor fôra desbaratado, empenhado, vendido. Enquanto pôde viver e alimentar a família com recursos amealhados sabe Deus com quantas esperanças e com que inauditos esforços, entendeu êle que esmolar seria macular a sua dignidade de forte; mas, ao ver a companheira coberta de lágrimas, abalada pelos arrancos da tosse, golfando jorros

de sangue, com os pequeninos encostados ao seio sem calor e não encontrando na gaveta vazia côdea com que sessegá-los, exclamou desesperado:

— Faça como os outros. Ou me acodem ou roube!

E foi errar pela cidade, sentindo um frio de gelo nem tinha a audácia de levantar os olhos do chão. Parecia um doido e causava piedade, na sua juventude inútil. Numa rua quasi erma apareceu-lhe um homem nevo e bem vestido. João atravessou-se-lhe no caminho, com o olhar baço, vidrado de pranto:

— Meu senhor, eu nunca pedi. É a primeira vez e só eu sei o pêjo com que o faço agora...

— Não pode ser!

— Mas, meu senhor, minha mulher está tísica e tenho filhos. Socorra-me, antes que seja com pouco!...

— Não pode ser — repetiu o outro, muito secado.

— Dê-me alguma coisa, que nunca houve esmola mais bem empregada!

— Vá trabalhar, deixe-me. Que praga de malandros!

O operário perdeu a cabeça; passou-lhe no peito uma abrasadora rajada de cólera, viu tudo vermelho, duma côr rubra de sangue, e poisando-lhe num ombro a mão calosa, rugiu:

— Você insulta-me? Você sabe o que disse? Sabe que eu sou um homem honrado, um homem que nunca se recusou ao trabalho, e que se pede, é porque não tem onde ganhe o pão?

Muito surpreendido com a inesperada agressão e com a força tenaz e subjugadora do operário, o outro balbuciava desculpas, tremendo e espreitando, na ânsia de que passasse alguém.

Mas, João não pôde conter as lágrimas. Deixou o adversário, sacudido por fundos soluços.

— Vá, vá-se embora, que a desgraça é má conseleira. E creia que nunca injuriou ninguém tam sem justiça!

O outro apiedou-se; fez-lhe impressão aquele rapaz cheio de mocidade, de vigor e de viço, a chorar, e exclamou:

— Escute!... Então, é assim tam grande o seu infortúnio?

— Ó meu senhor, nem pode calcular! E não é por mim, não, que eu ando a pedir esmola. Mas, o que me corta o coração, é ver as criancinhas chupadas e doentes à minha volta e eu sem migalha. Já não trabalhamos há muitos dias, eu e os da **grève**. Vendi tudo o que tinha de portas a dentro e agora...

— Pobre homem! Tome lá. É pouco, mas eu também sou operário como você. Não tenho agora mais para lhe dar!

E deixou-lhe cair na mão uma moeda de prata. João comoveu-se, quis beijar aquela mão donde tombara, como um orvalho fecundo, o sustento dum dia.

— Desculpe-me que eu nem pensei no que fiz. Vinha tam passado de dôres!...

Mas, o homem já não ouvia o operário que apertava na mão a esmola, como uma riqueza inesgotável e que ficára a olhar a primeira criatura que, nesse dia, tivera pena da sua miséria.

— Ainda há gente boa neste mundo — murmurava João, comovido, a caminho de casa. Agora, já os meus meninos tem que comer!

Os outros seus companheiros sofriam as mesmas amarguras e os mesmos desprezos e sentiam violentos ímpetos de revolta, quando um chuva de insultos vinha amargar mais a sua penúria. Andavam magros, muito pálidos, quasi alheios ao ruído e à vida que em tórno deles vibrava alacrememente; e, como não havia dinheiro sequer para pão, deixavam-se até de comprar tabaco. Mandavam os filhos pelos cafés, pelas ruas, apanhar restos de charutos e de cigarros; e lá iam eles todos os dias, enfêzados, duma lividez doentia no rosto, sacas pendentes do peçoço, para a colheita. Nos restaurantes, nos átrios dos teatros, em todos os logares de divertimento e de gôzo, levavam pontapés, eram escorraçados e espancados; mas nem assim fugiam. As pancadas quasi que nem lhes doíam, tanto os seus pobres corpos andavam maltratados pela miséria.

Em casa de Luísa, a penúria era trágica. Como os sabiam absolutamente miseráveis, todos se negavam a adiantar-lhes qualquer quantia, a vender-lhes a crédito as sardinhas do jantar:

— Nada, que a vida custa e isto são vadios.

— Não há que fiar em ninguém!

Ah! quantas vezes ela ouvia ressoar aos seus ouvidos estas más palavras, que a faziam córar de vergonha! Mas, como era dum sentimento precoce, não dizia nada à mãe. A quantia que António déra pela primeira vez tinha-se exaurido rapidamente. Ana teve de comprar pano para remendar as camisas das crianças, que caíam aos bocados. Como o inverno vinha aproximando-se o frio das manhãs era já cortante, os pequenitos tiritavam, entravam em casa rôxos de frio e aconchegavam-se uns aos outros em volta do lume, aquecendo as mãos, cobertas de chagas, ao calor da chama. Agora, também trabalhavam, fazendo recados ou mendigando; e muita vezes eram eles que traziam a magra ceia. O mais vólho, o Joaquim, deu uma tarde à mãe dois tostões, pacientemente amealhados aos cinco réis, pelas portas das igrejas ou pelas ruas mais concorridas. Como o viam todo rôto, franzino e duma brancura transparente de doença, compadeciam-se daquela existência tam nova e já condenada à tuberculose. Ana abraçou-o com enternecimento, beijou-o muitas vezes, apertou-o nos braços, exclamou:

— Meu amiguinho, hoje sim: ganhaste o teu dia!

— Davam-me muitas esmolos. Uma senhora até me

perguntou quem eu era e se já não tinha pai. Mas há tantos a pedir, mãe! E como são mais vólhos do que eu, tem raiva e batem-me...

Que eram, porém, essas escassas migalhas para sustentar uma casa! Daí a uma semana, tinha Ana de pagar o aluguer, e não possuía ainda nem um vintém. E o senhorio não perdoava; se ela se atrasava no pagamento, ameaçava-a de lhe pôr tudo no meio da rua e fechar-lhe a porta. Três dias antes, vinha sempre preveni-la.

Era um homem gordo, córado, com a barba tóda, em que branquejavam já muitos cabelos. Por detrás dos óculos, faiscavam os olhos pequenos e redondos, muito vivos, rolando inquietamente nas órbitas, e na bôca errava-lhe um sorriso frio.

— É depois de amanhã, ouviu? Que não haja falta! — prevenia êle.

Quando lhe pediam espera, enfurecia-se, tornava-se apoplético, cerrava os punhos, falava na polícia, atirava aos desgraçados tóda a espécie de obscenidades.

— Oh! meu senhor, se eu não ganhei nada esta semana... Tenha caridade!

— Adeus, minhas encomendas. Cada um sabe da sua vida e Deus da de todos.

— Mas, é só por uns dias.

— Nem por uma hora. Ou paga ou ôlho da rua. Também tenho as minhas aflições, décimas, impostos, uma inferneira!

Na «ilha» temiam-no e odiavam-no. Quando êle aparecia, arrastando-se no seu passo lento, de abdômen saliente onde reluzia a corrente de oiro, sacudindo a cinza do charuto, escarneciam-no.

— Grande pulha! Não tem dó de ninguém! — diziam as mulheres dos operários, surgindo no limiar das portas.

— Sabe lá o que é pena? — exclamavam umas para as outras. Passe êle bem e sofra quem sofrer.

O Sr. José — chamava-se José — aproximava-se com o seu sorriso pacífico a iluminar-lhe a face gorda e vermelha, os olhos redondos e rebrilhando, de mãos nos bolsos, pachorrento, muito respeitável, na sua gravidade. E tinha palavras francas e corteses para cada um dos arrendatários, sabia o nome de todos, batia-lhes afávelmente nas costas, quando recebia o semestre, muito amável e muito familiar:

— Você é dos bons, é um dos honestos. Palavra, que é um gôsto tratar com gente assim...

— Faz-se o que se pode para ir vivendo sem vergonha do mundo — respondiam, desvanecidos, os inquilinos.

— É assim mesmo. Eu quero lisura nos negócios, porque também fui sempre liso.

Só perdia a serenidade e o seu ar repousado de

burguês opulento, quando lhe não podiam pagar. Nesses momentos, os olhos injectavam-se-lhe de sangue, o peito arquejava-lhe, as faces contraíam-se-lhe, espumava de raiva mal contida. Por mais negra que fôsse a miséria dêsses interiores desconfortáveis e tam sombrios que semelhavam túmulos, por maior piedade que os infortúnios obscuros dêsses formigueiros humanos inspirassem às almas compassivas, o seu cruel endurecimento jãmais amolecia de compaixão. E todos recordavam ainda o inolvidável espectáculo que o snr. José um dia provocára, no cortiço do Francisco, um bom operário, honesto e pacífico. O snr. José entrava em casa do desgraçado, precisamente no momento em que a mulher agonizava duma febre puerperal. O Francisco devia um mês de aluguer, mas a doença da companheira não lhe deixou juntar um tostão. Foram duas longas semanas de despesas com o médico, com a botica, com as galinhas para os caldos, para afinal ela estar desenganada depois de tantas privações e de tantos padecimentos. Pois, no momento em que a dôr de Francisco era maior, o snr. José apresentava-se, de bôlsa na mão, com o seu sorrizinho de vaga ironia, implacável e gelado. De dentro do casebre vinham grandes gritos de aflição; o Francisco andava dum lado para o outro, aos ais, com a cabeça esvaída, os dedos enclavinados nas barbas, que arrancava aos repelões, parava à beira da cama, apertava a doente nos braços, chamava-a com nomes ternos:

— Oh! Emília, ó minha pobrezinha, não me deixes assim tam só nesta vida!

O snr. José empurrou a porta, que se abriu, rangendo nas dobradiças ferrugentas, e entrou de chapéu na cabeça, perguntando:

O dinheiro?

— O dinheiro? — respondeu Francisco com os olhos muito abertos. Ora, deixe-me!

— Agora deixo! Eu venho aqui pedir o que é meu. Ou me paga, ou vai tudo lá para fóra!...

Os vizinhos intervieram logo, tentando apaziguar o conflito:

— Oh! snr. José! Veja o que faz; olhe quem está ali, naquela cama.

— Eu quero lá saber disso! O que eu desejo é o meu rico dinheiro.

Francisco enfureceu-se. Tinha nos olhos tanto fogo, que as lágrimas secaram, como se uma labareda de lume as evaporasse.

— Aquela que ali está é minha mulher, ouve? Olhe que lhe aperto as guelas nestas mãos!...

— Pois, o senhor insulta-me? Caloteiro! Eu já o arranjo!...

O Francisco arremessou-se como um toiro, cravou-lhe as unhas na garganta, com tal fôrça que o sangue espirrou logo. O outro deitava a língua entumescida

fôra da bôca, agitava os braços, cambaleava e a face ia-se-lhe arroxendo. Francisco, enraivecido crispava as mãos, cerrava os dentes, Tinha os lábios ensanguentados e todo o seu rosto se decompunha pela cólera. Alguns amigos do operário meteram-se entre os dois, dizendo:

— Ó Francisco, olha que scena! Volta a ti, vê que está ali a tua mulher!...

Ele deixou então o snr. José, exclamando:

— Tire-se diante da minha vista, seu malandro. Arrebento-o!

O outro não diza palavra, trémulo, enfiado e covarde, diante daquele homem tam forte que o dominára como se êle fôsse um junco. Sacudiu a roupa, passou a mão espalmada pela garganta onde ficaram marcadas duas largas equimoses, levantou o chapéu que rolára no chão compôs os óculos e saiu apressadamente. Já na rua, voltou-se, ameaçando:

— Eu te farei a cama, grande biltre. Deixa estar!

E o Francisco arrependido da sua irritação que ainda o enfurecia, sentou-se numa cadeira, sufocado por um ataque de chôro. Depois, arrastou-se até ao catre onde agonizava tristemente aquela Emília tam paciente e tam afectuosa que durante anos suaves perfumára de felicidade a sua existência de humilde, como uma rosa celeste, e murmurou:

— Deus, minha santa, esqueceu-se de mim, que te queria tanto. Fico nesta vida para trabalhos!

Em volta, todos choravam, enquanto o Francisco se agarrava ao corpo quási inerte, que já não podia escutá-lo e adoçar-lhe a sua infindável amargura.

Ana recordava estas coisas e afligia-se. Ah! que seria dela e do bando esfarrapado e doloroso das crianças, errando pelas ruas, ao frio e à chuva, sem logar onde se acoitassem! Do snr. José nada poderia esperar, porque a lição áspera não lhe aproveitára nem lhe suavizára os maus instintos, a sêde da ganância, a adoração pelo dinheiro. Luísa ouvia-a e consumia-se.

— Eu peço outra vez dinheiro ao António, mãe — dizia ela, para a sossegar.

Mas, sentia uma secreta repugnância, uma inexplicável melancolia, uma angustiosa humilhação quando tinha de recorrer à bondade do namorado. Temia que António por fim se aborresse dela, lhe perdesse o amor e a desprezasse.

— Jesus, o que me custa! Mas, que há de ser de nós todos?

A fábrica sempre fechada, e ela sem ter onde ganhar dez réis!

Como os operários teimavam em não ceder, os patrões pareciam até contentes com essa solução.

— Os armazens estão completamente cheios. As fazendas não teem saída! Quanto mais tempo se demorarem, melhor — diziam êles.

Os famintos 1
(Espisódios da vida operária)

I

Foi num sábado ao cair do ^{tarde} ~~noite~~ que Manuel
aboeou repentinamente, abandonando o trabalho, e com as
faces coradas e uma funda ruga d'amaquerra
e as alhas faciendo u'um sintoma bello de
febre. Levanta uma dor tão aguda entre os
peitos, que tem d'acastar-se quasi de fall-
cids a uma parede, para não cair no
 chão. Perde ra a noção das coisas exteriores,
e ^{todos os objectos} ~~os objectos~~ ^{caidavam} caidavam a sua volta, em movimentos
antipropos. A essa hora, na fabrika, ia um
alque tumulto de vida. Rangiam os teares,
afervilhando e as machinas a favam com ruído,
resplandecendo como fulcres potentes. Os cum-
panheiros, as mulheres, as crianças, de bocca
averta e uma soffida ansiedade
d'oi vivos, a respiração offegante e as
dedos enfiados u'uma angustia de

Lúzia. Respirou docemente, como uma au-
 daciãha que se puzia, e como uma luz que
 se apaga: e a sua morte ~~foi~~ ^{foi} um
 renascimento. O primeiro beijo d'amor,
 imaterial e profundo, espiritual
 e divino. Trocaram-se o ~~estudo~~ e
 Lúzia, confundidos na sua sua
 dor e ~~esquecimento~~ ^{esquecimento} na sua sua
~~esperança~~ ^{esperança}, a ~~luz~~ ^{luz} d'esse pa-
 sar e vida ~~novos~~ /

Porto, 2 de março de 1903

Última página do romance «Os Famintos»

Comemorações aveirenses do III centenário do nascimento de Camões (1880)

Por Eduardo Cerqueira

Jornalista e publicista

Com maior ou menor realce, sempre Aveiro se tem associado às comemorações nacionais de grandes figuras e acontecimentos.

Na modéstia dos seus recursos e no seu restrito âmbito, pode não atingir brilhantismo que consinta cotejo com outras localidades da sua igualha em algumas dessas celebrações, mas não se esquece, nem abstém desse dever cívico.

Para cada caso conta sempre, se não com a generalizada memória desperta, com alguém que esteja atento, e tome sobre si a tarefa de assinalação das grandes datas da história local ou da nacional, e dos vultos que particularmente a honraram ou ao País, ou promova os actos rememorativos, e para eles crie o ambiente colectivo e os estímulos necessários.

Terão tomado, maior tomo e projecção, na generalidade, as realizações consagradas às efemérides de mais alto significado local, como: os primeiros centenários do nascimento (1809) e da morte (1862) de José Estêvão; o quinto centenário do nascimento da Santa Joana Princesa (1452), na sequência de amudadas demonstrações de culto, desde há séculos; o centenário da Revolução Liberal de 16 de Maio de 1828; e, coincidentes, no mesmo ano de 1959, as prolongadas festas do Milenário da existência documentalmente comprovada de Aveiro e do segundo centenário da sua elevação a cidade.

Mais discretas, poderiam apontar-se as evocações centenárias dos nascimentos: do panfletário famoso e grande paladino do progresso da sua terra que foi Homem Cristo — a que a conjuntura política fez desluzir o programa —; do pensador e escritor, ocasionalmente envolvido na vida pública, Jaime de Magalhães Lima; do jurisconsulto José Maria Barbosa de Magalhães; e, mais recentemente, o do prelado insigne, obreiro principal da Diocese aveirense, D. João Evangelista de Lima Vidal.

Encontram-se, todavia, por jornais e outras publi-

cações, testemunhos de diverso tomo e mérito, dos empreendimentos memorativos de Aveiro ou de aveirenses ou das datas de maior expressão nacional.

Na circunstância que determina estas linhas, um rol exaustivo dessas demonstrações de civismo — para as quais não tentamos sequer uma prospecção para além do que temos mais presente ou ao fácil alcance — afigura-se-nos desnecessário. Cingir-nos-emos, assim, antes de traçar um bosquejo da que nos propomos lembrar, pois o IV Centenário da Publicação dos Lusíadas a torna azada, a mencionar algumas delas.

Citaremos, assim, em primeiro lugar, celebrado em 1882, o Centenário do Marquês de Pombal, que inclui a, ainda recordada com apreço e encómio, exposição retrospectiva de arte decorativa. Organizou-a o Grémio Moderno por inspiração e sob a orientação competente e diligente acção do erudito e operoso aveirógrafo Marques Gomes, patrocinador constante da valorização e divulgação do património artístico e histórico da sua terra natal.

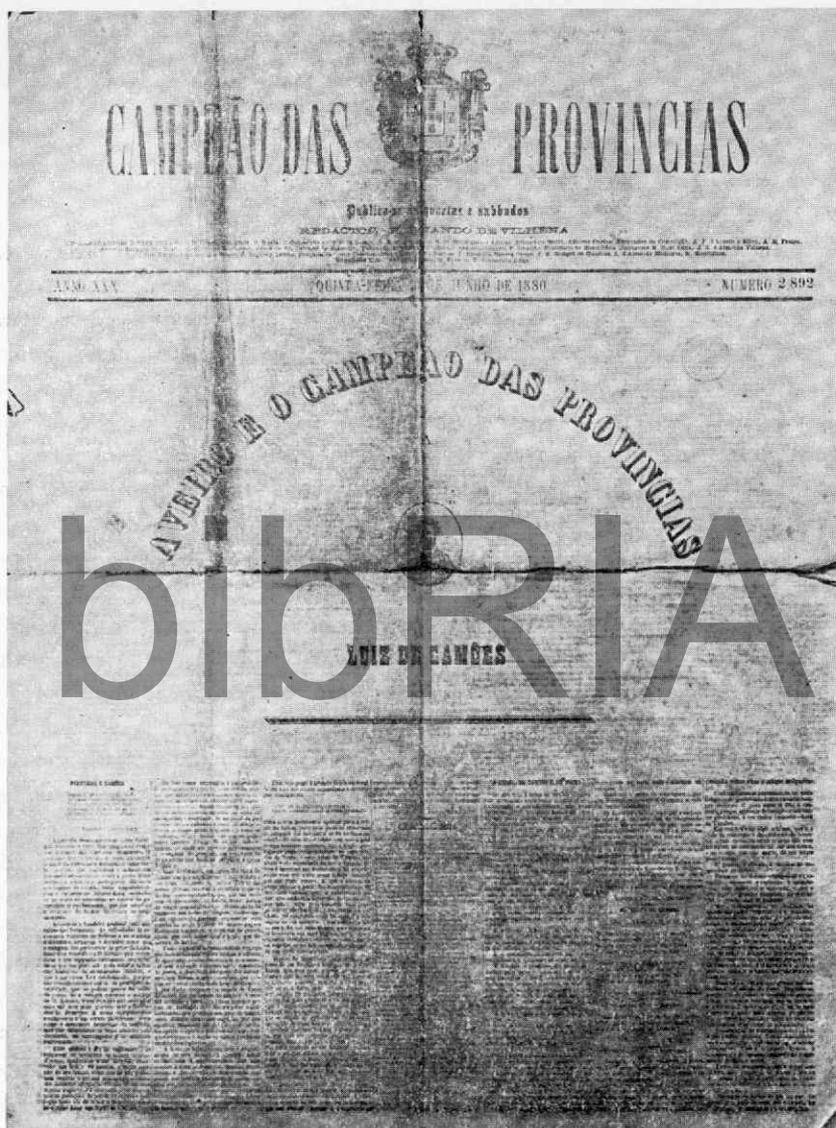
Nesse ensejo se publicou um número único de um jornal exclusivamente consagrado à memória de Pombal, a quem Aveiro devia, entre outros benefícios, os foros de cidade e a criação do seu bispado. Inseria colaboração das mais eminentes figuras aveirenses da época, desde Homem Cristo (que na data precisa da comemoração e da saída da publicação — 8 de Maio — perfazia 22 anos e era o mais novo dos colaboradores) até ao General Joaquim da Costa Cascais, poeta e dramaturgo, de Francisco Regala, Almeida Vilhena, Joaquim de Melo Freitas, Jaime de Magalhães Lima, Joaquim Simões Franco, Marques Gomes, Manuel de Melo e seu irmão Joaquim da Silva Melo Guimarães, a Agostinho Melício, Alexandre da Conceição, Carlos Faria (depois Barão de Cadoro), Agostinho Pinheiro e outros mais.

Também «O Povo de Aveiro», recém-fundado, dedica integralmente um dos seus números à efemé-

ride, com a mesma data. Como habitualmente, Homem Cristo, fundador e principal animador do famoso semanário — que quase redigiria mais tarde da primeira à última linha — não subscreve nenhum dos artigos insertos. A sua qualidade de militar inibia-o de figurar abertamente num jornal de declarada feição republicana. Mas assinavam artigos individualidades como Teófilo Braga, Anselmo Xavier e Alexandre da Con-

e dignos da consagração popular e da apoteose nacional», como escrevia o «Povo de Aveiro»⁽¹⁾ foi solenemente lançada a primeira pedra para a estátua de José Estêvão.

O IV Centenário do Descobrimento do Caminho Marítimo para a Índia deu motivo, pelo menos, a um excelente número do «Campeão das Províncias», organizado e quase inteiramente preenchido — com prosa



1.ª página do jornal «Campeão das Províncias» dedicado a Camões

ceição, como Carlos Faria e Egberto de Mesquita (redactores efectivos do nóvel periódico) e ainda Teixeira Bastos, A. Ponce Leão Barbosa, G. Benevides, F. R. (Francisco Regala, apenas apondo as iniciais para não se comprometer, demasiadamente?), Tavares de Castro, Bessa de Carvalho e outros de menor notoriedade.

Ainda no mesmo dia (deliberadamente escolhido para simultaneamente «render um preito de homenagem simpatia e gratidão a dois nomes [...], ambos gloriosos

do próprio punho ou transcrições de trechos menos acessíveis — pelo mesmo benemérito exumador do passado aveirense, o fecundo Marques Gomes, patrocinador constante e incansável obreiro da memoração e realçamento dos valores patrimoniais artísticos e históricos da sua terra.

Nesse número especial, com muitas prestimosas compilações, sobre alguns aveirenses notáveis — D. Frei Duarte Nunes, D. Frei Miguel Rangel ou João Afonso —

e, por exemplo, a menção dos pilotos de Aveiro, conhecidos no século XV, documenta alguns aspectos do papel que a sua terra, através de alguns filhos de maior evidência, houve, antes ou pouco depois, de relação com o facto comemorado.

Mas, para além da evidenciação dessas efemérides, correm impressos — já mais ou menos raros e pouco divulgados nas lembranças — livros e artigos de aveirenses, redigidos a propósito do centenário da Guerra Peninsular.

Pertence mesmo ao General Costa Cascais (aveirense nado e de affecto fidelíssimo à sua terra, que nem mesmo com um afastamento de um período que se alongou por mais de meio século declinaria nas demonstrações ininterruptas) a memoração da Batalha do Buçaco, em que a estrela napoleónica deu os primeiros indícios de vir a apagar-se.

Não passaram sem evocação as datas em que se cumpriram as centúrias de anos sobre os nascimentos de Alexandre Herculano ou de Eça de Queirós — este, aliás, estreitamente ligado a Aveiro pela ascendência paterna, e, como ele próprio se declarou, «filho de Aveiro, educado na Costa Nova, quase peixe da ria».

No mesmo caso, como se impunha, estiveram as celebrações camoneanas: — já no ano transacto, celebrando o IV Centenário da Publicação de «Os Lusíadas»; já em 1880, evocando e glorificando a figura do Épico, quando se perfaziam quatro séculos sobre a sua morte.

Sobre estas nos deteremos. Volvida quase uma centena de anos, estão os factos esquecidos. E, conquanto não atingissem proporções de excepção, será talvez oportuno lembrá-los. Se não como paradigma, que os meios de que hoje dispomos, facilitam e, porventura, impõem, em circunstâncias similares, mais ambiciosas organizações, pelo menos darão a prova de que as elites aveirenses oitocentistas — aliás, talvez como em tempo nenhum da história de Aveiro, ricas de valores — sabiam cumprir, melhor que as de hoje, essas obrigações cívicas.

Para além da posição marcada pela Imprensa local a que mais adiante faremos a alusão devida, a comemoração centenária teve dois actos principais, enquadrados em galas exteriores que, embora sucintamente também, mencionaremos.

Não encontramos, nos relatos do tempo, ecos evidentes da agitação de ideias que se verificou especialmente em Lisboa e teria uma tão influente projecção no incremento do partido republicano. Em Aveiro, não se presente a infiltração da nova parcialidade, aliás

ainda sem qualquer vislumbre de organização aglutinadora, que só viria a verificar-se, tempos depois, por iniciativa de Homem Cristo, a quem se ficaram devendo os princípios da constituição do partido.

As cerimónias puderam decorrer, assim, sem qualquer sintoma de propaganda adversa aos poderes constituídos, gizadas ou orientadas pelas entidades oficiais, sem intromissões que as perturbassem.

Andariam já os estudantes do liceu, esses porventura com mais sangue na guelra, mas sem notória quebra de irreverência ou propósito discrepante, a gizarem o seu programa, em acordo com o reitor quando à Câmara foi sugerido o dia 10 de Junho como a oportunidade mais apropriada à inauguração de um edificio escolar que a municipalidade mandara construir na Vera-Cruz.

A ideia partiu de Francisco Vitorino Barbosa de Magalhães, aveirense que especialmente se tornou conhecido pela actividade jornalística. Com efeito, deu assídua colaboração ao «Campeão das Províncias», (onde, ainda aluno do liceu, nascido em 1846, ao dobrar para o decénio de sessenta, se estreou, e de que viria a ser redactor efectivo) e a outros periódicos locais como o «Distrito de Aveiro», o «Parlamento» e «Beira Mar», e ao semanário viseense «O Viriato», onde fez inserir, além do mais, dois romances, em folhetins: — «A Rosa do Adro» e «Mistérios do Coração» hoje caídos em espesso esquecimento, mas que parece terem despertado e comovido as sensibilidades românticas dos leitores ou leitoras do periódico.

Funcionário da Fazenda por profissão, desempenhou largo tempo, com infatigável solicitude, funções de correspondente de diversos diários, como o «Jornal de Notícias», a «Actividade», o «Diário Popular» e o «Correio da Tarde». Farejador dos acontecimentos, pressuroso em transmiti-los ainda palpitantes, a desabrochar aos primeiros raios da aurora, minucioso no seu relato, e assim ganhando jus a que, entre faceta e familiarmente lhe chamassem o «Francisquinho das Notícias», este aveirense estimável, como todos aqueles que se situaram já na penumbra do segundo plano, ficou mais pelo apelido, que José Maria Barbosa de Magalhães e, depois, com maior evidência ainda, o filho e homónimo deste, altamente ilustrariam, do que pelos seus méritos e acção próprios.

E, entretanto, a par da produção literária, de efémeros ecos, caduca como as notícias que se apressurava a difundir, frescas como as colheira, reuniu no «Campeão» um «Cancioneiro Popular», que, porventura, valeria uma exumação total ou parcial, e dava sugestões, por vezes adoptadas e úteis.

Assim, succedeu, que se aproximavam as comemorações do centenário camoneano, e nada se prenunciava que ficasse a assinalar materialmente, como um

acontecimento concreto e perduradouro, a quota parte de Aveiro nessas demonstrações de exaltação patriótica.

Em 16 de Abril, desse ano de 1880, Francisco de Magalhães, com ou sem prévio contacto oral, dirigiu-se ao presidente e vereadores: «Constando [...] que está próxima a conclusão da casa da escola que essa ilustre e zelosa corporação mandou edificar no largo da Vera-Cruz, e tendo lugar no dia 10 de Junho próximo futuro a solene comemoração do tricentenário do nosso primeiro épico,—Luís de Camões— a maior das nossas glórias pátrias— que por toda a parte se preparam para festejar, entende o signatário que é essa a melhor data em que deve ser inaugurada solenemente a nova escola».

E, como o tempo já não sobejava, completava a sugestão, que a municipalidade acolheu com simpatia e pronta anuência, para, no caso de esta se verificar, não se protelarem os convites aos possíveis intervenientes na sessão inaugural. Era conveniente dar-lhes tempo bastante, «aos cavalheiros que quisessem abrilhantar (as cerimónias) com discursos, poesias ou recitações, tão patriótica festa da civilização», para se prepararem».

A Câmara, que tinha então a exercer a presidência, o vice-presidente, José Antunes de Azevedo, comerciante, estabelecido na Praça do Comércio. Antes chamava-se a Praça do Pão, mas, porque era contígua aos Arcos (e já essa circunstância a distinguia) e a de maior movimento para o negócio, designavam-na como se fosse singular, singelamente despida de qualquer aposto topónimo identificador, e, pois, por «A Praça», **tout court**.

Homem prático, não subestimando o valor das letras nem de outra qualquer forma de cultura, antes o prezando e no sentido de o fruir não só se ilustrando, mas conduzindo os filhos—um dos quais um aveirense de evidência, o Dr. António Emílio de Almeida Azevedo—promoveu, sem pressas, mas sem perdas de tempo, à proporção das disponibilidades dos sempre ratinhados cofres municipais, mas com dignidade, as diligências preliminares para a concretização da aprovada proposta.

E, após os contactos directos, o assentar em troca de impressões orais, primeiro nas linhas mestras e, depois, nos pormenores do programa, para só então, pôr «o preto no branco».

Em 29 de Maio, oficiava ao Comissário de Estudos do Distrito de Aveiro, o Dr. João de Moura Coutinho de Almeida de Eça, que era também reitor do liceu. Oficialmente lhe participava que a municipalidade, desejando «associar-se ao pensamento geral e aos outros municípios do país» resolvera escolher o dia 10 de Junho «para a inauguração da nova casa da escola da freguesia da Vera-Cruz, convidando para esse acto

as autoridades da cidade e concelho, e principalmente o pessoal docente do liceu e todos os professores primários desta circunscrição».

Solicitava-lhe o parecer e conselho sobre os pormenores da projectada comemoração camoneana certo que «com a maior boa vontade se dignaria coadjuvária neste empenho, como é próprio do seu patriotismo e amor das boas-lettras», e para que os festejos da iniciativa camarária em tudo se harmonizassem com a celebração promovida pelo liceu.

Solicitava-lhe ainda que se encarregasse do discurso da inauguração ou indicasse o professor ou professores a quem fosse confiada essa missão.

A 4 de Junho, foram expedidos os convites às autoridades e, em 7, estabeleceu-se definitivamente o programa. Foi redigido, textualmente, nos seguintes termos:

Art. 1.º—No dia 10 do corrente mês terá lugar a fim de celebrar a comemoração do **tricentenário de Luís de Camões**, a inauguração da escola para os dois sexos, que esta Câmara mandou construir no Largo da Vera-Cruz, para os alunos desta freguesia.

Art. 2.º—Pelas 9 horas da manhã do mesmo dia uma banda marcial percorrerá as ruas da cidade, indo em seguida colocar-se no dito largo da Vera-Cruz, em frente do edifício da escola.

Art. 3.º—Para a inauguração serão convidados, além do Ex.º Governador Civil do Distrito, e demais autoridades do Concelho, o pessoal docente do Liceu e Seminário, a imprensa, os professores de instrução primária, de ambos os sexos, deste Concelho, e mais pessoas distintas da cidade, que é da praxe e costume convidar para tais actos.

Art. 4.º—Às 11 horas da manhã sairá do edifício dos Paços do Concelho a Câmara Municipal, acompanhada de todas as autoridades, professores e demais convidados, que, para esse fim, ali estiverem reunidos, dirigindo-se à dita casa da escola, pelas ruas da Costeira, dos Mercadores, travessa da mesma rua, rua de José Estêvão, da Vera-Cruz, e largo do mesmo nome, entrando pela porta principal da escola, cuja chave será previamente entregue ao Ex.º Comissário dos estudos, pelo Presidente da Câmara, para a cerimónia de abertura da mesma escola, à qual fará guarda de honra o destacamento estacionado nesta cidade. As autoridades e convidados, que não se reunirem nos Paços do Concelho, entrarão no edifício da escola pela porta do lado esquerdo.

Art. 5.º—Na sala da dita escola tomarão lugar: no topo, e tomando a presidência, o Ex.º

Comissário dos estudos, rodeado pelo corpo docente do Liceu e Seminário, tendo à sua direita o Ex.^{mo} Governador Civil, e seu Secretário Geral, e a Câmara Municipal, e, à sua esquerda, todas as mais autoridades da cidade. O estandarte Municipal será colocado à direita da mesa da presidência. Em seguida à Câmara Municipal, e fazendo parede, pelo lado direito da sala, estarão as professoras de instrução primária do Concelho, e, em frente, do lado esquerdo, os professores do Concelho. Os convidados tomarão lugar em frente da presidência. Haverá duas mesas para os conferentes que quiserem discursar sobre o objecto do dia e acto, depois de obterem, previamente, da presidência, a palavra.

Art. 6.º — O Ex.^{mo} Comissário dos estudos, presidente da assembleia, fará o discurso da inauguração. Logo que ele, no fim dos discursos dos conferentes, declare inaugurada a dita escola, subirão ao ar girândolas de foguetes, e repicarão os sinos dos Paços do Concelho, tocando o hino nacional a banda marcial, colocada no largo da escola.

Art. 7.º — Terminados os discursos, dos que, para isso, obtiveram permissão do Ex.^{mo} Presidente, será dado por concluído o acto, voltando aos Paços do Concelho a Câmara, autoridades, professores e convidados, pela mesma forma, e pelas mesmas ruas porque se dirigiram à escola. O estandarte Municipal, tanto à ida, como à volta, será levado por um cavalheiro para esse fim especialmente convidado.

Art. 8.º — Chegada a Câmara, autoridades, professores e convidados, aos Paços do Concelho, a Câmara tomará o seu lugar, ordenando o presidente dela ao seu Escrivão que leia o auto da cerimónia, que será exarado no livro das sessões municipais, e assinado pela Câmara, e todos os presentes — feito o que se dará por terminado o acto.

Aveiro e Secretaria da Câmara Municipal,
7 de Junho de 1880.

Da forma como se deu efectivação ao programa deixaram registo os periódicos locais — «para que se saiba no país que Aveiro tomou parte também na grandiosa manifestação do dia 10». (2)

Sigamos, assim, um desses circunstanciados relatos. E sintetizemo-lo: «A manhã acordou ao som dos hinos nacionais, que uma banda marcial soltava pelas ruas da cidade, por iniciativa da comissão de estudantes do liceu». Porque, diga-se, o corpo discente daquele estabelecimento de ensino organizou, em cooperação com os professores, e paralelamente à da municipa-

lidade, uma comemoração da efeméride, que tomara tão empolgante projecção e penetração.

«O largo municipal — prosseguia a reportagem do mesmo órgão da Imprensa aveirense (3) — apareceu visivelmente embendado. No centro elevava-se um formoso adorno, cercado de galhardetes, sob cada um dos quais se viam datas comemorativas. Na fachada do liceu, em grandes letras encarnadas, lia-se a palavra «Camões».

No Largo da Vera-Cruz (hoje denominado Largo do Capitão Maia Magalhães), a decoração fora gizada no mais estremo estilo da época. Aliás, a descrição, também rigorosamente fiel aos empolados gostos de então, com ela se harmonizava inteiramente: «...em volta do elegante edifício da escola municipal — o elegante edifício é o mesmo que ainda hoje lá se encontra em ruína e agora consideramos extremamente modesto, se não mesquinho — tremulavam muitas bandeiras, cujos mastros se ligavam entre si por festões de murtas e flores».

Decepcionantemente, «a manhã estava triste». E, pior, «ameaçando aguaceiros eminentes». Mas, de muito vale a vontade, ou a fantasia de um cronista imaginativo: «No entanto, os hinos da festa atroavam os ares e as girândolas de foguetes que estoiravam no ar mantinham na linha de respeito as nuvens acasteladas».

O programa cumpriu-se como fora prescrito. Saiu o cortejo, ao meio dia prefixo, e rompeu ao som dos repiques dos sinos da torre dos Paços do Concelho, como é da velha e subsistente regra. Somente o cortejo, no tom de circunstância do narrador era mais pomposamente «o préstito», como convinha à dignidade da comemoração.

À boa maneira idealista, porque a escola era tida como um templo, o cívico préstito de preito camoneano ia «sagar a escola», enquanto o povo, que nem sempre tinha festas daquele tomo, num tempo de muito escasas distrações, se «apinhava em volta da gentil construção». E, entregue a chave, como no programa se prescrevia, ao Comissário dos Estudos, doutor de capelo e borla, e que desse atributo se não dispensava de acompanhar a assinatura onde quer que a exarasse — o Doutor João de Moura Coutinho de Almeida Eça —, este abriu a porta.

Claro que o cronista teria de afinar todo o relato do histórico acontecimento pelo mesmo diapasão de ataviada linguagem, para revelar a magnitude e projecção da cerimónia: «Abriu-se a porta do templo e os sacerdotes entraram».

Evidentemente que entre estes sacerdotes tinha lugar o clero, desde o Vigário-Geral da ainda não extinta diocese, ao corpo docente do Seminário e demais cleresia citadina, mas, ali, o «Sacerdos Magnus» era o Dr. João de Moura, e oficiantes os oradores que

mencionaremos, o venerando Manuel José Mendes Leite — o intrépido e impoluto soldado da Liberdade que, sendo a mais insigne e respeitada figura de Aveiro, conduzira o estandarte municipal —, os camaristas, as autoridades civis e militares, o professorado.

Abriu a sessão o Comissário dos Estudos, que proferiu «um bem ligado discurso» sobre a instrução e sobre a festa do dia, e, «em frases dignas do seu muito cavalheirismo e cortesia, endereçou à Câmara as suas felicitações».

Seguiram-se no uso da palavra: António Maria dos Santos Freire — «um dos mais distintos professores do país», na qualificação do noticiarista a que vimos arrimados —; José Reinaldo Rangel de Quadros — «que recitou uma das suas formosas produções poéticas».

Francisco de Magalhães, que, como vimos, lançara a ideia de assinalar-se a data da inauguração do novo edifício escolar, achou que não podia ficar silencioso na cerimónia que a consagrava: «Sabendo que estava prestes a conclusão deste belo edifício, concebi a ideia de ser inaugurado neste faustoso dia em que a nação paga uma dívida enorme ao imortal cantor das nossas glórias, e por isso, tomei a liberdade de apresentar à nossa ilustre vereação uma proposta que ela benevolmente acolheu, e mais brilhantemente efectuou, pelo que não posso deixar de tributar-lhe o meu eterno reconhecimento».

Ao saudar, com exuberante júbilo, aquele «dia festival», salientou: «Portugal não podia deixar de festejar condignamente este dia como um dos principais da sua brilhante história, e para que a mocidade — esperança da Pátria — e o povo — tesouro da Nação — aprendessem a venerar aquele nome, como o do mais ilustre varão, que pôs todo o empenho em tornar grande o ninho seu paterno! E Aveiro, que se ufana de possuir aquela que se aponta como sendo a Natércia de Camões, não podia deixar despercebida esta data gloriosa».

Outro orador, poeta festejado e filigranador da prosa com minuciosos esmeros, Fernando Vilhena, quintessencia as superlativações e encómios:

«A terra em que nasceu a mais brilhante manifestação do génio e da inteligência humana, José Estêvão Coelho de Magalhães, vai hoje inaugurar uma escola abrindo à sacratíssima legião da infância mais um horizonte luminoso».

E na sua maneira ditirâmbica, ao que parece de tanto agrado e aplauso dos auditórios de então, subia nos mais altos voos retóricos:

«Augusta sagração da verdade! Sublime festa da Ciência é esta, em que a chave de ouro do mais acrisolado civismo vai abrir as portas do sacrário da instrução. Soberbo facho de luz ilumina de um só jacto

os domínios da escuridão, sepultando nos abismos o demónio da ignorância».

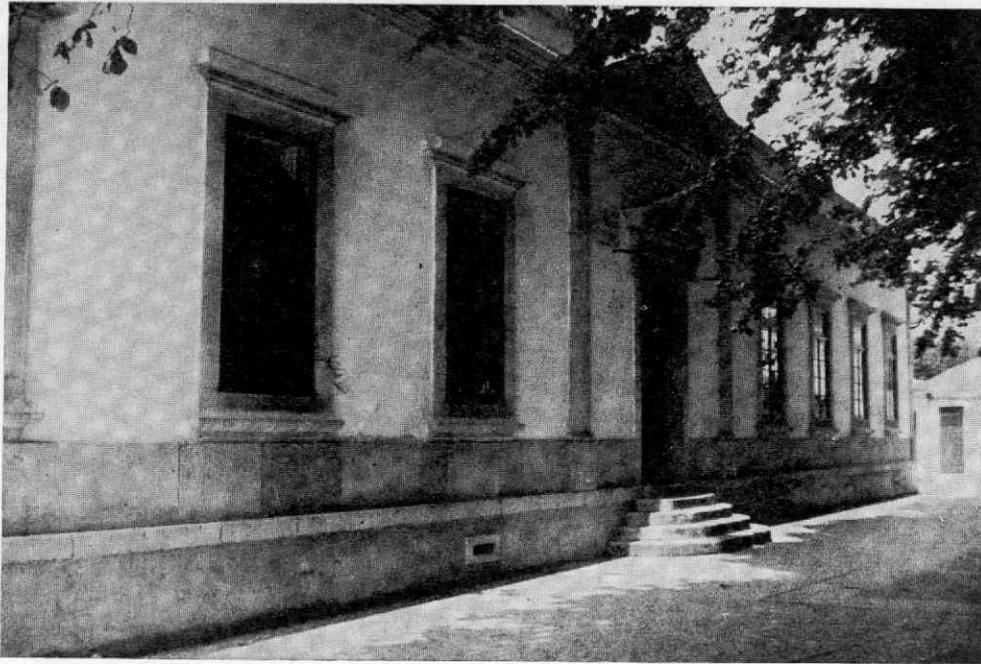
Os últimos discursos da sessão, de certo mais sóbrios, mas de que não topamos qualquer transcrição, foram proferidos por Barbosa Ponce Leão e pelo averógrafo Marques Gomes, sempre presente nas celebrações das datas históricas e nos grandes momentos da sua terra.

Foi depois reorganizado o cortejo e, na sala das Sessões dos Paços do Concelho, onde as principais entidades se dirigiram, lavrado, lido e assinado o auto da inauguração que integralmente transcrevemos:

Auto da inauguração da Casa de escola de instrução primária, para os dois sexos, da freguesia de Vera-Cruz, construída no largo do mesmo nome.

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil e oitocentos e oitenta, aos dez dias do mez de Junho do dito anno, nesta cidade de Aveiro, e Paços do Concelho, achando-se reunida na sala das suas sessões a Câmara Municipal sob a presidência do seu Vice-Presidente, o Sr. José Antunes d'Azevedo, e estando assim presentes os vereadores da mesma, Ribeiro, Simões, Santos Gamellas e Carlos Guimaraens, diversas auctoridades, o Ex.^{mo} Comissário dos estudos, professores do Lyceu, do Seminário e de instrução primária do Concelho, representantes da Imprensa, e outras pessoas convidadas, todos abaixo assignados, disse o Snr. Presidente que, estando designado o dia de hoje para a inauguração da escola para os dois sexos que a Câmara mandara construir no largo da Vera-Cruz, comemorando, por esta forma, o **tricentenário de Luiz de Camões** — o grande e immortal épico —, cujo poema tornaram immorredouro o nome portuguez, convidava todos os presentes a acompanharem a Câmara n'esse acto solemne.

E logo pedindo elle Snr. Presidente ao Ex.^{mo} Manoel José Mendes Leite que se dignasse tomar o estandarte municipal, o qual se achava arborado na sala atraz delle seguiram a Câmara e todos os convidados pelas ruas da Costeira, dos Mercadores, travessa dos Mercadores, ruas de José Estevam e da Vera-Cruz, e largo do mesmo nome, dirigindo-se ao edificio da escola. E ali convidando o mesmo Snr. Presidente o Ex.^{mo} Comissário dos estudos e Reitor do Lyceu a assumir a presidência, e tomando todas as autoridades, funcionários e convidados, os lugares que lhes estavam assignados no respectivo programma, o referido Comissário dos estudos,



Fachada principal da Casa da Escola de Instrução Primária, na freguesia da Vera Cruz.

o Ex.^{mo} Dr. João de Moura Coutinho d'Almeida d'Eça, fez um discurso próprio da ocasião e alusivo ao acto, dando em seguida a palavra a diversos cavalheiros que, para esse fim, a pediram. Findo o que o Ex.^{mo} Comissário declarou inaugurada a escola para os dois sexos, construída no largo da Vera-Cruz, e voltou a Câmara, autoridades, funcionários e convidados, pela mesma forma e pelas mesmas ruas, a esta sala das sessões camarárias, onde o Snr. Presidente mandou que se lavrasse este auto, que para constar foi escripto por mim, por ordem d'elle, e vai ser assignado pela Câmara, e todos os presentes, depois de lido por mim Francisco de Pinho Guedes Pinto, escrivão da Câmara, que o escrevi e assigno.

José Antunes d'Azevedo

José Maria Ribeiro

Manoel Nunes d'Oliveira Sobreiro, Adm.^{or} do Concelho, Manoel Rodrigues Simões, José dos Santos Gamellas, Carlos da Silva Mello Guim, Dr. João de Moura Coutinho Alm^{da}. d'Eça, Manuel Batista da Cunha, Professor do Seminário, Calisto Simões da Costa, idem, Alexandre José da Fonseca, idem, José Candido Gomes de Oliveira Vidal, idem, António Villas Boas Salgado, Comandante militar, o Juiz de Direito da Comarca Barão de Paçõ Vieira, Francisco Augusto da Fonseca Regala, João J.^o Per.^a de Sousa e Sá, professor do lyceu, Visconde da Azinheira, Elias Fer-

nandes Pereira, professor do lyceu, Abilio César H.^{es} d'Aguiar, idem, Adriano Monteiro, Secrtr.^o, Alfredo Gouvêa Osório, thesour.^o pagador do Distrito, João Maria Garcia, 1.^o Substituto do Juiz Ord.^o d'Aveiro, Alvaro de Moura Coutinho d'Almeida d'Eça — professor do lyceu, Manoel Ferr.^a Corr.^a de Souza Escrivão Faz.^{da}, José Pereira de Carvalho, P.^o Manoel Ferreira Pinto de Souza, Anacleto Pedro da Cunha, Joaquim de Mello Freitas, Francisco Augusto de Paixão, Jozé António de Resende, Francisco José Barbosa, Francisco Victorino Barbosa de Magalhães, J.^o Augusto Marques Gomes, Fernando de José Maria Barbosa de Magalhães, Alfredo Rangel de Quadros, António Ponce de Leão Barbosa, António Maria dos Santos Freire, Professor d'ensino primário, Agostinho D. Pinheiro e Silva, Manuel José Mendes Leite, José Fernandes Mourão; Commissão escolar, promotora dos festejos do tricentenário de Luiz de Camões: Manuel António de Sousa, Anselmo Augusto Maria da Silva, José Rodrigues d'Almeida, Joaquim Alfredo Mourão, António Rodrigues Cosme; Júlio Alfredo Lourenço, professor d'instrução primária, José Reynaldo de Quadros Oudinot, Manoel António Loureiro de Mesquita, Silvério Augusto Barbosa de Magalhães, Domingos dos Santos Gamelas, Arthur Ravara, Manoel José Marques da Silva Tavares, J.^o Ferreira da Cunha e Souza, João d'Almeida Vidal, professor de Instrução Primária, Francisco de Pinho Guedes Pinto.

As comemorações promovidas pelo liceu efectuaram-se à tarde.

Organizou-se uma comissão de estudantes com a seguinte constituição completa: presidente, José Gerardo Vieira; vice-presidente, José Fernandes Mourão; secretário, Anselmo Augusto Maria da Silva; tesoureiro, Manuel António de Sousa; vogais, Joaquim Alfredo Mourão, António Rodrigues Cosme e José Rodrigues de Almeida.

O programa elaborado pelos jovens estudantes — que foram naturalmente permeáveis à propaganda, que tomara nítida feição republicana, lançada em Lisboa, para as celebrações do centenário — iniciou-se às três horas da tarde — hoje diríamos pelas quinze — com a distribuição pelos presos da cadeia de um abundante jantar. Aliás, os reclusos, já que a cadeia se encontrava instalada no andar térreo dos Paços do Concelho, eram, por assim dizer, vizinhos do liceu. De qualquer modo, era muito a propósito o comentário do cronista da época, acentuando que tinha sido um «acto altamente comovente e que muito honrara os sentimentos da mocidade estudiosa».

Duas horas depois, no salão da biblioteca do Liceu — «magesosamente adornado» e em frente de cuja entrada se erguia o busto de Camões — efectuou-se uma sessão solene.

Usaram da palavra o Reitor — o mesmo Dr. João de Moura Coutinho de Almeida de Eça —, Abílio César Henriques de Aguiar, José Reinaldo Rangel de Quadros — que recitou uma poesia intitulada «Luís de Camões», no dia imediato lida no Palácio de Cristal, no Porto —, Marques Gomes — que pronunciou um discurso histórico acerca de D. Catarina de Ataíde —, Fernando de Vilhena, Silvério Augusto Barbosa de Magalhães, de novo Rangel de Quadros, declamando outro poema da sua autoria, e a encerrar, pela segunda vez, portanto, o Reitor.

Entretanto, no termo de cada discurso, a «orquestra académica», regida por João Rodrigues Franco Júnior, executou uma composição e, segundo o narrador que temos acompanhado, «com escrupulosa afinação, cuidada regência e admirável certeza».

Pertenceram ainda à iniciativa da citada comissão de estudantes, as festas realizadas à noite.

A fachada dos Paços do Concelho foi iluminada ao gosto da época, e, bem assim, o Largo Municipal, com invulgar profusão de lumes.

Assim se deduz do registo do acontecimento, mesmo descontando a propensão para o encómio exagerado do cronista, de tão regorgitante veia literária e que não se dispensou de assinalar a «admirável iluminação»: «nunca, talvez, nesta cidade, pródiga em festas, se viu iluminação mais vistosa».

Esta estendia-se, logicamente, à frontaria do edifi-

cio do liceu, onde «brilhava em cintilações formosas a palavra «Camões».

Resta acrescentar que, quer a Banda Aveirense quer a da Vista Alegre, executaram, alternadamente, com todos os primores de que eram capazes, ao longo de algumas horas, as melhores peças dos seus repertórios.

Não seria nem fácil nem aconselhável num trabalho sem pretensões exaustivas — pois que apenas se propõe apresentar um conspecto pouco mais de objectivamente enunciativo da participação aveirense na celebração que tanta influência tomara no incentivo do proselitismo dos ideais republicanos — tentar um rol, próximo do completo, dos aveirenses — **lato sensu** — que deixaram produções em prosa e /ou/ em verso, por publicações de ocasião ou periódicas, nesse momento de glorificação do Épico Nacional e de acendrada exaltação patriótica.

Apontaremos, todavia, alguns jornais a que topamos referência, ou mesmo conhecemos por algum raro exemplar. E referiremos não apenas os que ao acontecimento tão geral e relevantemente consagraram, na Imprensa, números especiais, integralmente dedicados a Camões, mas ainda um punhado dos que, embora não de forma exclusiva, incidiram salientemente na fausta memoração da efeméride.

Aludiremos, assim, em primeiro lugar, a alguns números sucessivos (2892 a 2896) do «Campeão das Províncias». A primazia seria devida, para além de haver sido o jornal que mais desenvolvida e demoradamente se deteve sobre o grande acontecimento nacional, por se tratar do decano dos jornais da cidade e do distrito.

De alguns desses números nos socorremos já e com eles continuaremos a abonar-nos. Do primeiro dos mencionados, porque de Aveiro mesmo ou da circunscrição administrativa que a tem por capital eram, por nascimento ou adopção, os colaboradores, relacioná-los-emos um a um.

Todos, mais ou menos, em diversos sectores de actividade, com maior ou menor constância e préstimo, prestaram serviços à sua terra e nela tiveram notoriedade.

Aliás, dessa edição do tão difundido e creditado periódico aveirense — que constitui, sem dúvida, um muito apreciável espécime camoneano, ainda que compreensivelmente ditirâmico, porventura mais em jeitos de aureolação histórica do que com intuito de valorativa apreciação de crítica literária — extratamos, para o final desta notícia exumativa, o poema de Francisco Joaquim Bingre — já aí repetido, que não ainda inédito, mas quase ignorado. Segundo julgamos, bem merece ser trazido à luz da ribalta mais uma vez neste ainda que modesto teatro das letras.



Francisco de Joaquim Bingre

Com representar uma contribuição para divulgar a produção bingreana e numa mal conhecida faceta do festejado e longevo árcade, que pelo seu pseudónimo de «Francélio Vouguense» e depois com o mais popularizado de «Cisne do Vouga», tanto ficou ligado à região aveirense, constitui uma crítica severíssima a José Agostinho de Macedo, e ao seu pretencioso «Oriente», em que inflado pavonescamente se propunha «fazer esquecer o que há na repartição das Epopeias até agora». (4)

Nesse escarpelar do poema, sem que o autor famoso da «Besta Esfolada» e outros contundentes panfletos do mesmo teor e vigor, «julga que conseguiu a possível perfectibilidade, e que não cabe mais nas forças humanas» (5), com a exaltação reabilitadora de Camões, reduz-se, com o exagero da sátira, a vanglória fátua e petulante a proporções de rasteira inspiração.

Na verdade, como lucidamente acentuou Castelo Branco Chaves (6) «Julgando (José Agostinho) que a posteridade o veneraria como poeta e, deliciada e atenta, se debruçaria sobre os seus poemas, comunga dessa estrondosa quimera do amor próprio, que é a celebridade, tendo sido justamente o mau poeta que tem feito esquecer e desprezar nele o polemista insigne, o panfletário vigoroso, másculo e pitoresco, o satírico admirável, o crítico sensato, erudito e penetrante que, de facto, foi».

Crítico, mas não autocrítico com agudeza e bitola válida, não sabemos o que porventura haja ripostado

e com que verrina e faceta veia ridicularizadora, ele que era todo «rebeldia, orgulho, vaidade, intolerância, sarcasmo/.../, uma organização especialmente apta para a inteligência discursiva, dentro da qual iria criar, entre nós, um novo género — o panfleto político — a que deixou vincado o nome e a marca da sua natureza apaixonada e violenta». (7)

Sabemos também que outro órgão da Imprensa aveirense, «O Distrito de Aveiro», semanário fundado por José Estêvão e órgão local do tribuno, igualmente com bastante audiência e circulação, em diversas oportunidades vigoroso antagonista do «Campeão das Províncias» — consagrou à efeméride, integralmente, a sua edição relativa à própria data (n.º 865), e, em grande parte, a da semana imediata.

Nesta inseria circunstanciado relato das comemorações aveirenses, redigido pelo próprio director do periódico, nesta segunda fase da sua existência, António Augusto de Sousa Maia.

Na primeira publicava, além de um artigo, «Duas Palavras», do mesmo Sousa Maia — autodidacta que apurara a pena na tarimba esforçada da Imprensa — e produções do redactor principal do semanário, Agostinho Duarte Pinheiro e Silva, («Homenagem a Camões»), de Marques Gomes, António Marques dos Santos, F. Vieira, J. F. Silva, Ivo Augusto, G. de Castro e Rangel de Quadros.

Este operoso investigador, indevidamente esquecido, aliás, versejador de pouco comum facilidade, por igual dedicado às rimas mais copiosas e densas que inspiradas, e à historiografia local, espalhou por diversas publicações as suas produções camoneanas, suscitadas pelas celebrações centenárias.

Ficou-se-lhe mesmo a dever um número especial de «A Verdade», de Oliveira de Azeméis, preenchido quase inteiramente com trabalhos seus, em prosa e verso.

Temos ainda conhecimento de apenas um outro hebdomadário do distrito que fosse dedicado integralmente (ou quase) ao centenário de Luís de Camões — a «Soberania do Povo», de Águeda, ao tempo dirigida por Albano de Melo.

Provavelmente outros teriam tomado similar iniciativa mas não nos foi possível, nem porventura importaria aos propósitos restritos desta desambiciosa notícia evocativa, fazer uma averiguação de pormenor.

Passaremos, assim, a gizar um rol, também necessariamente muito lacunar, mas que dará uma ideia do interesse e da participação de que deram provas os aveirenses com mais ou menos firmados créditos nas letras ou na vida pública da época.

Na circunstância — como, aliás, noutras idênticas — considero aveirenses não apenas os efectivamente natu-

rais da cidade capital do distrito, mas de diversos concelhos da circunscrição administrativa, e, pois, na mesma relação, sem qualquer estulto propósito de absorção usurpadora, mas também sem discriminação, já que o distrito só se valoriza e realça quanto mais na sua variedade, de tão rica gama de tons, panorâmicos, humanos, de actividades económicas o aponto.

Dispensó-me, neste passo, como é lógico, de repetir para vários deles, alusões já anteriormente efectuadas, mesmo muito sucintas, como a índole deste registo rememorativo recomenda.

Darei primazia, pelo número de produções e, até, em geral, pelo mérito literário, à menção ao poeta, ensaísta, jornalista, antagonista de Camilo numa das suas agrestes e famosas polémicas (na qual se não abitolou pela estatura do genial contendor, mas não fez mesquinha figura), engenheiro de ofício e provadas aptidões—o ilhavense Alexandre da Conceição.

Andam arrolados poemas e produções em prosa desse ardoroso e arguto combatente e doutrinator dos ideais republicanos, não apenas vindas a lume em jornais aveirenses—e lembre-se que Alexandre da Conceição foi um dos nomes que Homem Cristo levou a figurar no primeiro período do «Povo de Aveiro». Em jornais de fora de Aveiro, regista-se-lhe colaboração—que conseguíssemos apurar—nos seguintes, de maior ou menor projecção e sobrevivência:

«O Primeiro de Janeiro» (n.º 135—XII ano); «Distrito da Guarda» (número comemorativo); «Progresso de Lisboa» (n.º 1017—IV ano); «Comércio da Figueira» (n.º 124—I ano); «Correspondência de Coimbra» (n.º 45—IX ano); «Bejense» (folha extraordinária comemorativa).

Da sua obra «Alvoradas» (Porto, 1875) já se lhe cita um poema, «A Camões», iniciado do seguinte modo: «Influência fatal da tua estrêla! Há destinos assim, e o teu, poeta, quase nos faz descreer da Providência»...

Figura também na «Descrição da Festa do Tricentenário [...] pelo Retiro Literário Português do Rio de Janeiro», e também nas «Outonais» (Porto, 1880, pg. 22) o seu estro retoma o épico Nacional como tema.

Albano Coutinho, bairradino de irradiante idealismo republicano e primeiro governador civil de Aveiro após a implantação do regime de que foi prosélito devotado, que conseguíssemos averiguar, deixou escritos de seu punho, nessa oportunidade, em «O Comércio do Porto» e «O Comércio Português», ambos da capital do Norte, e ainda no «Partido do Povo» n.º 223, III ano).

De Sebastião de Magalhães Lima—que o facto de haver nascido no Rio de Janeiro não impede de incluímos, pelos laços paternos e os tempos moços aqui vividos, entre os aveirenses de evidência—aparece-nos menção a um artigo no mesmo «O Comércio Português» (N.º 131-V ano) a par com dois outros, incluídos no

«Imparcial» de Guimarães (n.º 694-IX ano) e em «A Revista de Camões» (n.º 1).

O Dr. José Maria Barbosa de Magalhães, que, numa larga fase da sua vida teve assídua actividade jornalística, figura, nesse ensejo, também, além da participação no «Campeão», entre os colaboradores de «O Progressista», de Coimbra (n.º 88—IX ano) e de «O Progresso» de Lisboa (n.º 1018—IV ano). Neste igualmente veio inserto num artigo de José Eduardo de Almeida Vilhena, um aveirenses que alcançou uma posição de relevo no jornalismo, não só da sua terra, mas na Imprensa diária da capital.

Dois poetas de maior mérito e projecção, um nascido em Águeda, outro pelo coração e ascendência paterna intimamente ligado a Aveiro (ambos com sua passagem menos ou mais notória pela acção política, e nesse pendor exercendo a função de governador civil do distrito) respectivamente Fernando Caldeira e Luís de Magalhães, não deveremos neste enunciado olvidar.

Do primeiro anda mencionada um «Brinde oferecido aos assinantes de «Moda Ilustrada», com o título «A Luís de Camões», e não só com versos, mas também com música da sua lavra. Aliás, em «Mocidades», três das poesias que incluiu no volume são dedicadas ao autor de «Os Lusíadas».

Ao segundo, o filho de José Estêvão, deve-se pelo menos, a poesia «As Navegações»⁽⁸⁾, recitada no Teatro Académico de Coimbra no sarau literário ali realizado, na véspera da inauguração do monumento a Camões.

Do já apontado José Reinaldo Rangel de Quadros, nas fontes de que me socorro aparece ainda registada a participação que deu à «Homenagem dos Poetas», emparceirando com alguns nomes de evidência, e uma página solta, com o título «Três Séculos», de um poema seu, extraído do «Album Literário».

José de Melo Freitas, emigrado no Brasil, aí preenche um rodapé de «A Província de Minas», da cidade de Ouro Preto. Intitula-o «O Tricentenário de Camões», e, conquanto o não subscreva com o próprio nome, só depois desvendado, logo se denuncia como homem da região de Aveiro, adoptando o pseudónimo—e nele se envolvendo e ocultando como num gabão—de Augusto Varino.

Outro aveirenses nado—e, embora desde muito novo ausente da terra natal, sempre fielmente a ela ligado e solicitamente presente em todos os momentos em que a sua cooperação era suscitada—o General Joaquim da Costa Cascais, dramaturgo e poeta, professor de ensino militar, com bagagem, predicados e a indulgência que justificassem a denominação carinhosa de «Pai Cascais», que lhe davam familiar e afectuosamente os discípulos—deverá ser citado neste já estiradíssimo, mas naturalmente muito deficiente, rosário de nomes e trabalhos literários com eles firmados.

O General Costa Cascais, além do poema que proporcionou ao «Campeão das Províncias», escreveu, pelo menos, para uma homenagem poética a Camões, no «Diário de Notícias», colaborada por vários dos então mais conceituados cultores das Musas—uns cuja memória persiste, outros caídos no olvido—o poema «Fiat Lux», e ainda uma produção que teria estado nas causas da inauguração do «monumento que à memória do egrégio poeta consagrou a pátria reconhecida»—como se dizia no «Album de homenagens a Luís de Camões», seleccionada colectânea do que nessa altura (1870) fora publicado na Imprensa periódica.

Finalizaremos com uma renovada menção a Francisco Joaquim Bingre, o já desde há longo tempo falecido «Cisne do Vouga».

Poderia, além da que transcrevemos no final desta notícia, arrolar desse longevo vate, diversas produções de mais ou menos sedutora inspiração espalhados um tanto a esmo em colectâneas póstumas das suas poesias. E desde, supunhamos, um «Soneto inédito sobre a catástrofe de D. Inês de Castro» aos «Quadros Pitorescos dos Mais Belos Episódios de Camões», desenhados cada um em um soneto.

Foram publicados no jornal «Civilizador» (9), do Porto. Esses episódios eram os seguintes: 1.º—A Camões; 2.º—Concílio dos Deuses; 3.º—A frota de Mombaça; 4.º—Súplica de Vénus; 5.º—Morte de Inês de Castro; 6.º—Sonho de D. Manuel; 7.º—O Adamastor; 8.º—Naufrágio de Sepúlveda; 9.º—Baco entrando nos Paços

de Neptuno; 10.º—Tritão; 11.º—Os Doze de Inglaterra; 12.º—A Tempestade e 13.º—A Ilha dos Amores.

*

Como já acentuamos, não tivemos o propósito de efectuar um trabalho exaustivo, que aliás redundaria em dobradamente fastidioso.

Como apontamento de um facto, digamos, uma curiosidade do passado local, colocada no devido grau da escala dos casos do passado local, cremos que dá alguns pormenores evocativos de algum interesse. Lembra o que e aqueles que estavam esquecidos. Constitui, assim, de algum modo, um acto de justiça à memória dos aveirenses que nos precederam e alicerçaram com afervorada devoção, ainda que modestamente nas realizações sempre aquém dos anelos, a Aveiro de hoje.

NOTAS

- (1) N.º 14, de 1-5-1882.
- (2) **Campeão das Províncias**, n.º 2894, de 16-6-1880.
- (3) Idem, idem.
- (4) **José Agostinho de Macedo**, «Obras Inéditas», Vol. I, pg. 145.
- (5) Idem, idem pg. 148
- (6) **Estudos Críticos**, 1932, pg. 51
- (7) **Castelo Branco Chaves**, ob. cit., pg. 17.
- (8) **Cóimbra**, Imprensa da Universidade, 1881, Vol. 8.º de 19 págs.
- (9) N.º 823, de 9-X-1872. Vol. II, 1861-1862, pgs. 66-68 e 79-80. Voltaram a ser publicados no «**Museu Camoneano**», Porto 1880 pgs. 66-78.

EPÍSTOLA AO REVERENDO SENHOR JOSÉ AGOSTINHO DE MACEDO

Tu nihil magno doctus reprehendis Homero?

Horat. Lib. 1 Sat. 10—v. 52

José autor de versos bem rimados (1)
Na lusitana incude assás batidos,
E com lima subtil alguns limados:
Que louvores, José, te são devidos
Pelo longo romance que fizeste
Em doze cantos orientais seguidos?
Como afoito de Homero a par correste?
Que pincho sobre o épico latino?!
Que tombo ao torto português não deste?
Eu não sei como ergueste o épico sino;
Mais que sete da alfândega tens força
Pois que levaste o grão badalo a pino:

E não se há-de encontrar, não, quem te torça?
Ora eu sempre vou dar-te uma carreira,
Bem que pulo das maior que corça.
Olha: se eu te galgar pela deanteira,
Eu te farei parar, pois que insensato
Corres tanto pela íngreme ladeira.
Como aqui te pilhei, eu vou-te ao fato.
Tu, José, queres ser cisne beócio?...
Tu, que em tanques comuns, granando és pato?
Para boa te deu, José, teu ócio:
Quando te era melhor compor em prosa
Coisinhas de fazer algum negócio

Tu embocas a tuba magestosa?
Nem gaita de pastor tocar tu podes
Pela falda de Pindo pedregosa.
Para poeta tu não tens bigodes.
Se asas não te quis dar a mãe natura,⁽²⁾
Porque de cera as ícaras sacodes?...
Temerário subiste à mesma altura
Do censurado torto; mas baqueias
De trambulhão na mesma audaz censura.
Tu podes censurar mil epopeias;
Mas fazer uma, não. O teu ORIENTE
Voa pesado e opresso de cadeias.⁽³⁾
Camões, águia imortal, quando ergue a frente
Emboca a tuba de oiro, e as asas bate,
Vai no disco poisar do Sol ardente.
Nasceu vate, foi vate e há-de ser vate
Enquanto viva luz der Febo no mundo,
Sem seu nome morder o cão que late.
Se a muitos imitou, também facendo
A muitos excedeu no dom divino
De um estro que talvez não tem segundo.
Se ele ao grago cantor, cantor latino,
Muitas vezes seguiu com seu compasso
Mediu as dimensões com gosto e tino.
E tu, José... Mas vamos passo a passo.
Quem seguiste no teu poema chamado?
Ah! meu padre, que assim me caís no laço!
Não foi pelo caminho já trilhado⁽⁴⁾
Do censurado vate, que levaste
Segunda vez o Gama decantado?
Dize, podes negar que não furtaste
Muito pano a Camões com que vestiste
O façanhoso Oriente, que geraste?
Mas ah! quão francamente tu cerziste
Os furtados remendos! As costuras
Da remendada capa descobriste.
Tu censurando as imortais pinturas,
Divinas cópias de um pintor famoso,
Foste depois fazer mil borraduras.
Seja a primeira um sonho venturoso
Do rei, amado herói, que Ásia enfeitada
Viu a seus pés depondo cetro honroso:
Ora dize, meu padre, esta dedada,
Ou borradela, que em teu quadro deste
Ao nosso grão cantor não foi furtada?...
Dos verandos rios a colheste;⁽⁵⁾
Tu as guardas viraste à fechadura,
Pois fazê-la de novo não pudeste.
Seja a segunda a célebre pintura⁽⁶⁾
Do bom velho de aspeito venerando,
Que a tua pena roubou a quem censura.
Mas vê com que energia, meneando
Por três vezes a fonte encanecida,
Melhor que o velho teu foi declamando.

E aquela pincelada da fugida
Que o levita profético lançara
Julgando não seria pressentida?
E pensavas, José, que me escapara
Tapar co'as mãos o ouvido, o moiro imundo,⁽⁷⁾
Que a Camões, canto dois, o teu bifara?
E o cabo austral, medonho e furibundo,⁽⁸⁾
Transformado na feia idolatria,
Que fizeste surgir do pego fundo?
Este furto, José, não se faria
Ao gigantão dos dentes amarelos?
Eu não sei com que cara andas de dia.
No teu quadro ias dando uns traços belos;
Mas como foste sempre um mau padeiro,
Amassaste a farinha co'os farelos.
Galo que canta tanto em seu poleiro,
Faz tentar a raposa, quando passa,
De assaltada lhe dar no galinheiro.
Mandam as musas que eu justiça faça.
O engano de Satã na ilha encantada
Não é o mesmo engano de Mombaça?⁽⁹⁾
Naquela do anjo mau acção danada
O justo Henrique mostra ao luso Gama;⁽¹⁰⁾
Nesta Mercúrio aponta-lhe a cilada.
E o fogo que na aldeia acende a chama,
Não é o mesmo fogo que tu viste⁽¹¹⁾
Ateado em Camões na seca rama?
Ora repara bem como caíste
Também, padre José, censor ufano,
Na mesma cova que em Melinde abriste.
Ao velho rei insone melindano⁽¹²⁾
Como Camões a história não contaste
Da fundação do reino lusitano?
Porém, quão secamente lhe narraste
Dos nossos lusos reis a heróica história!
Como com ela ao sono convidaste!...
O caso triste e digno de memória⁽¹³⁾
Passaste, como gato passa as brasas,
E outros, que aos reis dão fama, e ao torto glória.
Mas os patos só dão voadelas razas;
As altas são dessa ave, que alevanta
Sobre o disco do Sol as pandas asas.
Camões dos lusos reis a história canta
tu dos lusos reis a história contas:
Teu Gama narra só, e o outro espanta,
E as formigas, que tu, tontinho, apontas⁽¹⁴⁾
Entre as comparações também roubadas?...
E de fazer o mesmo não te afrontas?!
Olha que tão famosas pinceladas
Vais dando em teu painel! que finas tintas
Por tua mão grosseira desperdiçadas!
Para que tu, José, me não desmintas,
É que te vou fazendo apontamentos
Dos furtos, de Camões, com que tu pintas.

O teu Gama lutou co'os mesmos ventos:
Do Gama de Camões não é diferente.
Senão em ser mais pobre de ornamentos.
E foi isto compor or'iginalmente? (15)
Não havendo **Lusíadas**, de certo
Não vinha à luz o celebrado **Oriente**.
E foi isto fechar livros esperto (16)
Para compor, sem ver, o teu poema?
Ora sempre a Camões deixaste aberto
De teu longo sermão foi este...
E para nele teres venda boa
A censura meu padre foi sistema.
Fugiste dos parciais; deste co'a proa (17)
Nos escolhos, que o torto embicar fôra;
Não sei como surgiste à plaga eoa.
Mas paremos aqui; vamos agora
Tesourar no romance um bocadinho;
Tem paciência José, já que és tesoura.
Isto acontece àquele que é daninho,
Poís que, tendo de vidro o seu telhado,
Vai atirar co'a pedra, ao do vizinho.
Primeiramente o título foi dado
Contra a melhor opinião corrente, (18)
Por ser da acção e não do herói tirado.
Faltou depois no façanhoso **Oriente**
A invocação também, regra prescrita (19)
N'alta epopeia ao vate inteligente.
Qual é a musa tua que te incita
Ao épico furor? Mas um romance
De auxílio divinal não necessita.
E queres que o leitor não durma e canse
Co'a narração monótona que fazes,
Sem encontrar um pouco onde descanse?
Os episódios todos que tu trazes
São à força de malho ali metidos;
De alegrar o leitor não são capazes.
São férreos, secos são, nunca floridos;
Não são filhos do génio, são bastardos;
Vêm para ali os pobres constrangidos.
Os marinheiros teus, os teus soldados
Nunca têm um deleite, em mar bonança,
Co'a narração de feitos sublimados.
Enfastia, aborrece, amarga e cansa
Longa viagem ao triste navegante (20)
Se a algum prazer no mar a mão não lança.
Que aventureiro o seu Quixote andante
E os seus Sanchos encontram nas florestas,
E nos cerros de assombro nigromante?
Logo ao primeiro desembarque entestas
Ao teu herói com colossal figura, (21)
Que no alto cerro aos nautas manifestas
Quem, poria essa estátua em tanta altura
Para o Tejo apontando? e quem na base
Apontaria a profética escritura?

Mago vate inventor, magia faz
Nigromâncias fatídicas tão belas
Para o teu romance arraste e traze...
E o portentoso tríduo das donzelas
Pretas que iam no fogo ser lançadas (22)
Co'a carapinha ornada de capelas?
Se não fossem as lúcidas espadas
Dos lusos em favor da natureza
Não livrava Veloso as desgraçadas.
Nem se a viúva Malabar francesa
Te não lembrasse esta aventura andante
Não tinha o teu Quixote esta alta empresa.
E a outra tal da negra **Unhamba** amante
A quem os dois pretinhos se votaram (23)
Por negro fado e negro amor constante?
Por voluntária súcia se mataram
Todos os três amantes negregados,
Que terno raro os nautas dois toparam!
Todos os teus pinces são ensopados,
Meu padre em negra tinta; em lindas cores
Nunca uma vez sequer senão molhados?...
Lá vai Veloso e os seus exploradores
O templo descobrir no canto quinto
Dos mausoléus dos reis e seus horrores.
Este dos mortos funeral recinto
E o seu bonzo ansião foi furtadela
Que tu fizeste a Fernão Mendes Pinto. (24)
A pincelada de Lindara bela
Que no grão mausoléu inchado deste (25)
Foi tua, que eu conheço a borradela.
Sempre és bem córneo! E coração tiveste
Em fazer com que o rei matasse a amante?...
Dar-lhe outra volta, padre, não pudaste?
Não vês que da natura está distante
Sem choque de paixão tão pronto lance?
Ceder de a pôr no trono era bastante,
Porém, importa pouco que eu me canse
Em te inspirar ternura: é vã empresa;
Deixemos tal, tornemos ao romance:
Em tão comprida história uma beleza
Não se encontra sequer, nem que digamos:
— Benza-te Deus, José, que tens viveza!
Ora um pouquinho ver agora vamos
Todo o histórico fio: ou não diviso (26)
Causa nova: debalde a procuramos.
Tu tens erudição, tu tens juízo; (27)
Não t'ó nego, José, mas não tens gosto;
És monótono sempre em teu repiso;
Não tens outro bordão nem outro encosto:
Os vindouros sucessos do Oriente
Mudam de personage, e não de rosto. (28)
Sonha lá D. Manuel: Ásia potente (29)
Lhe aponta logo ali glória futura,
E o mesmo faz também o anjo esplendente. (30)

Em dois sonhos depois Henrique augura
As ditas orientais e lhe repisa⁽³¹⁾
Na Índia, do Gama teu, lusa ventura.
O mesmo em sonho o Samorim divisa⁽³²⁾
Em sonhos Alexandre ao Gama fala⁽³³⁾
E S. Tomé o mesmo profetiza.⁽³⁴⁾
No princípio em Belém já se não cala
O levita ancião; iguais proesas⁽³⁵⁾
Aos nautas vaticina em voz que estala.
No pedestal da estátua, as portuguesas
Acções orientais se vaticinam.⁽³⁶⁾
Em velhas letras garrafaís chinesas.
Enfim, por toda a parte se amotinam
As proféticas ditas lusitanas⁽³⁷⁾
Com que tanto as cabeças se amofinam.
Enfastiam quem lê tantas indianas,
Repisadas acções mil vezes ditas
Por bocas divinais, bocas profanas.
E és tu, ó padre meu, esse, que gritas
Tanto contra Camões, que degradá-lo
Do Parnaso, onde mora, premeditas?
É ele o historiador ou tu? abalo⁽³⁸⁾
Te não dá cair nesta incoerência?
Qual dos dois narra mais? pois não me calo;
Eu já agora tomei por penitência
De ler até ao fim teu **Oriente**;
Hei-de falar verdade: tem paciência.
A teu longo romance impertinente
A conta não farei qual tu fizeste⁽³⁹⁾
Ao poema de Camões erradamente.
Tu faze-lo por história, lhe abateste
O melhor que ele tem de alta poesia,
E mesmo assim mordê-lo não pudeste.
Eu sei contar, José; também podia
Muita coisa abater no teu, se história
Ele não fosse sem mais valia,
E a escritura que o Gama na memória
Ao Samorim pagão meter pretende?⁽⁴⁰⁾
É maré de chegar à palmatória.
Este longo sermão não compreende
Cento e meio de oitavas enfadonhas?
Chega a mão, meu José, leva e aprende.
E quantas têm os cantos, em que sonhas?
E as tuas narrações a quanto montam?
Defeitos que tu tens, noutro não ponhas.⁽⁴¹⁾
Noventa oitavas, padre meu, se contam
Na profecia do último santo
Apóstolo Tomé, que bem se apontam:⁽⁴²⁾
Duzentos e sessenta e cinco — tanto
Somam tuas proféticas estâncias:⁽⁴³⁾
Testemunho, José, não te levanto.
Tem teus sonhos as mesmas concordâncias,
O mesmo nível têm as profecias.
Curtas de umas a outras nas distâncias.

E és tu, o padre meu, tu que avalias
O poema de Camões? tu que tropeças
Pior, muito pior nas mesmas vias?
E és tu, que aos céus os voos arremessas?
Cisne, que espaços não trilhados pisa?⁽⁴⁴⁾
É bem que agora em trambolhão os meças.
De Calecut ao porto finaliza⁽⁴⁵⁾
Toda a épica acção do teu romance.
Voltar à pátria o Gama não precisa.
Dêste descobrimento o heroico lance
Não se sabe em Lisboa. Esta certeza
Ficou só, meu José, ao teu alcance.
O Tejo viu sair com gentileza
Por sua foz o Gama belicoso
Mas té agora jejuava o fim da empresa.⁽⁴⁶⁾
E acaso julgas tu não ser forçoso
ser o rei, que empreendeu tão alto feito,
Sabedor nesta acção do fim ditoso?
Ora confessa, pois, que não tens jeito,
Meu padre pregador, para poeta,
Bem que mordaz a declamar afeito.
Eu bem previ que se virava a seta
Contra ti mesmo que atiraste ao torto,
Quando intentaste transcender-lhe a meta.
Quiseste a fama enegrecer de um morto,
Que, em três séculos quase, tem luzido
Da eternidade no seguro porto.⁽⁴⁷⁾
Quiseste o nome seu ver abatido,
E remontar o teu n'alta epopeia,
Que julgaste melhor ter concebido:
Vã presunção de alucinada ideia
Os teus olhos vendou. Assim Faetonte
Tontinho se abrasou na luz Febeia.
Subiste ao pico do Piério monte,
Tentando derrubar Camões do cume;
Mas — caíste de lá quebrando a frente.
Ora pois, meu José, perde o costume
De satírico ser, pois tens borbulhas
Muitas para cortar com férreo gume.
Tens-te feito um agressor de bulhas⁽⁴⁸⁾
Pois na pousada idade tens mania
De andar feito malsim-fiscal de grulhas.
Trazes tão embrulhada a fantasia
Que no prefácio teu no fim mentiste
Em seguir como Tasso a recta via.⁽⁴⁹⁾
Se do Tejo com teu herói saíste
E com ele por fim lá não entraste,
Como a ordem da história então seguiste?
Que vergonha, José!... e censuraste
O divino Camões?!... tu, plagiário,⁽⁵⁰⁾
Que os melhores adornos lhe furtaste!
Ora põe para ali o vestuário
Que é alheio também; despe-o na praça,
Já que larápio és, meu censor vário.

Quem de Alcmena ao filho arranca a maça?
Quem o louro a Camões da frente arranca?
Que temerário pode haver que o faça?

Não se assustam os dois desta carranca
Que vê o argueiro. O teu **Oriente**
Em seus olhos não vê a grossa iranca?

Tudo o que nele é mau, é propriamente
Parto do teu bestunio anti-poético,⁽⁵¹⁾
E o bom é de Camões furto evidente.

Ora pois, se morrer não queres ético,
Vomita para aí esta verdade,
Que eu já não posso dar-te mais emético.

Se de fazeres poemas tens vontade,
Compõe outra famosa burricada⁽⁵²⁾
Que ali podes zurrar com liberdade:

Esta epopeia, sim, não foi furtada
Tu tens a glória de cantar os burros,
És original cantor dessa burrada,
E o principal herói de eternos zurras.

NOTAS

- (1) Segundo Aristóteles são degredados da classe dos poetas os que não incitam. A este rancho pertence o crítico Macedo.
- (2) O padre Macedo nunca foi conhecido na Arcádia por poeta, mas sim por um bom forjador de versos. A natureza não lhe conferiu aquele dom divino de entusiasmo ou furor poético, que (segundo Platão) põe em êxtase os verdadeiros poetas.
- (3) Faltam no **Oriente** aqueles grandes arrebatamentos poéticos, aquela doçura poética, que sabe mover os afectos, e fazer-se senhora dos ânimos de quem lê, como pondera Horácio, *Ep. de Art. poet.*, v. 99.
**Non satis est pulchra esse poemata: dulcia suntu;
Et cuoquaque volant, animam auditoris agunto.**
- (4) Quem quiser ter a pachorra de coadunar o **Oriente** com **Os Lusíadas**, conhecerá como este crítico alucinado imitou servilmente a Camões, seguindo as suas pisadas, e sujando com lodosos pés o brilhante trilho do nosso poeta.
- (5) Combine-se no canto 4.º de **Os Lusíadas**, a estância 71 com est. 29 do canto 1.º do **Oriente** e ver-se-á se a Ásia, que aparece em sonhos a D. Manuel não é imitação (ainda que incomparavelmente menos brilhante) dos rios Indo e Ganges que, ao mesmo rei, Camões fez aparecer em sonhos.
- (6) Combine-se no mesmo canto 4.º de **Os Lusíadas** a est. 94 com a est. 12 do **Oriente** no canto 2.º.
- (7) Combine-se a est. 100 do 2.º canto de **Os Lusíadas** com a est. 33 do canto 2.º do **Oriente**.
- (8) Combinem-se as est. 31 até 36 do canto 7.º do **Oriente** com as est. 39 e seg. do canto 5.º de **Os Lusíadas**.
- (9) Combine-se o canto 5.º do **Oriente** com o canto 2.º de **Os Lusíadas**.
- (10) Combine-se a est. 14 do canto 5.º do **Oriente** com a est. 61 do canto 2.º de **Os Lusíadas**.
- (11) Combine-se a est. 9 do canto 7.º do **Oriente** com a est. 49 do canto 3.º de **Os Lusíadas**.
- (12) Combine-se o canto 8.º do **Oriente** desde a est. 2 até 44 com os cantos 3.º e 4.º de **Os Lusíadas** até à est. 66.
- (13) O episódio de Inês de Castro, que em Camões é uma pincelada de um grande mestre, é em Macedo um borrão de um reles aprendiz.
- (14) Combine-se a est. 35 do canto 4.º do **Oriente** com a est. 23 do canto 2.º de **Os Lusíadas**.
- (15) Veja-se o que diz o A. do **Oriente** no discurso Preliminar, pág. 48.
- (16) Veja-se o dito discurso Preliminar, pág. 98.

- (17) Veja-se o dito discurso Preliminar, pág. 97.
- (18) É muito mais nobre aquele título, que mais se deduz do herói que do lugar, porque este é o sujeito da acção e aquele a causa eficiente. Vid. Freire. *Poet.* 13.º cap. 5 — Escalg. *Poet.* 3.º cap. 97, na censura que fez a Lucano na *Pharsalia*.
- (19) A invocação que é a 3.ª parte do poema épico na quantidade faltou no **Oriente**. O seu autor se arremessou logo aos ares sem socorro divinal. Não se lembrou da elegantíssima invocação de Tasso à Musa celestial em uma bellissima oitava; e de Zarate, em seu poema **Invenção de la Cruz**, invocando a mesma Cruz, com expressões mais vivas e delicadas.
- (20) O nosso Macedo diz no seu «Discurso Preliminar», pg. 99, que lutara sempre contra a natural esterilidade da monótona viagem do mar. Fizesse como fez Camões no canto 6.º em que Veloso diverte os navegadores com o episódio dos 12 de Inglaterra, dando honra e fama a seus naturais.
- (21) Esta estátua do canto 3.º do **Oriente**, que no bico da serra se patenteia ao Gama magicamente, em laivos de aventura andante, pois não se decifra o modo ou razão por que ali foi posta.
- (22) Este episódio do canto 4.º do **Oriente** foi tirado da tragédia francesa — **A Viúva Malabar**.
- (23) Quão inverosímil não é a catástrofe deste negregado tríduo amante do mesmo canto 4.º do **Oriente**! Quão arrastado não entra ali este episódio! Quão eloquente não é o negro que ainda resta vivo! Um boçal discorre assim? Enfim, esta brutal catástrofe não inspira ao leitor nem horror nem compaixão.
- (24) Veja-se Fernão Mendes Pinto, cap. 76, pág. 99.
- (25) O episódio de Lindara, do canto 5.º do **Oriente**, sacrificada por um esposo amante ao fanatismo, é contrário à Natureza; pois se a lei fundamental daquele império proibia que reinassem mulheres, cedendo o rei de a por no trono, aplacava a fúria dos seus deuses, e escusava de matar a sua esposa tão amante.
- (26) Não se vê em todo o **Oriente** um trilho diverso, novo, e não usado por outros épicos, à excepção destas negras pinceladas, ou borrões sem gosto.
- (27) Seria fazer injúria à verdade negar ao padre Macedo uma grande erudição e uns vastos conhecimentos literários; o que se lhe nega é um paladar delicado em matéria de poesia, pois lhe falta a natureza, ainda que abunde em arte.
- (28) As futuras proezas dos portugueses na Índia, vaticinadas por diferentes sujeitos, no **Oriente** são sempre as mesmas, sem gosto repisadas.
- (29) Veja-se o canto 1.º do **Oriente** est. 29 até 41.
- (30) Veja-se o canto 1.º do **Oriente** est. 42 até 61.
- (31) Veja-se o canto 6.º est. 12 até 87, e o canto 8.º est. 61 até 67.
- (32) Veja-se o canto 10.º est. 72 até 91.
- (33) Veja-se o canto 12.º est. 3 até 14.
- (34) Veja-se o canto 12.º est. 17 até 100.
- (35) Veja-se o canto 2.º est. 28 até 57.
- (36) Veja-se o canto 3.º est. 57 até 60.
- (37) Veja-se o canto 5.º do **Oriente** est. 57 até 60, e canto 11.º est. 26 até 34, e as mais que se apontam.
- (38) Veja-se o «Discurso Preliminar», pág. 85.
- (39) Veja-se o mesmo discurso, pág. 87.
- (40) A Escritura Sagrada do Velho e Novo Testamento que o Gama conta ao Samorim em 150 oitavas desde a est. 43 do canto 9.º até à est. 68.º do canto 10.º é um longo sermão, onde de propósito o nosso Macedo quis mais ostentar de pregador que de poeta.
- (41) Se se fizer bem a conta no **Oriente**, as próprias narrações e digressões de Macedo, os sonhos, as profecias, e tudo o mais em que ele se aparta da verdadeira acção do poema tão somente fica sendo os pés da estátua de Nabuco. Olhem como caiu no mesmo que injustamente acusa a Camões no «Discurso Preliminar», 88.
- (42) Somem-se as oitavas das notadas profecias, e ver-se-á a verdade.
- (43) Somem-se as oitavas das notadas profecias.
- (44) Verso da est. 10 do 1.º canto do **Oriente**.
- (45) Com o fim da visão e predição de S. Tomé ao Gama no porto de Calecut finda a acção do **Oriente** e não se sabe se ele levantou dali as âncoras.

- (46) A quarta propriedade da epopeia é que seja de êxito feliz; nesta parte não seguiu o nosso censor a Camões; pois o êxito de «Os Lusíadas» é a entrada de Vasco da Gama e seus companheiros pela Barra de Lisboa, trazendo ao rei a alegre notícia de deixar descoberto um novo império ao reino de Portugal. Veja Freir. Port. L. 3.º pág. 174.
- (47) Com efeito, é necessário uma paciência extraordinária para aturar de bom grado a filáucia e pedantismo de Macedo em abocanhar a merecida reputação de Camões, testificada geralmente pelo juízo dos sábios de todos os tempos e de todas as nações, e pelas inumeráveis edições de suas obras, abalanzando-se a tratar o mesmo assunto tratado pelo corifeu dos poetas das Espanhas, proferindo que a sua epopeia é a menos defeituosa possível, que compôs originalmente, que fechou todos os livros, etc., quando se nele se encontra alguma coisa boa é o que furtou a Camões. É de notar que o que Macedo censura em Camões é quase o mesmo que há muito censurou Voltaire, mil vezes refutado pelos críticos estrangeiros e nacionais: advertindo que ainda assim mesmo Voltaire pode ser desculgado; Macedo não o pode ser de maneira nenhuma. Voltaire ignorava a língua portuguesa, Macedo sabe muito bem a língua portuguesa: Voltaire serviu-se de uma tradução infiel, Macedo tinha à mão na língua materna as melhores edições e os melhores comentadores de Camões: Vol-

taire era um estrangeiro, Macedo é um nacional. Além de impolítico, mostrou nisto Macedo um grande descaramento.

- (48) O padre José Agostinho de Macedo sempre foi um abocanhador do merecimento alheio, e quer ganhar nome que passe à posteridade de um satírico mordaz.
- (49) Diz o nosso Macedo no seu «Discurso Preliminar», 98, que seguiu como Tasso a ordem natural da história desde a saída do herói até à sua entrada no Tejo.
Que mentira! Qual é a oitava ou verso que o dá entrado em Lisboa?
- (50) Quem tiver alguma lição do poema de Camões e ler o **Oriente**, achará que aquelas belezas de **Os Lusíadas**, censuradas por Macedo como furto feito por Camões a muitos poetas foram também furtadas por Macedo, que costuma primeiro sujar a água que depois bebe: por isso bem lhe compete o nosso rifão — quem o alheio veste na praça o despe.
- (51) O nosso censor, no seu «Discurso Preliminar», pg. 96, atreve-se a dizer que tudo o que nos **Lusíadas** é bom, estranho, e que é fraco e fastidioso é próprio; apliquemos pois ao **Oriente** a mesma dose.
- (52) Poema original do reverendo Sr. José Agostinho de Macedo, em que magistralmente desenvolve todo o seu burrinal estro, e que lhe cingiu a fronte de uma capela de cardos, que é o que os burros comem com fome.

bibRIA

Última Visita de Pangloss

Revista em três actos, interpretada no Teatro Aveirense por alunas e alunos do Liceu, na festa de despedida dos alunos do 7.º ano de 1955-1956 (dia 14-IV-956). Escrita por José Tavares, Reitor do Liceu. Música de José Queirós, professor de Canto Coral.

PRÓLOGO

(Aparece em frente da cortina um estudante e, depois de vénia, canta, sem orquestra, a entrada do prólogo dos «Palhaços»)

Si puó?
Signore, signori!
Scusate-mi,
Si da sol mi presento:
Io sono il prologo.

(Suspendendo-se) Perdão! Isto é dos «Palhaços»!
(Dá o sinal à orquestra, esta preludia, e segue-se prólogo cantado)

Caros Senhores e Senhoras,
da festa dos estudantes
eis espectáculo novo,
diferente do que era dantes.

É revista escolaresca,
leve e muito variada;
poderá valer bem pouco,
mas não quer ser pateada.

Desculpai-nos as fraquezas
e este simples monólogo.
É o que de entrada vos peço,
aqui, à laia de prólogo.

(Inclina-se e sai)

ACTO I

NOS DOMÍNIOS DE PANGLOSS

Aberta a cortina, mostra-se um pano simples, no qual se lê, em grandes caracteres, este dístico — Escola de Filosofia do Dr. Pangloss.

Feito silêncio, a orquestra executa os primeiros compassos da sinfonia dos «Mestres Cantores», de Wagner, depois dos quais o pano imediatamente sobe, para mostrar aos espectadores um vetusto salão. À E., uma secretária. Cadeiras dos lados, junto das paredes. Ninguém em cena.

(Entram Ernesto, Sabe-Tudo e Sabe-Pouco)

ERNESTO — Quem devo anunciar?

SABE-TUDO — Diga-lhe que são dois estudantes — portugueses, é claro —, que desejam conhecer, embora sucintamente, a filosofia «metafísico-teológico-cosmológico-nicológica», aqui professada na Vestefália pelo sábio dos sábios que se chama Pangloss, conhecido em todo o orbe terráqueo, e daqui a pouco, graças à energia atómica, em todos os planetas!

SABE-POUCO — Isso mesmo! Isso mesmo!

ERNESTO — Muito bem. Esperem aqui, que eu vou chamar o Sr. Doutor. Estejam a gosto. Podem sentar-se, e admirar a «Valsa do Imperador», de Strauss, que costumamos oferecer, de entrada, aos consulentes. (Vai a sair).

SABE-POUCO — Ouça lá, ó amigo! Como se explica que você fale correctamente o Português? Este fenómeno, em plena Alemanha, deixa-nos banzados!

ERNESTO — Pois não têm de que se banzar. Eu sou português de gema. Nasci em Celorico de Basto há cerca de cinquenta anos. Vim para a Alemanha em 1930, quando o Dr. Pangloss regressou da sua longa visita à cidade de Aveiro. Trouxe-me ele para seu intérprete de língua portuguesa.

SABE-TUDO — Aveiro?! Que é que você fazia lá?

ERNESTO — Era criado do Hotel Arcada, onde o sábio esteve hospedado.

SABE-POUCO — Oh! Então toque! (Aperta-lhe a mão e o mesmo faz Sabe-Tudo) E viva Portugal!

ERNESTO (comovido) — Viva, viva Portugal! (Pausa) Pois o Dr. Pangloss tem uns trinta e tal intérpretes. Vêm

aqui, na roda do ano, consulentes de todo o mundo. Só nos tempos da guerra é que não apareceu ninguém.

SABE-TUDO e SABE-POUCO — Pudera!

ERNESTO — Gastam-se aqui, só em intérpretes, muitas dezenas de contos por mês!... Uma data de milhares de marcos! (Pausa) Eu agora, já não sou propriamente intérprete, mas auxiliar. O Doutor já se exprime lindamente em Português. Os Senhores verão.

SABE-TUDO — Quanto ganha você?

ERNESTO — Três contos e quinhentos, cama e mesa. Mas há ordenados maiores.

SABE-POUCO — Bem bom! (Outro tom) Ouça lá! Você podia contar-nos coisas de Aveiro, anteriores à sua vinda para a Alemanha...

ERNESTO — Posso, sem dúvida; mas não agora. Com licença. Vou prevenir o Sr. Doutor. Sentem-se! Sentem-se! (Sai).

*

SABE-TUDO — Que dizes tu a isto? Vai-nos sair cara a brincadeira. Bem nos dizia a Nicole, ao despedir-se de nós com destino à Bélgica! (Pausa) Bem, paciência! Alea jacta est! (Pausa) E agora, atenção! Quem fala sou eu. Tu... só às vezes é que poderás arriscar um ou outro monossílabo.

SABE-POUCO — Fixe! (Pausa) A aventura vai-nos saber ao alho. Pois se os intérpretes — trinta e tal, ó pá —, como diz o ex-criado do hotel do Aristides, ganham tanto dinheiro, quanto não hão-de pagar os que pretendam ouvir o famigerado e incommensurável sábio?

SABE-TUDO — Não te aflijas e deixa o assunto por minha conta. Eu nunca me atrapalho! (Ouve-se o som metálico de gongue. Logo a seguir entram na sala, a dançar a «Valsa do Imperador», de Strauss, ao som da orquestra, quatro pares, vestidos a rigor. Os estudantes, embasbacados, sentam-se. De vez em quando, comentam, em voz baixa. Terminada a valsa, batem palmas. — Entram Pangloss e Ernesto).

*

ERNESTO (Curvando-se — Mestre, eis os estrangeiros!

PANGLOSS (Olhando-os rapidamente) — Guten Tag!

ERNESTO (Baixo, para os dois) — Bons dias!

SABE-TUDO e SABE-POUCO — Bons dias, Sr. Dr. Pangloss!

PANGLOSS (Depois de se sentar à secretária) — Eu tenho pouco tempo, muito pouco, para os ouvir. Eu gosto dos Portugueses. Onde são os Senhores?

SABE-TUDO — De Aveiro!

PANGLOSS — De Aveiro?!

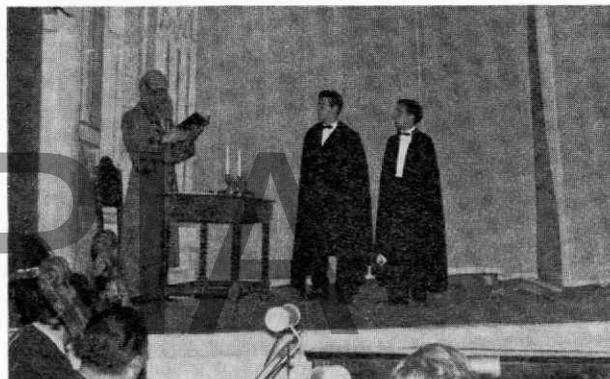
SABE-TUDO — Sim, Sr. Doutor: de Aveiro, terra de José Estêvão e terra dos ovos moles.

PANGLOSS — Sehr Gut! Gosto muito dessa cidade.

(Pausa) A minha filosofia explica-se em poucas palavras, quero dizer: em poucas palavras. Tudo o que existe no mundo é feito pelo melhor. As coisas são todas feitas para um fim. Ergo, sehr gut: tudo é feito para um fim melhor. Percebem?

OS DOIS — Muito Bem.

PANGLOSS — Por exemplo: os narizes são feitos para aguentar óculos, e por isso mesmo usamos óculos; as pernas foram sem dúvida inventadas para calças, e por isso usamos calças — antigamente só os homens, e agora as mulheres também, porque também têm pernas; as pedras aparecem no Mundo para se construir casas e castelos e outras coisas, e por isso fazem-se casas, eclésias... igrejas!..., etc., etc. (Pausa) A outro respeito, os porcos nascem para ser comidos, e por isso os homens e as mulheres comem carne de



1.º acto — Pangloss, Sabe-tudo e Sabe-pouco

porco todo o ano. Quer dizer: tudo o que existe é o melhor possível. Eis o resúmen de minha filosofia.

ERNESTO (emendando, em voz baixa) — Resumo... Filosofia...

PANGLOSS — Exacto. Isto é o resumo da minha filosofia. (Pausa) Agora, o meu mestre de Português vai-lhes apresentar exemplos vivos. (Para Ernesto) Ernesto, chame as figuras. (Ernesto sai).

*

SABE-TUDO — V. Ex.ª dá-me licença? A filosofia panglóssica baseia-se, afinal, no optimismo.

PANGLOSS — Exactamente. Vejo que você é inteligente. Sehr Gut! (Pausa) Pois eu fui a Portugal em 1924 e regresssei em 1930. Estive seis anos em Aveiro. Aveiro! Aveiro é terra bela, terra pulcra, terra linda! Gostei muito. Lindas, bonitas mulheres — lindas tricanas. Em 1951, de passagem para a América, estive lá. Foi por ocasião do 1.º centenário do Liceu.

SABE-TUDO — Então o Sr. Doutor...

PANGLOSS — Caluda! Aí temos Ernesto.

ERNESTO (**Anunciando**) — O Preguiçoso! (**Entra um sujeito indolente, caminhando e falando muito devagar e bocejando e espreguiçando-se a miúdo**).

PREGUIÇOSO — Ora vivam, meus senhores. Eu sou o Preguiçoso. Tenho por norma não me ralar com coisa alguma. Ralar... para quê? Não se adianta nada com isso!... São bem certos aqueles ditados — Devagar se vai ao longe e — Nem por muito madrugar é que amanhece mais cedo —. Sigo-os sempre, com todo o rigor, em tudo e por tudo, e dou-me muito bem com a sua prática. Outro ditado, aquele que diz — Não guardes para amanhã o que podes fazer hoje — é para parvos. E eu... de parvo não tenho nada... (**Pausa**) E assim... cá vou andando. Passem vosselências muito bem. Até à primeira! (**Sai**)

PANGLOSS — A preguiça também tem suas vantagens. Se não houvesse preguiçosos, não poderia haver trabalhadores.

ERNESTO (**Anunciando**) — O Diligente! (**Entra um tipo de lavrador, em mangas de camisa**)

DILIGENTE — (**Dando ordens**) «Olha lá esse carro, que não está bem seguro, ó Manuel! Vê lá se me arranjas ainda hoje por aí alguma desgraça... O meu maluco, não reparas que me vais semeando as espigas pelo chão?! Salta; apanha-me tudo isso, que eu não quero nada desperdiçado... — Está quieto, João; vai para casa; agora não se brinca no quinteiro. — Sai-me de ao pé dos bois, menino! Ai que tu!... — Ó Luísa, olha se mandas dar uma pinga àqueles homens! — Que quer você, tio? Cubra-se; ponha o seu chapéu. Ai, vem por causa do moinho que caiu? Olhe, tenha paciência. Venha cá amanhã. Hoje, não posso olhar por isso... — Ó Chico Enjeitado, que diabo estás tu fazendo, pateta? Deixa-me estar essas pipas. Vai-me recolher aquele milho que eu te disse. Corre! — O moleiro já veio? Pois as azenhas já moem, e o homem não tem desculpas que dê pela demora... — Ó mulher, chama para lá esses pequenos, que podem aleijar-se por aqui. — Vai, Joãozinho; vai para casa e leva o mano. Olha, queres uma espiga assada? Ó Chico, escolhe aí duas espigas para os pequenos. — Que demónio anda aquele cão a fazer atrás da galinhas? Aqui já, atrevido! — Vá, vá, rapazes! Vocês, nesse andar, não acabam hoje!» (**Sai**)

SABE-TUDO (**Para Pangloss**) — É o Tomé da Póvoa, de Júlio Dinis.

SABE-POUCO — D'«Os Fidalgos da Casa Mourisca».

PANGLOSS — Exacto.

ERNESTO — Reparem. É figura de uma comédia do escritor latino Plauto. Serviu de modelo a Molière.

AVARENTO (**Congestionado, fora de si**) — Morri! Desapareci! Estou liquidado! (**Pausa**) Para onde hei-de

ir? (**A plateia**) Agarra! Agarra! (**Pausa**) A quem? Não sei; já não vejo; caminho nas trevas. Não posso distinguir aonde vou, onde estou, quem sou! Peço-vos, por favor, me socorrais. Mostrai-me, peço-vos, quem me roubou a panela em que eu tinha o meu dinheiro. Dize-mo, tu lá, que tens cara de boa pessoa! (**Pausa**) Que é? De que vos estais a rir? Conheço-vos a todos, mas é possível que se esconda por aí algum ladrão!... Não é nenhum desses? Mataste-me! Então quem a tem? Onde está a panela do meu dinheiro? Não sabes! Ah, desgraçado de mim, que estou desprovido de tudo! Dia deplorável! Dia funesto que me traz a miséria e a fome! Não há na Terra nenhum homem atingido por semelhante desgraça! De que me serve a vida sem o tesouro que roubaram? Para o possuir, de tudo me privei; e agora é outro que o goza e me mata! Não: a isto não poderei sobreviver. Ai de mim! Ai de mim! (**Sai**)

PANGLOSS — A avareza tem a sua utilidade.

SABE-TUDO (**Intencionalmente**) — Sem a avareza, não haveria liberdade, nem caridade.

PANGLOSS — Exacto. Você compreendeu.

ERNESTO (**Anunciando**) — A Liberdade! (**Entra uma mulher, vestida de branco**)

LIBERDADE — «Antes de baptizado e convertido ao Cristianismo, antes de tonsurado por Santo Hilário, antes de coroado com a mitra de Tours, antes de biografado pela delicada pena de Suplício Severo, e de pintado pelo mágico pincel de Rubens, São Martinho foi na mocidade soldado das legiões do imperador Juliano. Em certo dia de borrasca, em pleno Inverno, sob o vendaval e a neve, equipado e armado, montado a cavalo, rebuçado até aos olhos na capa militar, São Martinho viu, às portas de Amiens, um mendigo andrajoso e seminu, tiritando de frio, estendendo suplicantemente para ele a sua pobre mão ossuda, ganchana e congelada. — O Santo sofreu o cavalo, acalentou com enternecida caridade a mão desse abandonado e, em seguida, desembaraçando-se, tomou da espada, cortou pelo meio a sua capa de agasalho, deu metade dela a esse miserável peregrino e, envolto na outra metade, sacudiu a rédea e prosseguiu através da tormenta, de peito ao vento e à neve». (**Pausa**) Liberdade sublime! Sublime Caridade! (**Sai**)

PANGLOSS — Magistrat, este trecho do vosso Ramalho Ortigão! (**Para Ernesto**) Agora, os derradeiros exemplos da minha filosofia.

ERNESTO (**Emendando**) — Filosofia, Sr. Doutor.

PANGLOSS — Obrigado. Filosofia.

ERNESTO (**Anunciando**) — A Tristeza e a Alegria! (**Entram uma menina romântica, triste, e uma rapariga do Minho, cheia de vida**)

TRISTEZA (**Avança vagarosamente e canta**)

Vai alta a Lua. Na mansão da morte
já meia-noite com vagar soou.

Que paz tranquila! Nos vaivéns da sorte,
só tem descanso quem ali baixou!

Que paz tranquila!... Mas eis longe, ao longe,
funérea campã com fragor rangeu!

Branco fantasma, semelhante a um monge,
dentre os sepulcros a cabeça ergueu!

Ergueu-se, ergueu-se! Na amplidão celeste,
campeia a Lua com sinistra luz;
o vento geme no feral cipreste,
o mocho pia na marmórea cruz!»

(Sai)

SABE-TUDO (Para Sabe-Pouco) — Ó pá, isto é do
Soares de Passos.

ALEGRIA (Avançando) — Viva a Alegria! (Canta)

I

Dissestes que eu sou triste;
Triste não quero eu ser;
ser-se triste lembra a morte,
e eu por mim quero viver.

Ora vai ouvindo...
Eu por mim quero viver.
Dissestes que eu sou triste;
Triste não quero eu ser.

II

Eu conheci a Alegria,
quando ao Mundo cheguei;
desde então, podeis-me crer,
nunca de lá me apartei.

Ora vai ouvindo...
Nunca de lá me apartei.
Eu conheci a Alegria,
quando ao Mundo cheguei.

(Sai. Sabe-Tudo e Sabe-Pouco dão palmas. Pangloss fala ao ouvido de Ernesto)

ERNESTO — Senhores estudantes! O Sr. Doutor oferece-lhes, por serem de Aveiro, mais um número da dança alemã — o minueto. (Sai. Entram dois pares dançando. Terminado o minueto, saem)

*

ERNESTO — Senhor Doutor, chegou agora, vinda da Bélgica para se juntar a estes seus camaradas do Liceu

de Aveiro, com quem seguirá para Portugal, Mademoiselle Nicole. Acompanham-na três conterrâneas e quatro conterrâneos, que pedem licença para apresentar a V. Ex.^a uma dança do seu país — a Rêdowa.

PANGLOSS (Consultando o relógio) — Pode dizer a essas jovens que é com muito prazer que os recebo.

ERNESTO (Indo à porta) — Podem entrar.

NICOLE (Seguida dos seus companheiros, entra. A meio do salão, pára e levanta o braço direito, no que é imitada por todos. Curvando-se diante de Pangloss) — Bonjour, Monsieur le Docteur!

PANGLOSS — Bonjour! Soyez les bienvenus! (Sabe-Tudo e Sabe-Pouco apertam a mão a Nicole. Esta bate as palmas, todos se dispõem convenientemente, e segue-se a dança. No fim, muitas palmas)

SABE-TUDO — Bravo! Bravo!

SABE-POUCO — Bravíssimo!

PANGLOSS — Très bien, bonnes mademoiselles! Très bien, braves garçons! Merci!

SABE-TUDO — Estamos muito gratos a V. Ex.^a, Sr. Doutor.

PANGLOSS — E eu muito satisfeito.

ERNESTO — Agora, meus Senhores, se têm alguma coisa a dizer, queiram falar. Sejam breves, porque S. Ex.^a está cheio de trabalho.

SABE-TUDO — Eminentíssimo Sr. Dr. Pangloss! Nós — eu e este meu colega — viemos de Portugal, lá dessa longínqua e ridícula Aveiro, de propósito a esta região da Vestefália, para termos a honra e o supremo prazer de vos contemplar em pessoa e de conhecer, nos seus traços gerais, a vossa admirável filosofia. Confortados com o encanto da vossa presença e da vossa palavra e suficientemente esclarecidos acerca da vossa profunda concepção filosófica, ousamos, ó sábio dos sábios, convidar-vos a visitar de novo a progressiva Aveiro, seguindo connosco no mesmo avião que nos trouxe. Sereis na nossa cidade hóspede de honra da Academia e tereis como cicerone a própria cidade. É em nome desta e em nome da Academia que eu tenho o prazer e a honra de vos dirigir estas palavras.

PANGLOSS (Após breve meditação) — Sehr Gut! Aceito o vosso convite! (Para Ernesto) Ernesto, partiremos todos dentro de dois dias. Você também!

ERNESTO (Delirante) — Oh! Muito obrigado, Sr. Doutor! Bem haja! Até que enfim vou abraçar os amigos que lá deixei e ver as novidades da minha terra adoptiva: a ponte-praça, o Liceu e seu bairro, o Teatro Avenida, o Teatro Aveirense, os cafés... Sei lá! (Pausa) Viva o Dr. Pangloss!

SABE-TUDO e SABE-POUCO — Viva o Dr. Pangloss! Viva a filosofia panglossica! (Aparecem todas as figuras anteriores, avançam e cantam)

SABE-TUDO — Partir vamos para Aveiro,
nós e o nosso Doutor.

TODOS — — Nosso Doutor.

SABE-TUDO — Para ele ver de perto
toda a cidade em redor.

TODOS — — Em redor.

SABE-TUDO — Não há em todo o universo
doutrina que mais convenha.

TODOS — — mais convenha.

SABE-TUDO — Que a do grande Pangloss,
sábio de graça tamanha.

TODOS — — Graça tamanha

Sua sã filosofia
nervos dá e alegria!
Viva, viva Pangloss,
para que Aveiro remoce.
Seja ele o nosso guia } bis
e nos salve a Academia. }

(Vivas, palmas, alegria)

Cai o pano

ACTO II

Corrida a cortina, segue-se um pano com caracteres que dizem — Ovos Moles —. A orquestra executa uma rápida sinfonia com motivos do hino de José Estêvão. A seguir, sobe o pano e aparece vista de jardim. Passados instantes, entram por um lado avei-
rentes de ambos os sexos, dançando e cantando a marcha popular da autoria de D. Gabriela Ferreira Viterbo:

Haja calor e haja alegria;
dancemos todos até estoirar,
pois que chegou
e se mostrou
o homem que nos há-de salvar.

Soltemos todos vivas em barda } bis
a Pangloss, a nossa guarda!
Vamos já vê-lo,
todos, todos a correr,
depressa, mui açodados,
que ele aqui há-de apar'cer! }

(Saem pelo lado oposto, soltando vivas. Entram Pangloss e Aveiro)

PANGLOSS — Esta gente continua a ser muito alegre. Não mudou.

AVEIRO — Sim, Sr. Doutor. Eu sou, de meu natural, muito alegre, muito expansiva. Pois esta marcha, tão

viva e saltitante, compô-la a meu pedido uma Senhora, uma aveirense. Traduz perfeitamente a viveza deste povo, Dr. Pangloss. Para o quadro ser completo, só faltam os foguetes do Zé Parracho.

PANGLOSS — Eu não gosto de foguetes. (Sorrindo) Mas... verdade seja que, se os não houvesse, também não havia fogueteiros.

AVEIRO — Pois há-de ouvi-los. Eu sou, em todo o país, a terra em que mais dinheiro se gasta em artigos pirotécnicos: começa a matraqueação em Janeiro, pelo São Gonçalinho, e pelo S. Sebastião, e só acaba em Dezembro com as primeiras entregas de ramos.

PANGLOSS — Eu sei! Eu sei! (Pausa) Bonito, este jardim. Como se chama? Já não me lembro.

AVEIRO — É o antigo «Jardim das Delícias», que V. Ex.^a conheceu em 1924, quando da primeira visita que me fez. Mudou de nome: agora chama-se «Ovos Moles».

PANGLOSS — Muito bem — Ovos moles também são delícia. Gosto muito. (Ouve-se a marcha do começo) Outra vez?!

AVEIRO — Andam à procura de V. Ex.^a (Regressa o grupo, cantando e dançando)

PANGLOSS — (Ouvindo o seu nome) — Oh! Oh! Eu não quero isto! Não quero.

AVEIRO (Para o grupo) — Este Senhor não é o Dr. Pangloss. Perceberam? É que ele viaja incógnito e não quer maçadas de recepções, discursos, jantares, entrevistas, etc., etc. Podem aplaudi-lo agora, mas não espalhem a nova da sua visita. (Pausa) Mas vamos a saber: quem vos deu a novidade?

UM POPULAR — Foi um pescador, que assistiu em S. Jacinto à chegada do avião que o trouxe.

UMA TRICANA — Disse que com ele vinham dois estudantes do Liceu, uma estudante e um velhote que parece que há anos foi criado no Arcada e tem estado na Alemanha.

AVEIRO — Bom! Bom! Agora, é preciso desmentir o boato. Para sossego do nosso hóspede. Não o quero fatigar.

TODOS — Viva o Dr. Pangloss! Viva! Viva! (Vão saindo enquanto a orquestra toca alguns compassos da marcha)

AVEIRO — Desculpe, meu amigo. A partir de hoje ninguém o incomodará.

PANGLOSS — Muito obrigado! Muito obrigado! (Vendo entrar Contraditória) Quem é?

AVEIRO — Este tipo já V. Ex.^a conhece. Não mudou nada durante estes vinte e tal anos. Vai ouvi-lo.

CONTRADITÓRIO (**Aproximando-se**) — Bons dias!

PANGLOSS — Bons dias! Guten Tag!

CONTRADITÓRIO (**Para Aveiro**) — É estrangeiro?
AVEIRO — Talvez...

CONTRADITÓRIO — Pela cara, mata-se logo. Veio ver os seus progressos, D. Aveiro? São frescos os tais progressos! (**Para Pangloss**) Pois, Senhor, em meia dúzia de palavras, vou pô-lo ao corrente do que nestes últimos tempos se tem feito por cá. Já viu a beleza da ponte-praça? Podem limpar as mãos à paredel! Um horror!

PANGLOSS — Não acho!

CONTRADITÓRIO — Não acha?! Pois aquele óculo, ali no meio, vale uma dinheirama. — Já viu a Avenida? Um horroríssimo! Aquelas árvores! Aqueles passeios e placas das pedrinhas pretas e brancas, com desenhos futuristas e picassianos. Pode haver maior chochice? (**Pausa**) Não acha de bestial mau-gosto mostrarem-se as casas todas limpas e caiadas? É uma monotonia confrangedora. (**Para Aveiro**) Não era Vossa Aveireza muito mais linda ostentando variedade de cores nas habitações e demais edifícios — brancas umas, negras outras, outras amarelas? Sem dúvida!

PANGLOSS — Deixe lá! Assim sempre está melhor.

CONTRADITÓRIO — Discordo! (**Pausa**) E dizer-se que para tudo isto, e para muito mais que eu não digo para o não maçar, foi mister ir à Torreira, como se não houvesse, cá na terra, quem fizesse mais e melhor!

AVEIRO — À Torreira?!
*
BIBLIOTECA

CONTRADITÓRIO — Pois claro! Tudo isto é obra do S. Paio. Ora o S. Paio é da Torreira! Ou não é?

PANGLOSS (**Baixo, para Aveiro**) — Mas este cavalheiro, afinal, é o Má-língua!

CONTRADITÓRIO (**Que ouviu**) — Má-língua?! Isso... mais devagar. Eu não sou o Má-língua. Sou mas é o Contraditório.

PANGLOSS — Porquê?

CONTRADITÓRIO — Porquê?! Porque estou sempre em contradição com toda a gente. Mas ao menos, confesso-o: não sou como tantos, que são uma coisa e aparentam outra, muito diferente. Isso, não falando na grande caterva dos que andam sempre em contradição consigo próprios e aos quais poderei chamar — contraditórios permanentes.

PANGLOSS — Como assim?

CONTRADITÓRIO — Sim, Senhor! Ouça. Todos conhecem Leais de uma deslealdade a toda a prova, e muitos Cordeiros a quem assentaria como luva o apelido de leão. Quem poderá estar livre de se cruzar com algum Peixe que não saiba nadar, ou tenha mesmo medo da água? — Há Silvas que não arranham;

há Brutos inteligentíssimos e Vivos que já há muito dormem na sepultura.

PANGLOSS — Está boa!

CONTRADITÓRIO — Que se dirá de um Pato campeão de pedestrianismo? — Quantos Corteses, incapazes de uma amabilidade! Quantos Belos e Bonitos feios como bodes, e quantos Feios aptos a ganhar o primeiro prémio em qualquer concurso de beleza!

AVEIRO — Ainda mais?!

CONTRADITÓRIO — Há Benvindas e Benvindos que ninguém tolera, e Valentes sempre a darem provas da sua incomensurável covardia. — Não são muito frequentes, mas existem Pios e Bentos nada piedosos. Pode haver Alegres sorumbáticos, Serenos ultra-assomadiços, Pimentas e Vinagres nada cáusticos. — Já encontrei um Barão e um Conde, coitados, de humilma condição, a pedir pelas portas o panem nostrum quotidianum, e um Custódio a cujas mãos se pegavam, com incrível facilidade, os objectos e o dinheiro do próximo. Olarilas! — Mas o cúmulo, o cumúlissimo, é poder haver Reis republicanos e até talvez — quem sabe? — comunistas (**Pausa**) Ai tem o amigo. De forma que eu sou, e com muito gosto, o Contraditório. — E agora, adeusinho, que estou com alguma pressa. Olhe. Ai vem outra contradição desta vida aveirense. É o... «fado que foste fado»... (**Sai. Entra uma tricana**)

ANTIFADO — Não. «Fado que foste fado», não. Pretendo ser... Como direi? — É tão difícil arranjar o nome!... Pretendo ser o... o Antifado. Antifado, sim! Adoptarei provisoriamente esta designação (**Pausa**) Com tendência nata para o canto ligeiro, aspiro a tornar-me célebre, conhecida em todo o Portugal, incluídas, é claro, suas ilhas e províncias do Ultramar, e no Mundo, e talvez a conquistar o lindo e supremo epíteto da divina, que dá muita fama e dá muito proveito. Ora, como eu não tolero o fado, lanço mão do respectivo antídoto — o antifado. Querem ouvir? Espivitem as atenções. (**Toma atitude, e a orquestra preludia. Avança um pouco e canta**)

I

Chamam ao fado canção
e dizem que é nacional;
mas em minha opinião
tudo isto está mal

O fado antigo
não 'stá comigo

II

Quem canta seu mal espanta;
por isso, quero cantar;
mas a esta cançãozinha
fado não quero eu chamar.

O fado triste
já não existe.

III

Portanto, se solto as mágoas,
as sérias, as verdadeiras,
é prá's lançar bem ao longe,
sem os ais das cantadeiras.

Fado castiço...
Não uso disso!

(Inclina-se para o público e sai)

PANGLOSS — Muito curiosa esta cachopala!

AVEIRO — É melhor irmos para outro ponto do jardim. (Apaga-se a luz; e, passados momentos, mostra-se outra vista do jardim. Num banco estão sentados um velho e uma velha)

PANGLOSS (Apontando-os) — O passado!

AVEIRO — É verdade. Estão com certeza, recordando coisas antigas. Ouçamos dali, para que não nos vejamos e falemos à vontade. (Saem)

VELHO (Como que continuando uma conversa)

— Lá estás tu com as tuas teimas! Se eu te digo que era na Praça do Pão, junto da fonte dos Arcos, que os charlatões se instalavam, a impingir as suas especialidades!...

VELHA — Sim; mas eu ia jurar que também os vi algumas vezes junto do mercado de Manuel Firmino.

VELHO — Ai?! Estás tola, mulher! Que espaço teriam eles para isso? O mercado — bem engraçado que ele era! — ficava onde agora estão os Armazéns de Aveiro e os edifícios que se seguem até alturas do actual Café Avenida. Em frente, era aquele terreno maninho, cheio de erva, cercado — estou a vê-lo — de vedação de arame farpado e silvas. Passagem bastante apertada... Onde querias tu que eles falassem? Não, mulher! Tinham ali, perto dos Arcos, local mais apropriado. Parece que estou a ouvir um deles, a fazer o

reclamo de uma pasta para dentes. Ia a passar, parei e ouvi isto. (Continua a falar. Entra a figura evocada)

*

CHARLATÃO (Toma posição. Os velhos continuam a falar. — Dirigindo-se a um suposto público) — Meus Senhores! (Outro tom) Quando digo — meus Senhores —, é claro que também abranjo as Senhoras aqui presentes. A minha consideração, como é natural, vai, até, primeiro para elas do que para os meus colegas de sexo... (No tom inicial) Meus Senhores! Vou-lhes agora apresentar um produto que é o supra-sumo dos produtos, o mais científico e afamado de todos quantos merecem a honra da minha modesta propaganda. Conhecido, meus Senhores, desde o pólo ártico, que fica lá para as brumas do Norte, até ao pólo antártico, que ocupa o ponto rigorosamente seu antípoda no globo que habitamos. Quero referir-me, meus Senhores, à pasta odentilina italiana, premiada com trinta medalhas de ouro e quinze de prata em várias exposições em que foi exibida. Extraída cientificamente das lavas do Vesúvio, esse vulcão que se encontra perto de Nápoles, na Itália, onde se forma devido à grande força eléctrica que existe no centro da gravidade. (Dirigindo-se a um suposto espectador) O cavalheiro ri-se?! Pode rir-se à vontade, porque o riso, como as lágrimas, é livre. Pois talvez o seu riso se transformasse em choro convulso, se, atacado por uma valente dor de dentes, não tivesse à mão, para lenitivo do seu sofrimento, um simples tubo desse maravilhoso produto que ando vendendo ao desbarato, por conta da casa concessionária, em tubos grandes, de três tostões cada, e em tubos mais pequenos, de dois tostões. Posso garantir a V. Ex.as, meus Senhores, que quem aplicar todos os dias, ao fazer a sua «toilette» bucal, a pasta odentilina italiana, premiada com trinta medalhas de ouro e quinze de prata em várias exposições em que foi exibida — estará livre, perfeita e definitivamente, dessas enfadonhas dores que eu não desejaria para ninguém, nem mesmo para a minha sogra, e que, não matando, nem por isso deixam de molestar. (Pausa) Uma coisa lhes posso garantir sob minha palavra de honra: os outros dentes podem doer; mas aquele que for tratado com a minha pasta — minha é claro, porque lhe ando a fazer a propaganda —; aquele dente, dizia eu, que for tratado com a minha gloriosa pasta odentilina italiana vai prá terra e nunca mais torna a doer! Não tenho a mínima dúvida, repito, em empenhar nisto a minha palavra de honra. (Pausa) — Queiram, pois, aproveitar, meus Senhores, porque eu já amanhã me retiro desta encantadora terra. Três tostões o tubo grande! Dois tostões o tubo pequeno! Dois grandes, cinco tostões! Dois pequenos, somente três tostões! É um pau por um olho, meus Senhores! É um pau por

um olho! **(Tira um lenço e limpa o suor. Passados instantes sai).**

AVEIRO — *Tava...* *

CONTRADITÓRIO — *Fala...*

VELHA **(Continuando a conversa)** — Ai, meu homem! Com a nossa idade muito temos que contar!

VELHO — Falta ele de quê! Que de pessoas e de coisas têm desaparecido! Quantas reviravoltas se têm dado! Olha: onde vês tu hoje, por exemplo, um gabão? Não obstante, era no nosso tempo agasalho vulgaríssimo dos pobres e ricos. Tão vulgar, que os velhos da nossa mocidade ainda se lembravam de ter visto, debaixo dos Arcos, embrulhados neles, José Estêvão, Mendes Leite e outros grandes cá da terra. **(Pausa)** Recordas-te também daqueles varredores que todos os dias vinham das aldeias, de manhãzinha, para limpar as ruas, — antes de a Câmara ter para isso empregados seus? Recordas-te? Tudo desaparece.

VELHA — Não me lembro eu doutra coisa!... **(Continuam a falar. Entram um sujeito, de gabão, e um tipo de varredor, este com o respectivo cesto, pá e vas-soirinha)**

GABÃO **(Cantando)**

Eu fui o gabão cá de Aveiro
que há muito larguei a palma.
Agora, já não existo:
rezem-me todos por alma.

VARREDOR —

Também já tive importância,
quando andava na limpeza;
depois das inovações,
cá pra mim veio a tristeza.

GABÃO —

Fui alguém, prestei serviços;
a todos agasalhei;
tive aqui o meu reinado,
'té que em nada me tornei.

VARREDOR —

Belos tempos eram esses,
em que eu dia após dia,
limpava todas as ruas,
livrando-as da porcaria.

AMBOS —

Só estou no pensamento
dos saudosos do passado;
fui esquecido de todos:
raras vezes sou lembrado.

(Saem. Entram Pangloss e Aveiro)

*

AVEIRO **(Para os Velhos)** — Bons dias!

VELHO e VELHA — Bons dias, meus Senhores.

AVEIRO — Enão? Caturrando, não é verdade?

VELHO — Sim, e não, minha Senhora. Estávamos a falar dos velhos tempos, daquilo que para sempre desapareceu e só vive na nossa saudade... Mas a minha mulher por vezes, contraria-me. **(Outro tom)** Coitada! Está muito velha e esquecida. E é de uma teimosia! Coisas do caruncho...

VELHA — E tu? E tu? Ai, meu Senhor! Aqui onde o vêem, custa-me muito aturá-lo. Perricento, teimoso... Ele antigamente não era assim! Às vezes, não o posso aturar e apetece-me fugir!

VELHO — Lá estás tu! Lá estás tu! Sabes que mais? Vamos embora, que estes Senhores não têm obrigação de se maçar com os teus disparates.

VELHA — Nem eu com os teus. **(Pausa)** Desculpem, meus Senhores. Vamos; vamos lá.

VELHO — Muito bons dias.

AVEIRO — Adeus. Não se zanguem!...

PANGLOSS — Bons dias. **(Saem os velhos. Entram o Litoral e o Correio do Vougaç)**

*

LITORAL — Senhora minha...

CORREIO — Minha Senhora...

PANGLOSS **(Para Aveiro)** — Quem são?

LITORAL — Cristo dos Santos, um criado de V. Ex.^a

CORREIO — Fidalgo Magalhães.

PANGLOSS — Muito prazer... **(Aperta-lhes as mãos e fica a falar com Aveiro)**

LITORAL e CORREIO **(Cantando)**

I

Nós somos os dois pilares

— dois pilares —

de diversa qualidade;

— qualidade —

mas à uma batalhamos

— batalhamos —

pelo bem desta cidade.

— da cidade.

(Entram rapazes do 1.º e 2.º ano, que cantam este estribilho)

Ao «Litoral»
mais ao «Correio»
temo-los no rol
e entre os bons amigos
do querido futebol.

II

De acordo não estaremos
— estaremos —
em tudo quanto se faz;
— cá se faz —
mas sempre nos esforçamos
— esforçamos —
por que entre nós haja paz.
— haja paz —

III

Estes dois vossos pilares
— os pilares —
cada um tem o seu tentâmen
— seu tentâmen —
Quando o «Litoral» afirma,
— ai afirma —
então o outro o seu âmen
— o seu âmen —

IV

Uma coisa há, em suma,
— em suma —
que nos traz sempre a terreiro;
— a terreiro —
é o bem desta cidade,
— da cidade —
da sempre risonha Aveiro.
Viva Aveiro!

PANGLOSS — Muito bem! Boa orientação a destes esteios do seu progresso, D. Aveiro.

LITORAL — É que nós, bem como os outros agentes da imprensa local — os Aurélios, Cerqueiras, Amadeus, etc., etc. — seguimos invariavelmente, a filosofia do optimismo, aqui implantada em Aveiro, entre 1924 e 1930, por aquele ilustre sábio alemão — muito mais célebre do que o famigerado Dr. Tópsius do nosso Eça de Queirós —: o Dr. Pangloss! Graças a ele e à sua benéfica doutrina, a cidade transformou-se completamente e é hoje a admiração dos que nos visitam.

PANGLOSS — Não é isso o que diz o Contraditório.

CORREIO — Vossa Excelência conhece-o? (Gesto de decêdem) Pois eu faço minhas as palavras do Litoral. Diz muito bem!

LITORAL (Ouvindo sussurro) — Que será isto? (Entra Ernesto com estudantes, uns de capa e batina, outros com farda da M. P. — Pangloss puxa-lhe por um braço e sai com ele)

ESTUDANTE — Viva, viva o Dr. Pangloss! (Em seguida cantam, com música do hino da M. P.)

«Cá vimos, cantando e rindo»,
para o sábio saudar;
temos já bem a certeza
de que nos há-de salvar.

Viva, viva Pangloss,
que é dos sábios primor...

AVEIRO (Interrompendo) — Atenção, amigos! Temos entre nós o famoso sábio, mas quer conservar-se incógnito (Para o «Litoral» e «Correio») Viram como ele desapareceu logo que se começaram a ouvir aclamações?

LITORAL — O quê? Pois este velhote que acompanhava Vossa Aveireza era Pangloss?!

AVEIRO — Em carne e osso!

LITORAL e CORREIO — Que pena!

UM ESTUDANTE — Não faz mal. Iremos ao seu encontro, para que não deixe de estar connosco.

AVEIRO — O vosso colega Sabe-tudo, que o trouxe da Alemanha, tem no seu programa levá-lo ao Liceu, sob rigoroso incógnito. Não se amofinem.

LITORAL — E nós depois nos encarregaremos de fazer uma reportagem muito bem feita.

CORREIO — Uma reportagem com todos os mata-dores.

UM ESTUDANTE — Rapazes! Viva Aveiro e os sustentáculos e propagandistas do seu progresso! Saudemos a bela cidade!

LITORAL e CORREIO — Viva! Viva!

ESTUDANTE — Eu sou Aveirense pelo nascimento. Vós podeis sê-lo pelo coração. Entoai comigo três das estrofes dum hino, embora de tom romântico, hoje completamente em desuso, — composto por um antigo vate, meu conterrâneo.

(Coro final, com Aveiro no meio de Litoral e Correio)

«Pátria minha idolatrada,
onde primeiro gemi;
terra minha tão querida,

bela terra em que nasci,
gentil terra, onde primeiro
ao Mundo os olhos abri;

venho hoje, em pobre canto,
tua beleza exaltar;
venho ver se posso ainda
singelo canto ofertar
à terra que tanto amei,
que inda amo e hei-de amar.

Amei-te, porque, pra mim,
eras terra sem rival,
e inda hoje não conheço
no mundo beleza igual.
Hei-de amar-te porque és
a minha terra natal»

Cai o pano

ACTO III

AS TRÊS BARCAS

Corre a cortina, e aparece um pano com o dístico — As três Barcas —. Chegam Pangloss, Ernesto e Sabe-Tudo. A orquestra executa imediatamente os primeiros compassos do «Freischütz» de Weber. Sobe o pano e mostra-se vista de montanha.

PANGLOSS (*Terminada a música*) — A abertura do «Freischütz»! Esta música transporta-me, em espírito, à minha pátria. É reconfortante. Obrigado!

SABE-TUDO — Não tem que agradecer, Sr. Doutor. Com ela, quis preparar o ambiente para o que V. Ex.^a vai ver. Nós estamos no lugar, todo ideal, donde saem os rios das três barcas que esperam os estudantes. A música que aqui fica a carácter é a da entrada do «Freischütz» do vosso grande Weber. (*Pausa*) Agora, silêncio — o silêncio próprio desta mansão.

Grupo de seis estudantes com Sabe-Nada (Cantando)

Daqui saem as três barcas,
aos alunos destinadas:
uma nos leva ao Inferno,
onde estão almas penadas.

Isto de estudar
é grande maçada.
Viva a cabulice
prá rapaziada!

(**Formam à esquerda**)

Outro grupo, com Sabe-Pouco e Palpitante (Cantando)

A segunda dessas barcas,
digamos sem relambório,
é aquela que conduz
às abas do purgatório.

Gosto de estudar,
só um bocadinho;
trabalhemos sim,
mas devagarinho.

(**Dispõem-se ao centro**)

*

Outro grupo (Cantando)

A terceira é a mais bela:
recolhe só a vitória;
é a barca dos que estudam
e condu-los à Glória.

Estudar devemos
o leve e maçudo,
pois só o trabalho
é que vence tudo.

(**Ficam à direita**)

SABE-TUDO — Eis a matéria-prima com que lidam os mestres. O Chefe do grupo da esquerda é o Sabe-Nada. (*Este avança*) O que comanda o centro é o Sabe-Pouco, coadjuvado pelo Palpitante (*Avançam os dois, enquanto os outros saem*)

ERNESTO — Já percebi. Quem rege o terceiro grupo é você, o Sabe-tudo.

SABE-TUDO (*Modesto*) — São favores seus, amigo e Sr. Ernesto.

SABE-NADA — Chamam-me o Sabe-Nada; empurraram-me para a barca do Inferno, mas eu não sou tão ignorante como do nome se pode concluir. (*Para Pangloss e Ernesto*) Ora ouçam. Sei, na ponta da língua, em qualquer altura do ano, a situação de cada clube das três divisões na classificação geral; conheço como as minhas mãos, ou melhor ainda, os nomes dos jogadores de todas as equipas, sejam quais forem as modalidades do desporto. É isto ignorância?

SABE-TUDO (*Intencionalmente*) — «É isto descer, marquesa»?

SABE-NADA (*Entusiasmando-se*) — Seria capaz de relatar qualquer jogo: tenho o necessário golpe de vista,

a rápida visão do conjunto. Vou exemplificar, e depois hão-de dizer-me se não é injusto o apodo que me puseram às costas. **(Começando)**—Agora, Militão passa o esférico a Trampolim. Trampolim está com ele. Chispas avança, mas é desarmado por Barroco, que leva a melhor. Barroco passa a bola a Chedas, que lhe dá um formidável ponta-pé e a impele para a linha de cabeceira do desportivo. O árbitro aplica uma penalidade ao Recreio. Barroco vai centrar...

PANGLOSS—Basta, Basta! Vejo que nisso é você grande autoridade!

SABE-NADA—Já vê o cavalheiro!

SABE-TUDO—Mas vamos a outras matérias... Quem descobriu o Brasil? **(Silêncio)** Quem é que primeiro chegou à Índia, por mar? **(Idem)** Em que ano se travou a batalha de Aljubarrota? Não sabes?! Outra coisa. Qual é a capital da Dinamarca? O quadrado da hipotenusa é igual à soma dos quadrados dos catetos. O que é isto?

SABE-NADA—Assim, não vale. Nessas coisas, sou hóspede.

PANGLOSS—Hóspede?! Lá na Alemanha, quem não responde a perguntas semelhantes—quem nelas é hóspede...—vai irremediavelmente para a barca do Inferno.

SABE-TUDO—Também cá, Sr. Doutor! Também cá! Os professores não se esquecem disso. **(Sai Sabe-Nada, cabisbaixo)**

PANGLOSS—E você, Sabe-Pouco, que diz?

SABE-POUCO—Que hei-de dizer? Conformo-me com a sorte. Cá me vou arranjando, tant bien que mal, com o Purgatoriozinho. **(Cantando)**

Gosto de estudar,
só um bocadinho;
trabalhemos, sim,
mas devagarinho.

(Sai)

*
PALPITANTE—A mim... chamam-me o Palpitante. Sabem porquê? Porque só actuo por palpites. Quando me palpita que posso ser chamado, estudo... Às vezes, engano-me, é claro. Mas uma vez por outra—que diabo!—acerto! Nas chamadas fortuitas, nesses foguetes que os professores lançam para as carteiras, nunca fico calado. Quem me guia é o palpito. Se a resposta é de sim, ou não, vai um ou outro desses advérbios, conforme me palpita. Nem sempre calha! Se não acerto paciência; para outra vez será! **(Pausa)** Etc., etc., etc.! **(Cantando)**

Gosto de estudar
só um bocadinho;
trabalhemos, sim,
mas devagarinho. **(Sai)**

*
SABE-TUDO—Oferecidas estas elucidativas amostras, transportemo-nos a lugar onde V. Ex.^a possa apreciar algumas das especialidades da massa discente do nosso Liceu.

PANGLOSS—Como queira. Antes disso, porém, eu e o Sr. Ernesto cantaremos, à laia de operação propiciatória, aquela canção que estudantes de países nórdicos costumam entoar. É ao mesmo tempo, hino de solidariedade escolaresca e elo de ligação da juventude aos mestres e ao Estado. A letra é latina. **(Para Ernesto)** Vamos, Sr. Ernesto.

SABE-TUDO—Também cantarei. Conheço a música.

ERNESTO—E muito bem. Aprendeu-a na Alemanha, num bar de estudantes.

PANGLOSS—Cantemos então. **(Cantam os três)**

Gaudeamus igitur,
juvenes dum sumus;
post jucundam juventutem,
post molestam senectutem
nos habebit humus
nos habebit humus.

Vivat academia,
vivant professores;
vivat membrum quodlibet,
vivant membra quaelibet,
semper sint in flore,
semper sint in flore.

Vivat et respublica
et qui illam regit;
vivat nostra civitas;
vivat haec sodalitas,
quae nos huc collegit,
quae nos huc collegit.

SABE-TUDO—Bravo! Muito bem, Dr. Pangloss! Não lhe conhecia a prenda.

PANGLOSS—Na Alemanha, não há ninguém que não cante.

SABE-TUDO **(Batendo as palmas, alto, para dentro)**—Vamos às especialidades! **(Apaga-se a luz. Mutaçào: átrio do Liceu)**

*
SABE-TUDO—Aqui se exhibirão perante V. Ex.^a os declamadores, os coleccionadores de anécdotas literá-

rias e estudantescas, os cançonetistas, os músicos, os críticos, «e o mais que adiante se ouvirá»... (Pausa) Começaremos pelos declamadores. Em primeiro lugar, é claro, a Aldina Frias, do 7.º ano, que desde o primeiro sempre fez as delícias de muitas sessões.

(Recitações da Aldina e doutros declamadores, com palmas dos assistentes)

SABE-TUDO — Depois destes números, não ficará mal, Sr. Dr. Pangloss, um número de canto do meu repertório particular — «A volta do Proscrito» — (Canta. Coro interno)

«Eis da infância o tecto amigo;
eis a fonte que murmura;
eis o céu puro da pátria;
eis o dia da ventura!»
Eis o dia da ventura, da ventura.

A terra estranha
onde proscrito
mágoa tamanha,
longa sofri,
lá a deixei,
e eis-me aqui!

Salvè, ó terra
idolatrada!
Eu te saúdo,
ó terra amada!
Terra, ó terra hospitaleira,
vejo-te enfim!
Amigos, não sei que sinto:
ela é tudo para mim.

És Portugal,
que ao Mundo inteiro
deu novos mundos,,
por derradeiro.
Por isso te ama
o que a ti veio.
Hei-de morrer
junto a teu seio.

PANGLOSS — Muito bem! Sehr Gut! Você, Sabe-Tudo, tem unhas! Parabéns!

SABE-TUDO — Obrigadinho! Agora, o anedotário. Dividi-lo-emos em épocas: o antigo, o moderno, o contemporâneo e o estudantesco. (Para dentro) Saltem os anedotários! (Entram quatro estudantes)

*

ANTIGO (Vestido à grega) — Uma anedota antiga, clássica, relativa ao celeberrimo filósofo grego Dióge-

nes. Era o tal que vivia na praça pública, com um tonel por única habitação, e que uma vez foi visto, ao meio-dia, de candeia acesa na mão, à busca de um homem...

SABE-TUDO — Vamos! Despacha-te!

ANTIGO — Pois um dia Diógenes entrou num palácio magnífico, sumptuosíssimo, onde predominavam os mármore e o ouro. Admiradas que foram por ele todas as riquezas, apeteceu-lhe tossir; e, não tendo onde descarregar, escarrou no rosto do frígio que lhe andava servindo de cicerone. Vendo-o estupefacto e embezerrado, lançou-lhe estas palavras: — Desculpe, amigo; não vi lugar mais sujo onde pudesse aliviar-mel

CONTEMPORÂNEO (Vestido à século XX, época romântica) — Essa faz-me lembrar uma da época contemporânea, que Júlio Dantas reproduziu num dos seus livros ligeiros. (Contando) Um dos Ministros da Monarquia, muito conhecido pelos seus ditos espirituosos, descendo um dia o Chiado, em Lisboa, viu à porta de uma mercearia um bojudo pote inglês de faiança azul, cheio de manteiga; e, sem saber porquê, sentiu o apetite invencível de lhe cuspir. E cuspiu! — O caixeiro, furioso, saltou de dentro da loja: — Então o Senhor tem a pouca-vergonha de me cuspir na manteiga?! — O político não se desconcertou. Tirou o chapéu, cumprimentou ligeiramente e disse com o sorriso mais calmo deste mundo: — Peça desculpa! Julguei que eram azeitonas...

MODERNO (Vestido à século XVII) — Da época moderna, narrarei duas do nosso delicioso escritor D. Francisco Manuel de Melo. Primeira: — Um cortesão perguntou a outro se gostava de frades. Resposta dele: — Olhai, amigo, eu sou amicíssimo de frades. Se não são bons, não lhes quero dar ocasião em minha casa para que sejam piores; se são bons, não lhes quero dar ocasião em minha casa para que o não sejam. De sorte que sempre os amo e sempre os escuso. (Outro tom). Segunda: — Confessava-se uma mulher honrada a um frade velho e rabugento; e, como começasse a dizer em latim a confissão, perguntou-lhe o confessor: — Sabe latim? — Disse: — Criei-me em mosteiro. — Tornou-lhe a perguntar: — Que estado tendes? — Respondeu-lhe — Casada. — A que tornou: — Onde está vosso marido? — Na Índia, meu padre! — disse ela. — Então com agudeza repetiu o velho: — Tende mão, filha! Sabeis latim, criaste-vos em mosteiro, tendes marido na Índia? Ora ide-vos embora e vinde cá outro dia, que vós é força que tragais muito que dizer, e eu hoje estou com muita pressa.

CONTEMPORÂNEO — De beata, tenho uma na minha colecção, que não é desengraçada. Recolheu-a também Júlio Dantas. Ouçam. — Uma vez, no século XVIII, uma beata que morava em Coimbra entre as igrejas de Santa Clara e de S. Francisco, apresentou ao confessor, muito vermelha e confusa, uma questão

que se debatia na sua consciência:—Ai, reverendo padre, que não sei como hei-de acomodar-me com os dois santinhos. Se ajoelho para rezar a S. Francisco, volto o pousadeiro para Santa Clara; se me ajoelho a rezar a Santa Clara, volto o pousadeiro para S. Francisco... —Pois, boa mulher,—aconselhou o frade— não volte o pousadeiro nem para um, nem para outro!... —Como? —Sente-se no chão!

ESTUDANTESCO—Colhidas na vida Liceal, aqui têm três. (Pausa) Para definir Bíblia, escreveu um dia um patusco, em exercício: «Bíblia é um livro, escrito por Camões, que nos conta a história de Portugal, desde o seu nascimento até ao seu falecimento». (Pausa) Esta também não é mázita:—Dê-me uma ideia do clima de Angola.—«O clima de Angola é muito quente; a igual distância do Equador, devido a ficar muito baixa». (Outro tom) Estão a ver que o Liceu a caindo, com a sonora e unânime gargalhada da malta. (Pausa) Mas esta vale por mil, e com ela termino. (Contando) Quando eu fiz o 5.º ano, estive comigo na mesma sala, na prova escrita, um candidato emancipável, destes que se apresentam a exame sem—digamos—assistência técnica de espécie alguma. No fim da prova de História, que era de respeito, o meu homem parecia um pardal, tão satisfeito se sentia da sua pessoa. —Então, pá! Que tal?—Mostra-me logo o rascunho e diz-me:—Correu-me tudo lindamente: enchi todo o papel.—Deixa ver!—disse eu. De boca aberta, verifiquei que, entre outras peças de ourivesaria, continha o rascunho estas pérolas:—«D. João V escreveu a «Arte de Bem Cavalgar toda a Sela»; o plano do mosteiro da Batalha foi feito pelo arquitecto Afonso Lopes Vieira; por morte de D. José e sucessão ao trono de sua filha D. Maria, foi o Marquês de Pombal desterrado.—São iniciados os descobrimentos; o livro sagrado dos persas é a Bíblia; o Marquês de Pombal não devia ter expulsado os Jesuítas, porque eles foram os obreiros da colonização de Portugal, até mesmo no tempo de D. Afonso Henriques»—(Saem os anedotários)

PANGLOSS — Muito interessantes!

SABE-TUDO — Agora, meus Senhores, vejamos o que pode a Mocidade Liceal, quando especialmente se arroja a afrontar a arte de Terpsícore, a excelsa musa da dança. Um número de sabor popular: a Rabela. (Entram pares, executam a dança e saem).

PANGLOSS — E agora? (Entra Sabe-Nada)

SABE-NADA — Agora, de novo o Sabe-Nada! (Para Pangloss e Ernesto) Desculpem.

SABE-TUDO — Que há?

SABE-NADA — Fartaste-te de me rebaixar diante destes Senhores, fazendo-me perguntas de algibeira... Pois vim aqui para me vingar.

SABE-TUDO — Vingar-te, como?

SABE-NADA — Dirigindo-te também umas pergunta-zinhas...

SABE-TUDO — Está bem. Venham elas.

SABE-NADA — De todos os professores, qual é o mais velho?

SABE-TUDO — Ora, ora! O Reitor!

SABE-NADA — E o mais novo?

SABE-TUDO — O Dr. Ribau.

SABE-NADA — E o mais alegre?

SABE-TUDO — O Dr. Assis. O mais alegre, e aparentemente o mais irascível.

SABE-NADA — E o mais calmo?

SABE-TUDO — O Dr. Carneiro. Primeiro que lhe arranquem uma palavra, é um dia de juízo! Nas aulas dele, até dá vontade de dormir!

SABE-NADA — É o dás! (Continuando) O homem mais discutido em Aveiro? Mais discutido... às vezes!

SABE-TUDO — É o Presidente da Câmara!

SABE-NADA — Porquê?

SABE-TUDO — Porque sim!

SABE-NADA — O Homem a quem as Senhoras e as sopeiras dizem sempre: Viva quem é uma flor!

SABE-TUDO — Isso... deve ser no Salão Cravo.

SABE-NADA — O estabelecimento mais sossegado da cidade?

SABE-TUDO — A Farmácia Calado.

SABE-NADA — Agora, umas frases típicas, ou estribilhos, de professores, para tu identificares.

SABE-TUDO — Às ordens!

SABE-NADA — Ora vamos lá. (Imitando o professor respectivo) «Isto, meu menino, é fundamental».

SABE-TUDO — O Dr. Ferreira Neves.

SABE-NADA (Imitando) — «Fogo! Fogo!»

SABE-TUDO — O Dr. Euclides. «Fogo, fogo!» e «Calma! Calma!»

SABE-NADA (Imitando) — «Que grande infelicidade!»

SABE-TUDO — Ora, ora! O Dr. Assis!

SABE-NADA (Imitando) — «Não é verdade isso?»

SABE-TUDO — O Dr. Rocha.

SABE-NADA — Quantos são, por enquanto, os Clubes de Aveiro?

SABE-TUDO — É fácil. Pela ordem de antiguidade, temos: Recreio Artístico, Mário Duarte, Galitos, Beira-Mar, Comércio e Indústria, Clube de Aveiro...

SABE-NADA — Está bem. E quais são os duplicados da cidade?

SABE-TUDO — Facilímo: dois Senhores dos Passos, duas bandas, duas corporações de Bombeiros.

SABE-NADA — E, de cafés, que dizes?

SABE-TUDO — É um tanto complicado, mas dá-se-lhe um jeito. Vejamos. Antigamente ali nos Arcos, tínhamos o Cisne da Arcada, que se foi abaixo das pernas... E nenhum mais se aguentava. Agora, é uma faturinha, e todos vivem, uns na opulência, outros em condições mais modestas: Café da Arcada, Avenida, Trianon, Gato Preto, Sol de Oiro, Galito, Sport e Pastelaria Chic. Além disso, pode-se tomar café na «Estrela» e na Confeitaria da Avenida.

SABE-NADA — Bem, desculparás! Meus Senhores...
(Sai. Risos dos assistentes. Entra Genebra Pereira)

SABE-TUDO (Olhando, espantado, a personagem, velha encarquilhada, trêmula, voz esgançada) — Ah! Donde nos caiu esta ave? (Para ela) Quem é você, tiazinha? Ou melhor: quem és tu?

GENEBRA — Não me conhece?! Eu apresento-me, tal qual me criou Gil Vicente:

Eu sou Genebra Pereira,
que moro ali à Pedreira,
vizinha de João de Tara,
solteira, já velha amara,
sem marido e sem nobreza.

Fui criada em gentileza
dentro nas tripas do Paço;
e, por feitiços que eu faço,
dizem que eu sou feiticeira.

Porém Genebra Pereira
nunca fez mal a ninguém,
mas antes, por querer bem,
ando nas encruzilhadas

às horas que as bem fadadas
dormem sono repousado,
e eu estou cum enforcado
papeando-lhe à orelha.

... ..

E, havendo piedade,
de mulheres mal casadas,
para as ver bem maridadas
ando pelos adros nua,
sem companhia nenhuma,
senão um sino samão
metido num coração
de gato preto, e não al.
Isto, Senhor, não é mal,
pois é pera fazer bem.

Outrossi, quando a mi vem
namorado sem conforto,
desejando antes ser morto
que ter aquela paixão,
cavalgo no meu cabrão
e vou-me a val de Cavalinhos
e ando quebrando os focinhos
por aquelas oliveiras,

chamando frades e freiras
que morreram por amores.

(Pausa)

Isto que todos ouvistes
escreveu-o Gil Vicente,
que foi um grande poeta.
Escreveu e nunca mente!
Agora tu, Sabe-tudo,
que dizes tudo saber,
vê se és capaz de dizer
quem será esta ladina,
esta velha, este estafermo.

SABE-TUDO — Ah! Já sei. Tu és a Aldina!

GENEBRA (Para Pangloss)

Peço-lhe, Dr. Pangloss,
por tudo, que me não troce...

(Natural, para Sabe-Tudo)

Pois se sabes, adeusinho!
Aqui vos deixo em paz,
pra seguir outro destino.

(Sai a correr)

PANGLOSS (Rindo-se) — Endiabrada, esta aluna!

ERNESTO — Melhor, Sr. Doutor: endiabrada, esta velha!

SABE-TUDO — Levadinha da breca! (Outro tom) Na sequência do programa, depois desta Genebra Pereira, que nos apareceu aqui, por artes mágicas, sem ninguém a chamar, — acho que não é de todo desconcertado ressuscitar uma serenata, com guitarras e violas, tanto mais que não há destes mimos na Vestefália. (Para dentro) Salta uma serenatazinha à antiga! (Para Pangloss) A letra é de hoje, a puxar para a troça; mas, graças ao influxo da Genebra Pereira, não faltará nem a competente nesga da cidade, com a luz do candeeiro de gás, nem outras coisas que em tempos se faziam, sob os benévolos olhares da Polícia.

(Mutação para trecho da cidade, com luz mortiça.
Aparecem estudantes com guitarras e violas)

*

SABE-TUDO (Cantando) —

Por esta noite de frio,
antes que venha a alvorada,
canção eu vou entoar,
dirigir à minha amada.

Vem à janela, menina,
que teus pais já 'stão dormindo;
aproveitemos a hora,
que o tempo vai-nos fugindo.

Há poucos dias atrás,
confessei-te o meu amor;
mas o teu rosto, ó bela,
nem sequer mudou de cor.

Não me dês a ilusão
de o meu amor desprezares,
pois sem a tua afeição
tudo pra mim são pesares.

Lá 'stá ela, a minha amada!
à janela me aparece!
É a suprema ventura:
já meu amor não fenece.

(Ouvem-se três grandes e espaçadas pancadas metálicas)

SABE-TUDO — C'est fini! Acabou, por hoje, a nossa visita ao Liceu. **(Cai um pano para mutação da cena)** Vamos, Dr. Pangloss! Suponha-se agora instalado numa frisa do Teatro Aveirense, a assistir a uma cena algo comovente: ao adeus dos finalistas, na sua já tradicional festa de despedida. Vê-los-á passarem aos colegas do 6.º ano o facho simbólico que eles, para o ano, já setimanistas, por seu turno transmitirão a outros. E sempre assim será, através dos tempos: entrada para o Liceu, a medo, no 1.º ano; confraternização no trabalho escolar e nos vaivéns e ardores da vida académica —, durante sete anos; por fim, partida para outros destinos, com a saudade do tempo passado. Vamos!

(Saem, enquanto a orquestra vai preludiando o final da Revista. Passados momentos, entram na frisa da esquerda, junto do palco, Aveiro, Pangloss e Ernesto e nela se sentam.)

(Sobe o pano, e mostram-se ao fundo, dispostos em anfiteatro, os alunos do 6.º ano e, aos lados, os finalistas, incluindo Sabe-Tudo. Uma aluna e um aluno do

7.º ano empunham fachos acesos, que na devida altura entregam a colegas do 6.º ano. Segue o coro final.)

Nesta hora de intensa alegria
os que estamos daqui a partir
o Liceu e Aveiro nos prendem,
que nos viram em moços fulgir.

Professores, lições, camaradas,
tudo, tudo aqui ficará;
e, seguidos por nós outros trilhos,
inda um dia a saudade virá.

Adeus, bons e leais Aveirenses!
Adeus, mestres! Nós vamos partir!
Neste facho de luz que deixamos,
fica inteiro o nosso sentir.



Final do 3.º acto

Salvè, templo de amor e ciência!
Nossas faltas não leves a mal!
Teus meninos daqui saem homens,
bem capazes de honrar Portugal.

Eis o facho de luz que vos deixam
nossas almas, cheias de luar;
e, chegada que seja a partida,
todos vós nos vereis a chorar!

(Na frisa, os três ocupantes dão palmas. Saem dela Pangloss, Ernesto e Aveiro, que, dentro de pouco, antes de fechar o pano, aparecem no palco, a palmear e a abraçar vários figurantes. Cena muito movimentada)

(Cai o pano)



MONUMENTO AO PROFESSOR EGAS MONIZ

Capela de S. Tomé em Oliveira (Vale-Feira)

Pelo P.^e Domingos A. Moreira

I — FUNDAÇÃO DA CAPELA

O lugar de Oliveira (Vale - Feira), já falado em 1137 na forma «uluaria» a propósito dos limites do Couto de Louredo estabelecidos pelo rei D. Afonso Henriques (1) e mais tarde em 1284 com 8 casais (2), foi aumentando de população no decorrer do tempo: 14 casais em 1527 (3), 38+55 pessoas em 1911 e 35+83 pessoas em 1960.

Nos fins do século XVII Oliveira pretende ter também capela. As Constituições Diocesanas do Porto de 1687, publicadas em 1690, exigiam para a fundação duma capela não só licença para a construção (fábrica) mas também outra licença para nela se começar a rezar missa (pág. 361-362). Para o primeiro caso exigiam (pp. 370-372) local decente (junto dos povoados e dos caminhos) e dote para as despesas de conservação, etc., além da distância e conveniência para das missas rezadas nas capelas se levar o Santíssimo Sacramento aos enfermos.

a) **Licença para a construção.** Em Oliveira começou-se em 1699 a concretizar a ideia da construção da capela, o que, após diversas dificuldades, veio a ser uma realidade em 1707 (4).

Assim a 21 de Agosto de 1699 era remetido ao Provisor do Bispado do Porto o seguinte requerimento dos moradores de Oliveira:

«Dizem os moradores do lugar d'Oliveira da freg.ª de S. M.ª do Valle, que des o d.º [=dito] lugar donde mórão à Igreja he perto de mea légoa e se passa o Rio de S. Ouaja q. [=que] no tempo do Inverno he dificultozissimo de passar e com muito e grande trabalho uem muitas vezes os Párochos administrar, assim o Sacramento da Penitencia como o do viático e ja succedeo hirse buscar à Igreja de Romaris en resão da enchente do d.º Rio e de sete p.ª [=para] oito portellos q. ha no Caminho da Igreja. E pera euitarem os desastres q. podem succeder e ficarem com mais cómodo,

querem fazer no ditto lugar d'Oliveira hua cappella obrigándose à fábrica della.

Portanto

P.ª V. Illm.ª S.ª [=Pedem a Vossa Illustríssima Senhoria] seja seruido precedendo a informação de seu Párocho darlhes licença p.ª q. possam fazer a d.ª Cappella, obrigándose à fábrica.

R. M.ª [=Resposta Mercê].

A escritura que os moradores de Oliveira, chefiados por Francisco João, apresentaram como dote de bens em benefício da capela, era a seguinte e fora lavrada a 6-Setembro-1699 no notário Domingos Moreira da vila de Cabeçais do concelho de Fervedo (extinto a 24-10-1855) a que Oliveira pertenceu:

«Saibam quantos este publico inztormento de Epopoteca (sic) de bens de Rais epotecados à cappella que se quer fazer de santo thomé no luguar de oliveira freiguezia do Valle deste Bispado do Porto Comarca da feira deste dia pera todo o sempre virem que no anno do nacimiento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil e seis centos e nouenta e nove annos em os seis dias do mes de setembro do dito anno nesta uilla de Cabessais conselho de fervedo e nas cazas das Moradas de mim taballiam que estam nesta dita uilla ahi perante mim e testemunhas tudo ao diante nomeado paresseo prezente francisco joam homem viuuo e morador no luguar de oliveira freiguezia de santa Maria do valle pesoa bem conhecida de mim taballiam que dou fee serem os propios (sic) aqui digo o proprio aqui nomeado e loguo por elle foj dito em minha prezenssa e das testemunhas que no dito luguar de oliveira da dita freiguezia do valle deste Bispado do Porto comarca da feira se queria fazer hua cappella pera administrar o sacramento, pella dita Igreja ficar distante, por inuocasam sam Thome e que fasêndosse a dita cappella elle se obrigaua por sua pessoa e por todos bens moueis

de raís presentes e futuros a todos os concertos que necessarios forem pera a dita cappella a saber somente de telhado paredes e portas e fechaduras dellas e cal isto nam tendo ella rendimentos de seu e estes concertos serám toda a uês que necessario for e que em especial aos ditos concertos da dita Cappella epotecava todo o seu campo chamado a Ribeira cito no lugar de erilhe que parte do Nacente com Manoel de oliveira e do poente com Catherina Antonia e do sul com joam Martins e do Norte com Domingos Antonio todos do dito lugar de Arilhe o qual campo he dízimo a Deus e epotecava de hoje pera todo o sempre como fica dito aos ditos concertos sendo cazo que a dita cappella nam tenha rendimentos, com todas suas pertensas, emtradas e sahdas nouas e antigas, agoas de regua e de maruje, arvores de fruto e sem elle, testados e montados de fora e de dentro assim como lhe pertensse e pertensser deua o qual campo prometia de Nam uender, dar, dotar, doar nem d'escambar nem outro algum partido fazer se nam com o dito encarguo e obriguassam dos ditos concertos da dita cappella e tendo a dita cappella rendimentos Bastantes pera os ditos concertos liure como athé agora o estava e queria que a geral epoteca nam derogue a expecial nem a expecial a geral pera o que Renunciaua todas as leis Preuilegios e leberdades que em seu favor fassam e possam fazer por que todas as havia por deroguadas e de Nenhum vigor, em fee de uerdade assim o disse e outrogou e de tudo mandou fazer digo mandou ser feito este instormento nesta nota e della dar os treslados necessarios em publica forma que eu taballiam como pessoa publica estipullante e aseitante o estipulej e aseitej quoaunto em direito posso em rezám de meu officio e a tudo foram testemunhas presentes Antonio de lima Perestello e Manoel Alues e Manoel Carualho todos desta uilla que todos aqui asinaram sendolhe primeiro por mim lido, Domingos Moreira taballiam o escreuj, Francisco joam, Antonio de lima Perestello, de Manoel Alues, de Manoel Carualho, o Coal instromento Eu sobredito Domingos moreira taballião do publico judessial e notas nesta uilla de Cabessais Comsselho de fermedo por prouimento do doutor Corregedor da Comarqua de Coimbra fis tresladar de meu liuro de notas ondê a thomei E a ella me reporto E este uaj na uerdade. E em fee E testemunho Della me assinej Em publico E em razo sobredito Domingos moreira tabalião o escreuj E sobescreuj Em testemunho de uerd.^o [=uerdade], deste e nota 240" (reis).

O provisor do bispado dá a 15-setembro-1699 a seguinte resposta exarada no supra-citado requerimento (5):

«Declarem o sitio em q. querem fazer a Capella e o R.^{do} Párocho o veja e da Capacid.^o [=capacidade]

della me jnforme por certidão jurada, e tambem declarem q. jnvocação ha de ter.

Porto 15 de 7^{bro} de 1699

Rocha».

O abade do Vale, Jerónimo Leal Freire, dá no mês seguinte informação favorável:

«Certifico en como fui a oliur.^a [=Oliveira] desta frg.^a adonde os mo(radores d)elle querem faser a Capella com a inuocação de São Thome, e ui o sitio o qual fica na saída do dito lugar e peguado a ella en hua deuesa de carualhos, e sobreiros e com grandesa bastante, liure, sem tapage algua com q. me parece m.^{to} [=muito] capás de se faser a dita Capella nelle, e por uerdade fis esta que in verbo sacerdotis firmo. hoie 13 outubro de 1699 a[nnos].

O p.^o Hieronimo Leal fr.^e».

A 30 de outubro de 1699 o provisor remete para o promotor: «Autuada haja v.^{ta} [=vista] o R.^{do} Promotor. Porto 30 de 8^{bro} de 1699

Rocha».

Pronto o processo, o escrivão da Câmara Eclesiástica do Bispado entrega-o ao Promotor do Bispado, o qual declara insufficientes para a capela os bens descritos na referida escritura:

«A escriptura que se junta he som.^{te} [=somente] de hum campo q. dis ser dízimo a D.^s [=Deus] o q. deve Constar mais legalm.^{te} [=legalmente] e he som.^{te} p.^a [=pera] todos os Concertos que forem necess.^{os} [=necessários] nas portas, paredes e telhado da Capella q. se quer fazer, isto não basta pois lhe he necess.^o mais rendim.^{to} [=rendimento] p.^a a mais fábrica, e déuesse mandar tambem justificar o valor e Rendim.^{to} do d.^o Campo e acrescentárce p.^a a mais fábrica da Capella, e satisfeito me deve tornar V.^{ta}

Cumesse

O prom.^{or} [=Promotor]».

Por isso a 15-janeiro-1700 o Promotor exige:

«Fação os supp.^{es} [=suplicantes] dote à Cap.^a [=Capela] p.^a renda em cada hum anno liures p.^a a fábrica della quatro mil rs. [=reis] e satisfeito haja v.^{ta} o D.^{or} [=Doutor] Promotor p.^a deferir a dita l.^{ca} [=licença] e as mais prouas que lhe parecerem nec.^{as} Porto 15 de jan.^{ro} de 1700».

* * *

Nova escritura. A 12-maio-1700 o mesmo notário de Cabeçais desloca-se a Oliveira para lavrar na eira de Francisco João (talvez impossibilitado de ir a Cabe-

çais por falta de saúde) nova escritura com mais bens (os dois campos da Ribeira de Cima e Ribeira de Baixo em Arilhe):

«Em nome de Deos amen. Saibam quantos este publico instrumento de obrigaçam e Epoteca à Fábrica da Capella de San Thome qual em direito mais ualiozo seja uirem digo seja deste dia pera o todo sempre uirem que no anno do nacimiento de noso Senhor Jezu Christo de mil e cete centos annos em os doze dias do mes de Maio do dito anno no lugar de Oliveira e na Eira de Francisquo joam onde Eu tabaliam uim que he deste Concelho de Fermedo ahí perante mim tabaliam e testemunhas tudo ao diante nomeado pareceo Presente Francisquo joam homem uiuuo morador no dito lugar de oliveira deste dito concelho de Fermedo Pessoa Bem conhecida de mim tabaliam e das testemunhas que dou fee ser o propio aqui nomeado e logo por elle foi dito que elle pera auer de se fazer huma Capella de santo Thome neste dito lugar de Oliveira Freguezia do ualle Comarqua da Feira e Bispado do Porto elle se obrigaua por sua Pessoa e por todos seus Bens moueis e de raiz presentes e futuros e seus terços (?) à dita Capella de todo o necessario e pera ella for de concertos e tudo mais necessario de hoie pera todo sempre, nam tendo a dita Capella e confraria de santo Thome rendimentos e em Especial Epotecaua e auia por apotecado de hoie este dia pera todo sempre os seus dois campos chamados a Ribeira de cima e de baixo citos no lugar de Arilhe que partem do nacente com Domingos Antonio e do Poente com o mesmo e do sul com joam Martinz da Pouoinha e do norte com Catharina Antonia Uiuua do lugar de Arilhe os quais são Foreiros ao Morgado deste dito Concelho de Fermedo a quem pedia muito de merce aceite e concinta e dê contentimento a esta Escripura de Epoteca os quais Campos prometia de nam uender, dar, doar nem d'escambar nem outro algum partido delles fazer senam à dita Capella E fábrica della os quais sam seus, liures e dezembargados sem estarem obrigados nem Epotecados a outro algum foro nem trebuto nenhum os quais campos e suas pertenças, Entradas e sahidas nouas e antigas, Agoas de Rega e de Merujem, Aruores de Fruto e sem elle, testados e montados de fora e de dentro os quais campos foram auctuados por Domingos Antonio e Manoel de Oliveira ambos do lugar de Arilhe deste Concelho de Fermedo os quais ouuiram o juramento dos santos Euangelhos judicialmente os quais diceram e declararam que hum anno por outro bem tinham e ualiam de rendimento liures do Foro do direito Senhorio e quem os fabricáce quatro mil e quinhentos reis pera a fabrica e concertos da dita capella e asim deram sua detreminaçam. E o dito obrigante Francisquo joam a numqua elle nem seus herdeiros o poderiam fazer Contra Esta Escripura, Renun-

ciauam todas as leis Priuilegios e liberdades que em seu fauor façam e possam fazer E se desaforauam do juiz de hu foro E queriam responder perante o juizo Ecleziastico ou qualquer outro. E dos ditos campos e suas pertenças não tratando dos Concertos da dita capella delles abria nam E a ella os deixaua de hoie pera todo sempre E em fee de uerdade assim o dice e outorgou e de tudo mandou fazer este instrumento nesta Nota e della dar os trellados necessarios todos de hum theor que Eu tabaliam como pessoa Publica aceitante e estipulante o aceitei E estipulei quanto deuo e posso em rezám de meu officio E a tudo foram testemunhas Presentes Antonio de Lima Perestrello da Uilla de Cabeçais deste Concelho de Fermedo e Domingos Francisquo da Silua do lugar do Telhado Freguezia de Fajoens do Concelho da Uilla da Feira e Bertholameu de Oliveira deste lugar de Oliveira do mesmo concelho de Fermedo que todos aqui asinaram com Elle Epotecante e louuados sendolhe Primeiro por mim lido Domingos Moreira Escriuam que o Escreui, Francisquo joam Epotecante, Domingos Antonio louuado, de Manoel de Oliveira louuado, Antonio de Lima Perestrello, domingos Francisquo da Silua, de Bertholameu de Oliveira testemunha, o qual instrumento Eu sobre dito Domingos moreira tabalião do publico judissial e notas E notas (sic) nesta uilla de Cabessais Comselho de fermedo por prouim.^{to} do doutor Corregedor da Comarqua de Coimbra fis tresladar de meu liuro de notas onde o thomej E a elle me reporto E este uaj na uerdade E em fee e testemunho della me assinej em publico e Razo, sobredito Domingos moreira tabaliam o escreuj e sobescreuj, em test.^o [=testemunho] de uerd.^o deste e nota 240 (?).

O Dr. Baptista de Araújo e Sousa, procurador do Senhor ou Morgado do Concelho de Fermedo, dá a 23-maio-1700 consentimento à escritura:

«Dou Consentim.^{to} a esta escriptur(a) de hypotheca e obrigação contanto que não prejudique ao Direito deste Morgado E senpre o hypothecante, ou seus herdeiros pagarão a esta casa a renda q. dos tais canpos senpre pagauão; porq. con esta condição he q. dou o tal Consentimento o que tudo faço como procurador que sou do s.^{or} [=Sr.] Antonio Luis Pinto Coelho Pereira da Sylua S.^{or} deste Concelho e Direito senhorio dos Cazaes d'Arilhe. Fermedo 23 de Majo de 1700. O P.^r [=Procurador] L. [=Licenciado] Baptista d'Araujo e Souza» (6).

E assim esta segunda escritura é apresentada no Bispado a 28-maio-1700:

«Aos vinte oito dias do mes de mayo de mil e cete centos annos em o cartorio da Câmara ahí pello supp.^{te} [=suplicante] me foi entregue a escriptura seguinte a qual ajuntei a estes autos e dei vista delles

ao D.^r P.^{mor} [=Promotor] eu o P.^o Baptista de Macedo escrivão da Camera o escreui».

O Promotor Faria do Bispado exige cópia da procuração do Dr. Baptista de Araújo e Sousa, de Cabeçais:

«Não consta de procuração ou poderes que tenha o p.^{dor} [=procurador] assim nomeado pera poder dar Contentim.^{to} à escritura atras o que deve satisfazer sendo tambem reconhecido o tal contentim.^{to} fiat just.^a.

Como promotor
faria».

A 14-6-1700 o provisor Rocha confirma a exigência do promotor Faria:

«Satisfaça ao q. requer o Promotor. Porto 14 de junho de 1700.

Rocha».

E então o escrivão do Bispado anota em conclusão o seguinte:

«Aos quatorze de junho de mil e sete centos annos nesta Cid.^e [=Cidade] do Porto e casas de murada do D.^{or} Carlos da Rocha P.^{ra} [=Pereira] Cónego e Provisor neste Bispado pello pello (sic) Ill.^{mo} Senhor Bispo etc. Ahi por elle me forão dados estes autos com o seu despacho assima que manda se cumprisse, eu o padre miguel Baptista de Macedo escrivão de Camara o escreui».

* *

Prova da Procuração. Os moradores de Oliveira, entre eles Domingos Ferreira (filho de Francisco João), requerem uma cópia oficial da procuração ao próprio procurador Dr. Baptista de Araújo e Sousa (então juiz em Cabeçais), dando este o despacho favorável em 20-agosto-1700:

«Dis d.^{os} [=domingos] fr.^a [=ferreira] e os mais moradores do lugar de olivr.^a da freg.^a de s.^{ta} m.^a do ualle Comarqua da fr.^a bispado do porto e deste con.^{co} [=concelho] de fermedo q. p.^a bem de sua justisa de se lhe pasar licença p.^a se fazer hua Capella q. pertende fazer, lhe he nesario o treslado de hua procuração q. tem o doutor Bautista de arauio e sousa do morgado deste conselho como della proua autorizar todos os papeis escrituras q. ao dito morgado tocam pello que

P. a V. m. [=Pede a Vossa Mercê] lhe mande pasar o traslado da dita precurasão em publiqua forma.

E. R. m. [=Espero Resposta mercê]». O despacho exarado neste requerimento foi o seguinte: «Passe na forma q. pede, Fermedo 20 de Agosto de 1700, Souza».

O notário Domingos Moreira passa gratuitamente a cópia:

«Em comprimento do despacho assima do juiz o lessenssiado Baptista de araujo e souza que este presente anno cerue de juiz ordinario nesta Villa de Cabessais comcelho de fermedo damos prezente por sua magestade que deos goarde. Certefico Eu Domingos moreira tabalião do publico judissial E notas nesta uilla de Cabessais comcelho de fermedo por prouimento do doutor Corregedor da Comarqua de Coimbra que eu Entre outras mais procurassois que uj ahi huma(?) he o treslado della o seguinte: António luis pinto Coelho pereira mosso fidalgo da Caza de sua magestade Caualleiro perfesso da orde de Christo senhor dos Comcelhos de felg(u)eira e uieira E de fermedo E minha mulher dona Anna maria de noronha fazemos nosso procurador bastante ao Lessenssiado Baptista de araujo E Souza morador na nossa Caza de fermedo pera que em nome [nosso] possa cobrar todas as rendas que sse nos pa[gam] no nosso comcelho de fermedo e marinha e poderá fazer prazos E dar consentimento a Coais quer papeis E apotequar E assinar tudo em nosso nome como se nós a tudo presentes estiuéramos porquanto pera tudo lhe damos todos os nossos poderes com liure e geral admenistrassam feita por mim e assinada por ambos oie nesta quinta do Bomjardim oito de ssetembro de mil e sete centos digo de mil e seis centos E noventa e noue annos, Antonio luis Pinto Coelho Pereira da silua, Donna Anna maria de noronha E se não continha mais na dita procurassam a coal reconhecho E a torneja entregar ao dito lessenssiado, sobredito Domingos moreira tabalião o escreuj e assinej em p.^{co} [=publico] E razo. Em tes.^o de uer.^{de}, deste gratis».

Perante a veracidade e autenticidade da pessoa do procurador e seu consentimento, o promotor do bispado **concede licença para se construir a capela:**

«Reconhecido o Contentim.^{to} e authoridade do p.^{dor} [=procurador] do direito senhorio à vista da escretura de hipoteca não se me offrece duuida a que se conceda licença p.^a de nouo se fazer a Capella de que se trata e pertende fazer no lugar e sitio de que trata a certidão do Párocho na qual se lhe ha de fazer hum retábolo o moderno com o Vulto e invocação de sam thome, a qual será ornada e paramentada de frontais, toalhas, vestimentas, calis, missal, galhetas, castiçais, e tudo o mais a ella necessario em a qual se não dirá Missa sem pr.^o [=primeiro] ser vezitada p.^a com isso se lhe conceder licença e isto sem prejuizo da Igreja matris e dereitos parochiais della advertindo que os gastos e fábrica da Capella não há de ser por conta da fábrica della aplicada

Como promotor
faria».

* *

Prova da Propriedade dos Prédios. No entanto, a licença do promotor para se construir a capela não é superiormente confirmada pelo provisor em virtude de este exigir a 23-setembro-1700 a prova de que Francisco João é realmente dono dos mencionados campos:

«Júntense os tt.^{os} [=títulos] per q. o dotador possui os bens q. constão da escrit.^a, e justifique-se, Citado o promotor, o valor dos d.^{os} bens liure dos encargos e Como não estão por via alguma obrigados ou hypothecados a pessoa alguma e som.^{te} pertencem ao dotador q. também deporá, e satisficasse com o reconhecim.^{to} da authorid.^e do P.^{or}

Porto 23 de 7^{bro} [=setembro] de 1700

Rocha».

Isto leva o promotor a marcar para 4-janeiro-1701 um encontro na sua presença e do provisor com Francisco João e as testemunhas do lugar de Oliveira Manuel da Costa e António de Oliveira a fim de ser lavrado um auto de justificação de posse dos referidos campos:

«Em 4 de jan.^{ro} de 1701 notifiquei ao R.^{do} [=Reverendo] D.^{or} Promotor para ver jurar test.^{as} [=testemunhas] nesta justificação. O notr.^o [=notário] Pantaleão da Sylva e vasconcellos».

Eis o auto:

«Justificação

Aos quatro dias do mês de janeiro de mil e setecentos e hum annos nesta cidade do Porto e cartorio da Camera della digo do Porto e casas da morada do Reverendo Doutor Carlos da Rocha Pereira Cónego perbandado na see desta cidade e nella e seu Bispado Prouizor pello Illustrissimo senhor Bispo etc. Ahj por elle o Reverendo Doutor Prouizor forão preguntadas as testemunhas seguintes comigo Notario Apostolico que ellegeo pera esta diligencia por impedimento do escriuão da Camera E eu Pantaleão da Sylva e vasconcellos notario Apostolico o escreuj.

Antonio de Oliveira laurador e morador no lugar de Oliveira da freguezia de Santa Maria do Valle comarca da feira deste Bispado de idade que dice ser de trinta e sinco annos pouco mais ou menos testemunha jurado aos santos evangelhos em que pôs a sua mão direita e prometeo dizer verdade e dos costumes dice nada.

E preguntado elle testemunha na forma do despacho retro proxime delle Reverendo Doutor Prouizor dice que conhece muito bem os dous campos chamados a Ribeira de sima e de baixo declarados na escriptura de doação e hypotheca junta os quais são liures, e dezembargados do dottador Francisco João, pellos herdar de seus pays, e delles está de posse, e os não

tem dottados, hypothecados, nem por outro algum modo alheados e sujeitos a diuida, fiança ou hypotheca alguma e são campos lauradios muito bons e vallem liures dos encargos melhor de sessenta mil reis, e renderão liures dos encargos muito bem quatro athe sinco mil reis, e tantos dera elle testemunha por elles de renda se lhos derão e são os ditos campos somente foreiros ao morgado de Fervedo, o que sabe elle testemunha por ser da mesma freguezia, e ter de tudo sufficiente conhecimento, e mais não dice, e assinou com elle Reverendo Doutor Prouizor, E eu Pantaleão da Sylva e vasconcellos notario Apostolico o escreui.

Rocha

de Ant.^o de Oliveira

Manoel da Costa laurador e morador no lugar de oliveira da freguezia de Sancta Maria do Valle da comarca da feira deste Bispado de idade que dice ser de quarenta annos pouco mais ou menos testemunha jurado aos santos evangelhos em que pôs a sua mão direita e prometeo dizer verdade e dos costumes dice nada.

E preguntado elle testemunha na forma do despacho delle Reverendo Doutor dice que conhecia muito bem os dous campos dottados pera a fábrica da Cappella de que se trata chamados a Ribeira de sima e de baixo contheúdos na escriptura junta os quais sabe que são do dottador francisco joão que hos houue por herança de seus Pays, e delles são digo e delles he direito senhorio o morgado de Fervedo; e estão liures de fiança, ou hypotheca alguma, e vallem muito bem liures setenta mil reis, e podem render também liures a dinheiro quatro athe cinco mil reis, o que sabe por ser da mesma freguezia, e ter muito conhecimento dos ditos campos, e seu rendimento e mais não dice, e assinou com elle Reverendo Doutor Prouizor E eu Pantaleão da Sylva e Vasconcellos notario Apostolico o escreuy

Rocha, M.^{el} da Costa.

Antonio de Oliveira laurador e morador no lugar de Oliveira da freguezia de Sancta Maria do Valle da Comarca da Feira deste Bispado de idade que dice ser de quarenta e sinco annos pouco mais ou menos testemunha jurado aos santos evangelhos em que pôs a sua mão direita e prometeo dizer verdade e dos costumes dice nada.

E preguntado elle testemunha pello contheúdo en a forma do despacho delle Reverendo Doutor Prouizor dice que conhece muito bem aos dous campos do Ribeiro de sima e de baixo sitios no lugar de Arilhe da mesma freguezia do Valle que são os contheúdos na escriptura de dotte e hypotheca junta, os quais campos são Reguengos, foreiros somente ao Morgado e senhor de

Fermado e são liures, e dezobrigados do dottador Francisco João que os houve por herança de seus pays, e os não tem hypothecados, nem obrigados a diuida ou fiança, ou obrigação alguma mais que esta que agora faz pera fábrica da cappella de que se trata os quais campos liures dos encargos poderão render em cada hum anno athe quatro mil e quinhentos reis a dinheiro, e vallerão os ditos campos vendidos pera seu dono muito bem sesenta mil reis, o que sabe por ser da mesma freguezia, e ter bastante conhecimento dos ditos campos, seu vallor e rendimento e mais não dice e assinou com elle Reuerendo doutor Prouizor E eu Pantaleão da Sylua e Vasconcellos notario Apostolico o escreuj

Rocha, de Ant.º de Oliveira.

Depoimento

Francisco João dottador, e morador na freguezia de Sancta Maria do Valle a quem elle Reuerendo Doutor Prouizor deu o juramento dos santos evangelhos em que pôs a sua mão direita e prometeo dizer verdade.

E depondo na forma do despacho d'elle Reuerendo Doutor Prouizor dice que era verdade que elle estaua de posse dos dous campos chamados a Ribeira de sima e de baixo contheúdos na escriptura de dote junta a estes autos, os quais houve por herança de seus pays que delles forão possuidores e delles não tem título por serem bens Reguengos e somente Reconhece ao senhor da terra que he o Morgado de Fermado com huma uniforme penção de que digo penção de hum alqueire e meyo de pão, e por delles ser senhor e possuidor, e os ter liures e dezobrigados de fiança ou hypotheca alguma fes delles a ditta escriptura de dote pera fábrica da cappella de que se trata por sua liure vontade e sem constrangimento algum na forma que reza a ditta escriptura e valem os ditos campos muito bem liures em cada hum anno o seu rendimento quatro mil, e quinhentos reis, e na ditta escriptura não ha conlujo, nem o espera hauer, ou outro contracto que incontra o verdadeiro fim pera que he feita, e mais não depôs, e assinou com elle Reuerendo Doutor Prouizor E eu Pantaleão da Sylua e vasconcellos notario Apostolico o escreuj.

Rocha, Fr.º João».

Pronto o auto, o provisor Rocha despacha-o para o promotor:

«Haja v.ª o D.º Promotor
Porto 12 de jan.º de 1701

Rocha».

Depois de passar a 13-1-1701 pelas mãos do notário apostólico Pantaleão da Silva, o promotor descobre que

os campos são reguengos e por isso não se podem destinar para capela, por ser precisa ainda antes uma licença do rei:

«Como as testemunhas da justificação depoem q. são reguengos os Campos dotados em Patrim.º [=Património] da Capella q. se pertende levantar de nouo e os tais bens se não possam dotar à Igr.ª [=Igreja] sem prouizão de S. Mag.ªe [=Sua Magestade] por serem de seu Patrim.º por isso se não deve julgar por bom este dote sem a tal Prou.ªn [=Provisão]».

A 14-1-1701 o mesmo notário apostólico prepara o processo para o despacho final do provisor:

«Aos quatorze dias do mes de janeiro de mil e setecentos e hum annos nesta cidade do Porto, e cartorio da Camera ahi por parte do Reuerendo doutor Promotor me forão dados estes autos com a sua reposta assim com que os fis conclusos ao Reuerendo doutor Prouizor E eu Pantaleão da Sylua e Vasconcellos notario Apostolico o escreuj».

Despacho do provisor: «Obrigue o justificante bens liures se quizer erigir a Capella. Porto 15 de jan.º de 1701.

Rocha».

E assim neste estado de coisas, sem nada se conseguir, o escrivão da Câmara Eclesiástica encerrou o assunto a 24-1-1702:

«Aos vinte e quatro dias de janr.º de mil setecentos e dous annos nesta Cid.º [=Cidade] do Porto e casa da morada do R.º S.º D.º Prouizor, ahi por elle me forão dados estes autos com o seu desp.º [=despacho] q. mandou se cumprice como nelle se contém de q. fis este tr.º [=termo] eu Joseph Frr.º de Caru.º [=Carvalho] escrivão da Camara o escreuj».

*
* * *

Escolha dum defensor. O povo de Oliveira não desiste. Brás da Costa no mesmo dia 24-1-1702 faz uma procuração ao Dr. Manuel dos Santos para defender a causa:

«Procuração q. fas Bras da Costa da frg.ª de S.ª M.ª do Valle ao L.º [=Licenciado] M.ªl [=Manuel] dos Santos.

Aos vinte e quatro dias do mes de janr.º de mil setecentos e dous annos nesta Cid.º do Porto e casas do Cartr.º [=Cartório] da Camera Ecc.ª [=Eclesiástica] ahi pareasseo Bras da Costa da frg.ª de S.ª M.ª do Valle e por elles foi dito q. elle fasia seu bastante procurador p.ª esta cauza e suas dependencias ao L.º M.ªl dos Santos p.ª o q.º [=que] lhe daua todos os poderes em direjto concedidos, e por assi o querer se assinou com as t.ªs [=testemunhas] abaixo q.º forão

o P.^o An.^{to} Alz. Pr.^a desta Cid.^o eu Joseph Frr.^o de Caru.^o o escreveu

de Bras + da Costa

O P.^o An.^{to} Alz. Pr.^a, João Moreira».

O povo de Oliveira pede ao provisor para lhe ser permitido vir contestar o despacho embargante por causa da licença real, o que o provisor aceita, mandando no mesmo dia 24-1-1702 ao promotor estudar o assunto:

«Dizem os moradores do lugar de Olivr.^a da frg.^a de S. M.^a do valle com.^{ca} [=Comarca] da fr.^a [=feira] deste bispado, q. no dote q. fizerão a hua Cappella, q. no d.^o lugar querem levantar mandou Vm.^{co} [=Vossa mercê] q. os supp.^{tes} dotássem à d.^a capella bens livres e porq. querem vir com emb.^{os} [=embargos] ao d.^o despacho

P. a Vm.^{co} que junta esta aos autos lhe dê

V.^{ta} do d.^o despacho p.^a virem com seus emb.^{os}

Junta aos autos se lhe dê V.^{ta}

e do q. disser haverá V.^{ta} o R.^{do} Promotor.

Porto 24 de janr.^o de 1702

Rocha».

Ainda no mesmo dia o escrivão do Bispado entrega a documentação ao procurador Dr. Manuel dos Santos que não aceita:

«Aos vinte e quatro dias do mes de janr.^o de mil setecentos e dous annos nesta cid.^o e casas do cart.^o da camera ecc.^a ahi por parte de Bras da Costa da frg.^a de S.^{ta} M.^a do Valle me foi apresentada a petição asima com o desp.^o do R.^{do} D.^{or} Prouisor, q.^o logo juntei aos autos, e delles dei uista ao L.^{do} M.^{el} dos Santos procurador dos embg.^{tes} [=embargantes] eu Joseph Frr.^a de caru.^o escrivão da camera o escreveu; «V.^{ta} ao L.^{do} M.^{el} dos Santos

em 24 de janr.^o de 702 a [=anos]

Não aceito a p.^{ão} [=procuração]

Santos».

*
*
*

Escolha de novo defensor. No dia seguinte, 25-1-1702, Brás da Costa nomeia outro procurador, o Dr. Gabriel Nunes Martins:

«Procuração ao L.^{do} Gabriel Nunes Mis.

Aos vinte e cinco dias do mes de janr.^o de mil setecentos e dous annos nesta Cid.^o e casas do cartorio da camera Ecc.^a ahi apareceu presente Bras da Costa da frg.^a de S.^{ta} M.^a do Valle e por elle foi dito q. elle p.^a esta cauza, e suas dependências fazia seu bastante procurador ao L.^{do} Gabriel Nunes Mis., p.^a o q.^o em seu nome requeresse toda sua just.^a [=justiça] e lhe dava todos os poderes em dir.^{to} [=direito] concedidos

e de como assi o dice assinou em prezença das t.^{as} [=testemunhas] João Mr.^a [=Moreira] e M.^{el} Marinho desta Cid.^o Eu Joseph Frr.^a de Caru.^o o escreveu

de Bras + da Costa

de M.^{el} + Marinho

João Mr.^a».

O procurador estudou o assunto em profundidade e consegue desfazer o nó impeditivo à construção da capela:

«Pello disp.^o [=disposto] retro fol. 18 vs. não defirio Rd.^o S.^{or} D.^{or} Prouisor aos supp.^{es} na forma q.^o em sua justa supplica pediam; e deve ser o fundam.^{to} [=fundamento] o uer que as tess.^{as} [=testemunhas] da justificaçam affirmam que os bens dotados à erigenda Capp.^a sam reguengos e de Morgadio; e que como tais ficam melitando debaixo da disposiçom da Ord. lb. V tit. 18 e tt. 35 que refere a disposiçom da lei mental, segundo as quoaes, os bens de semelhante natureza se não podem ametir (?), nem obrigar, a Igrejas, nem Capp.^{as} porq. faltando a successão na Caza de Fermado, immediate reuertuntur talia bona ad regiam coronam mas parece que no presente Cazo não melita esta disposiçom

E a rezão he: Porq. por falecim.^{to} [=falecimento] de Fernam Pr.^a da S.^a [=Silva] que foi da d.^a Caza se tomou posse della, e de tudo o q. lhe pertensia, por parte da coroa do Rn.^o [=Reino] e pôndosse em letigio esta questam, se ueyo oppondo à ditta Cauza o Conde da Feira; E afinal se julgou a d.^a Caza a João Pinto Coelho successor, e herdr.^o [=herdeiro] do d.^o Fernam Pr.^a da silua. Com fundam.^{to} [=fundamento] de q. os bens pertencentes à dita Caza eram partiuées, e alo-diaes, e não sogeitos à disposiçom de bens reguengos, como bem trás julgado mihi semper doetur (?). Leg. (?). presise (?). uidendus. Com. io. ad Ord. lb. V tt. 35 fol. mihi 242 et r.^o V.^o 7^o et seqq. ubi ad extensum retulit predicta sententia

Et si res ita se habet; parece q. legitimam.^{te} [=legitimamente] se podem obrigar os bens dotados, à fábrica da ditta Capp.^a uisto o consentim.^{to} fol. 10 vs. reconhe-sido fol. segg., pois não ficam sogeitos à disposiçom de bens reguengos. E se as test.^{as} com as circunstancias necess.^{as} foram preguntadas, he certo q. se auia de uer (?) no conhessim.^{to} desta uerd.^a q.^o sendo necess.^o [=necessário] se requer se repreguntem, a fim de se differir na forma da ajustada supplica.

A Mayor duuida está, em que dizem tambem as test.^{as} que os dittos bens dotados sam de Morgado! Porém he de aduertir que na Caza de Fermado ham huns bens q.^o só sam de Morgado, e outros m.^{tos} [=muitos] que nam sam de vínculo; E p.^a se averiguar, se os que aqui se dottam sam, ou não de vínculo se requer que ao procurador da d.^a Caza de Fermado se

lhe tire o depoim.^{to} [=depoimento] p.^a que fielm.^{te} [=fielmente] depondo, declare se os dittos bens dotados estam uincullados ao Morgado; e se admitta aos supp.^{tes} a justificar por pessoas peritas, e certidoes authenticas em como nam sam de vínculo; e se assim for, e se acharrem liures, se deve defferir a favor da Capp.^a pois he tam pia, e devotta a supplica dos supp.^{tes} E afim de q.^o asim se lhe deffira reformándose nesta forma o disp.^o retró, se offeresse, com o deuido resp.^{to} [=respeito], esta rezám per emb.^{os} [=embargos] ao d.^o disp.^o emb.^o de q. se pede recibim.^{to} [=recebimento] e intr.^o [=inteiro] cumprim.^{to} [=cumprimento] de just.^a mel. jur. mod. e com os prosessos necess.^{os}.

Et expensis

Gabriel Nunes Martinz».

O escrivão do Bispado entrega a 26-1-1702 a defesa do Dr. Gabriel Nunes Martins ao promotor que a aceitou:

«Aos vinte e seis dias do mes de janr.^o de mil e sete centos e dous annos nesta cid.^a e casa do cart.^o da camera ecc.^a ahi por parte do L.^{do} Gabriel nunes miz. me forão entregues estes autos com as suas resoiz de emb.^{os} asima e com ellas fis logo estes autos conclusos ao R.^{do} D.^{or} Promotor Eu Joseph Frr.^a de Caru.^o escriuão da Camera o escreuj».

«V.^{ta} ao R.^{do} D.^{or} Promotor
em 26 de janr.^o de 702 a

Não duuido se receba a rezão embg.^{te} p.^o [=pelo] dir.^{to} em q. se funda con Custas

P. Motta».

*
* * *

Resolução da última dúvida. No dia 15-2-1702 o provisor, embora aceitando globalmente a defesa, quer ainda aclarar a dúvida de se os campos estão ou não vinculados ao morgadio, mandando o abade de S. Miguel do Mato saber do Dr. Baptista de Araújo e Sousa:

«Aos quinze dias do mes de Feuereiro de sete centos e dous annos nesta Cid.^a do Porto e casa do cartorio da camera Ecc.^a ahi por parte do R.^{do} D.^{or} Promotor me forão dados estes autos com a sua reposta retro e com ella os fis conclusos ao R.^{do} D.^{or} Prouizor eu Joseph Frr.^a de Caru.^o escriuão da Camara o escreuj».

«Antes de deferir a rezão dos emb.^{os} passe ordem p.^a q. o R.^{do} Abb.^o [=Abade] de S. Miguel do Matto tire de depoim.^{to} do procurador da Caza de Fermedo sobre se os bems q. se dótão p.^a a Cap.^a são de Morgado, e tambem se informe o R.^{do} Commissario e passe certidão do q. achar.

Porto 15 de Feu.^{ro} de 1702

Rocha».

No dia seguinte (16-2-1702) o escrivão prepara, por ordem do provisor, o officio para o abade de S. Miguel do Mato:

«O D.^{or} Carlos da Rocha Pereira Commissario do sancto officio cónego perbendado na sé desta muito antigua e sempre leal Cidade do Porto E nella e seu Bispado Prouizor pello Illustrissimo Senhor Bispo etc. Pella prez.^{te} [=presente] cometo minhas vezes ao Reverendo Abbade de S. Miguel do Matto pera que com hum sacerdote de missa que elegerá pera escriuão a quem dará o juramento de fidelidade recebendo-o tambem da sua prometendo ambos fazer o aqui contheúdo tudo na verdade de que se fará termo q. ambos o Assinarão e logo farão hir à sua presença ao L.^{do} Baptista de Araújo, e sousa, ou aquella pessoa que for na uerdade procurador bastante do senhor do Concelho de Fermedo, e de baixo do juram.^{to} [=juramento] q.^o lhe dará dos sanctos evangelos lhe tomará seu depoimento sobre se os dous campos chamados a Ribeira de sima e de baixo sitos no lugar de Arilhe da freguezia de sancta Maria do valle que pessue francisco joão E dotou pera fábrica da Capella que se pertende fazer no lugar de oliueira da mesma freguezia são ou não foreiros ao dito morgado, e se a este pertence E porque titollo he delles direito senhorio fazendo lhe asinar se for necessario; E o que responder será escrito assignando v. m.^{ce} com ele o seu depoimento q.^o sendo acabado lhe encomendo a v. m.^{ce} se informe com pessoas fidedignas sobre se os ditos dous campos são ou não pertença do dito morgado e de tudo o q.^o souber e achar me enformará por sua certidão jurada e tudo fixado remeterá ao escriuão da Camara que este subscreueo pera defirir à vista de tudo aos requerimentos que me fasem sobre digo me fasem os moradores do dito lugar de Oliveira sobre a erecção da dita capella sendo capás Pagos de seus justos sellarios o q.^o tudo v. m.^{ce} asim fasendo e Comprindo fará o q.^o de sua inteiresa espero sem dano.

Porto sob meu signal, e sello de sua Ill.^{ma} aos dezaceis de Feuereiro mil setecentos e dous annos eu Joseph Frr.^a de Caru.^o escriuão da camera o subscreuj.

Rocha».

A 23-2-1702 o Dr. Baptista de Araújo e Sousa faz o seu depoimento na presença do abade de S. Miguel do Mato, dizendo que os tais campos pagam de facto foros ao morgado de Fermedo sem nada terem com o rei, apresentando razões:

«Aos uinte he [=e] tres dias do mes de Feuereiro do anno de mil he setecentos he dois annos em a casa da residencia do Reverendo Joam da Silua Nug.^{ra} [=Nogueira] Abb.^o da Parochial Igreja de sam Miguel do Matto da Comarca da Feira do Bispado do Porto

ahi por parte do Reverendo Hierónimo Leal Freire, vigairo de santa Maria do Valle da ditto Comarca lhe vi apresentada hua Commissam do muito Reverendo Senhor Doutor Prouvizor deste dito Bispado do Porto pera efeito de inquerir o depoimento do Lecenciado Baptista de Araujo he Souza procurador bastante do Senhor do Con.^{co} de Fermedo, pera declarar se os campos chamados da Ribeira de Cima he de baixo citos em o lugar de Arilhe que dotou Francisco joam pera a fábrica que se pertende fazer em o lugar de Oliveira digo pera a fábrica da capella que se pretende fazer em o lugar de Oliveira se sam os dittos canpos pertenços he foreiros ao Morgado de Fermedo, ou não. A qual commissam elle Reverendo Commissario aceitou he prometeu dar a sua deuida execuçam pera o que elegeu seu escrivam a mim o padre Manoel d'Oliveira morador em esta ditto frg.^a de sam Miguel do Matto pera que bem he fielmente os escrevesse de baixo de juramento de que me mandou fazer este termo, que ambos asinamos he Eu o P.^o M.^{el} d'Oliur.^a escrivam que o escrevi, o P.^o M.^{el} d'Oliur.^a, João da Silva Nug.^{ra}.

E logo apareceu o lecenceado Baptista de Araujo e Souza morador nos paços do Concelho de Fermedo he dando-se lhe o juramento dos santos Evangelhos pera haver de depor sobre o conteúdo na ordem do senhor Doutor Prouvizor Por elle foi dito que Elle era procurador bastante do senhor deste con.^{co} de Fermedo An.^{to} Luis Pinto Coelho P.^{ra} da Silva he que sabia que os campos dos Ribeiros de baixo he de cima citos em o lugar de Arilhe sam de Fran.^{co} Joam morador en o lugar de Oliveira he foreiros com hua uniforme pe(n)ssám à Caza de Fermedo do dito seu Constituinte, sem que a Coroa deste Reino tenha nada nos dittos campos nem os mais terre(n)os de que a Caza he senhorio, he setá (sic) iulgado per sentença do juizo à Coroa da Caza da Suplicaçom serem todos os bens he rendas do ditto Con.^{co} patrimoniaes he liures he izentos da lei Mental he que iá Elle depoente tinha dado consentimento à escritura de Doaçam que dos dittos campos fizeram pera a Capella de que se trata, o dito Fran.^{co} joam de oliveira he mais nam disse he asinou aqui com o R.^{do} Commissario he Eu o p.^o Manoel d'Oliveira escrivam que o escrevi.

Baptista d'Araujo e Souza

João da Silva Nug.^{ra}

O P.^o Manoel d'Oliveira.

Esta inquireçam uai na uerdade escrita em meia folha sem emtrelinha nem Erro que dúuida faça, he por uerdade fis este instormento que asinei com o R.^{do} Commissario era ut supra he Eu o p.^o Manoel d'Oliur.^a que o escrevi, o P.^o Manoel d'Oliveira, João da Silva Nug.^{ra}».

A 25-2-1702 o abade de S. Miguel do Mato dá a sua informação pessoal de que nada obsta ao caso em causa:

«Certifico eu João da Silva Nug.^{ra} Abb.^e da Parochial Ig.^{ra} de S. Miguel do Mato deste Bispado do Porto que em virtude da Orde' atraz do M. [=Muito] R.^{do} S.^{or} D.^{or} Prouvizor deste d.^o Bispado me informey com algúas pessoas do lugar de Olivr.^a vizinho do de Arilhe da freguezia do valle acerca do q. o d.^o R.^{do} S.^{or} me manda informar, E me responderão uniformem.^{te} [=uniformemente] q' os ditos campos da Ribeira de sima, e de baixo erão de Fran.^{co} João q' os possuia, e era s.^{or} delles, e como tal os podia doar p.^a a fábrica da Capella q.^o se pretende fazer, e que erão foreiros ao Morgado de Fermedo com certa pensão q.^o delles se lhe paga e nisto não ha dúvida, e he notorio naquella terra, e de como passa na uerdade fiz este q'assinei, e sendo necess.^o o affirmo in verbo sacerdotis Em S. Miguel do Mato em 25 de Fevr.^o de 1702

João da Silva Nug.^{ra}».

A 6-3-1702 o escrivão do Bispado recebe estes novos documentos de informações:

«Aos seis dias da mes de março de mil sete centos e dous nesta Cidade do Porto e casa do cartr.^o da Camera Ecc.^a ahi por parte do R.^{do} Comiss.^o [=Comissário] me foi entregue a delig.^a [=deligência] retro que junta aos autos os fis concluzos a R.^{do} D.^{or} Prouvizor e eu Joseph Frr.^a de Car.^o escrivão de camera o escreuj».

*

* *

Exigência final do provisor e licença para a construção da capela. O provisor, aceitando a 7-3-1702 as razões expostas nos novos documentos, exige ainda de Francisco João um documento a declarar que nunca desviará para outros fins os ditos campos, e poderá construir a capela na condição de se requerer depois licença para se começar nela a rezar missa. A exigência do provisor na Monarquia Absoluta de os referidos bens estarem sempre ao serviço da capela, se parece à primeira vista exagerada, todavia não o foi, se se tiver em conta a experiência das pessoas e dos factos. Efectivamente, bastantes anos mais tarde, durante a Monarquia Constitucional, o cumprimento destes legados ia diminuindo, acabando até por caducar, como adiante veremos.

Eis o despacho do provisor:

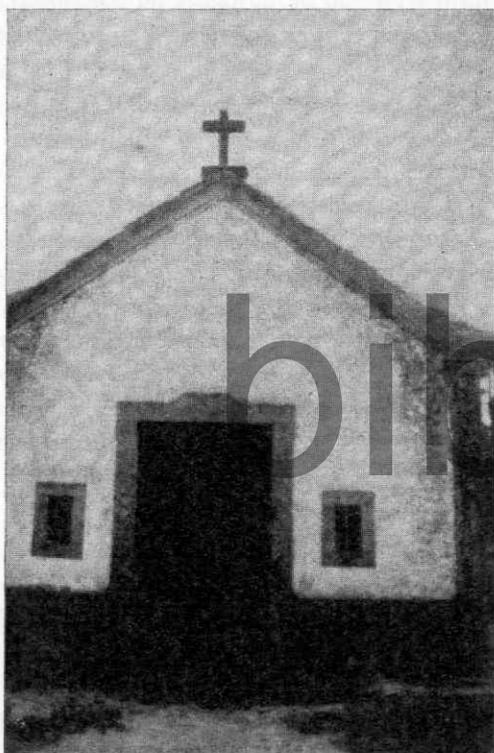
«Recebo a rezão de emb.^{os} e a julgo prouada v.^{to} não serem os bems q. se obrigação p.^a patrimonio da Cap.^a de q. se trata vinculados, mas sim liures, à v.^{ta} do q. passe L.^{ca} [=Licença] p.^a se poder edificar fazendo pr.^o [=primeiro] termo de non alienando Com tanto q. depois de edificada se não poderá nella Celebrar sem

prim.^o [=primeiro] ser vizitada e preceder noua L.^{ca}
Porto 7 de M.^{co} [=Março] de 1702

Rocha».

«Termo de non alienando que fas o dotador Fr.^{co}
João da frg.^a do valle

Aos trese dias do mes de março de mil setecentos
e dous nesta Cid.^a do Porto e casas da morada digo
do cartorio da camera Ecclesiastica ahi appareco Fran-
cisco João dotador que fora dos bens contheúdos
na escritura junta pera a fábrica da capella de sam
Thome que de nouo querem erigir na d.^a frg.^a do
valle no lugar de oliur.^a e por elle foi dito que por
este termo se obrigaua a não uender, dar nem doar,



Capela antiga de Oliveira

nem por outro modo alhear os bens contheúdos na dita
escriptura pera fábrica da dita capella com pena de
excomunhão e as mais penas que por direito lhe forem
impostas o que assim jurou cumprir de baixo do jura-
mento dos santos evangelhos que lhe foi por mim es-
criuão dado de que fis este termo que elle assinou. eu
Joseph Frr.^a de caru.^o escriuão da camera o escreuj

Fr.^{co} João».

b) **Licença para celebrar missa.** Depois desta luta
de cerca de 3 anos, de 1699 a 1702, para obter-se a
licença para a construção, estava a capela pronta em
fins de 1706. Só faltava a licença final para nela se

poder começar a celebrar missa. Assim em 17-1-1707 o
escriuão do Bispado recebe o requerimento do povo
de Oliveira:

«Aos deçe sete dias do mes de janeiro de mil sete
centos e sete nesta Cidade do Porto e casa de cartorio
d.^a Camera Ecc.^a ahi me foi entregue a petição adiante
junta que em conprim.^{to} do despacho nella ajuntei aos
autos p.^a delles continuar a conclusão ao R.^{do} D.^{or}
Prouizor eu Joseph Frr.^a de Caru.^o escriuão da camera
o escreuj».

«Dizem os moradores do lugar de Oliur.^a da frg.^a
de Sancta M.^a do Valle da feira, que elles tem
dado fim a hua Cappella no d.^o lugar para a qual
alcancárão licença que vai junta e porq.^{to} [=porquanto]
está com todos os requizitos lhe he necessario licença
p.^a q. nella se diga missa.

Pello q.

P. a Vm.^{ce} lhe faça m.^o [=mercê]

Conceder a d.^a Licença

e P. M.

Junta aos autos

torne. Porto

17 de jan.^o de 1707

Rocha».

O provisor Rocha, que nesse dia 17-1-1707 tomara
conhecimento, manda a 15-2-1707 o pároco de Canedo
fazer a vistoria á capela:

«P. [=Passe] Ordem p.^a o R.^{do} R.^{or} [=Reitor] de
Canedo vizitar a Cap.^a de que se trata p.^a ver se está
de todo acabada e tem retábolo e os ornam.^{tos}
[=ornamentos] necess.^{os} p.^a nella se poder Celebrar
e dará o juram.^{to} às pessoas q. lhe parecer sobre se
são todos da mesma Cap.^a e p.^a ella dedicados ou de
empréstimo e do q. achar passará Certidão jurada.

Porto 15 de Feu.^o de 1707

Rocha».

Não tendo podido ir o pároco de Canedo, o povo
de Oliveira pede ao Bispado para nomear outro para
o aludido fim:

«Dizem os moradores do lugar de oliur.^a frg.^a de
sancta Maria do Valle, que elles tem feito hua Cappella
p.^a a qual v. m.^{ce} lhe tinha dado Comissam p.^a o R.^{do}
Reictor de Canedo a reuer na forma da ditta Comissam
a qual vai nesta junta; e porq. o R.^{do} R.^{or} não está
adonde possa satisfazer ao despacho

Portanto

P. a Vm.^{ce} faça m.^{ce} mandar reuê-la
por q.^m [=quem] lhe parecer p.^a
hauer de se lhe pasar licença p.^a
q. nella se diga missa

E. R. M.

Junta aos autos passe
(or)dem p.^a o R.^{do} R.^{or} de
Villa Mayor. Porto 3 de 9^{bro} de 1707

Rocha».

Com este despacho do provisor de 3-novembro-1707, o escrivão passa a ordem no dia seguinte para o pároco de Vila Maior:

«D.^{or} Carlos da Rocha Pr.^a comiss. [=comissário] do s.^{to} off.^o [=ofício] cónego Prebendado na sé do Porto e nella e seu Bp.^{do} [=Bispado] Prouizor pelo Illm.^o S.^{or} Bispo etc. Pella presente Cometto minhas vezes ao R.^{do} R.^{or} de Villa Mayor da Com.^{ca} da Feira p.^a q. pessoalm.^{te} [=pessoalmente] vá ao lugar de oliu.^a frg.^a de S.^{ta} M.^a do valle, en elle vezite a capella q. de nouo Erigirão os moradores do dito lugar, em ella faça exame se está erecta na forma da licença q. p.^a isso se lhe passou q. lá lhe hám de apresentar, e se está de todo acabada e tem retábolo e se tem os ornam.^{tos} necess.^{os} p.^a nella se celebrar o sacrificio da missa, e dará o juram.^{to} dos santos Evang.^{os} às pessoas q. lhe parecer p.^a q. declarem se sam todos da mesma capella e p.^a ella dedicados ou se sam emprestados, e do q. souber e achar passará sua certidam jurada nas costas desta que em carta fechada me remeterá ao escrivam q. a sobescreueo. Dada nesta cid.^a do Porto aos 4 de 9^{bro} de 1707 annos E eu Joseph Frr.^a de Caru.^o escrivão da Camara o subscreui.
Rocha».

A 15-12-1707 o abade de Vila Maior informava todo o seu cuidado na vistoria:

«Manoel Vieyra Reitor da Parochial Igr.^a de Villa Mayor na comarca da Fr.^a deste Bispado do Porto, Certefico em como por uertude da comissão retro proxime do M.^{to} R.^{do} S.^{or} D.^{or} Carlos da Rocha Pr.^a Provizor deste dito Bispado, fui pessoalm.^{te} ao lugar de oliu.^a da Frg.^a de S. M.^a do Valle desta dita comarca e fazendo vistoria na capella de S.^{to} Thome nouam.^{te} [=novamente] erecta e sita no dito lugar de Oliu.^a, e nos ornamentos a ella dedicados, achei ter alguas imperfeiçois, e faltas, ao q. mandei se reformáse, e aperfeiçoáse, por ser tudo de esência e m.^{to} neceçario p.^a nela se dizer Missas, e pasado algum tempo torney à dita Capela, de que se fas menção na licença ordinária, e achei estar capás e Ornam.^{tos}, e todo o neceçario p.^a se dizer Missas, e não obstante me emformar com alguns vezinhos, q. por intretanto me podião enganar nos moveis, mandei q. o R.^{do} Párocho pasáse Certidão jurada, a qual vay junta ao diante; pasa na uerd.^o o refferido que affirmo in verbo sacerdotis, V.^a Mayor e de X^{bro} 15 de 707.

Manoel Vieyra».

A declaração do pároco do Valle, exigida pelo vistoriador P.^o Manuel Vieira, é do seguinte teor e com data de 15-12-1707:

«Hierónimo Leal freire vigr.^o [=vigário] da parochial igr.^a de S.^{ta} m.^a do Valle da C.^a [=Comarca] da feira deste Bispado porto (sic) Certefico em como todos os ornamentos e pessos moveis que se mostrárão ao R.^{do} Comissario são, e pertensem à capella de São Thome nouamente feita, e cita no lugar de oliu.^a da dita frg.^a de s.^{ta} m.^a do Valle, e pello dito o d.^o (sic) Comissario me mandar passar esta Certidão a passo na verdade, e affirmo o referido in verbo sacerdotis. S.^{ta} m.^a do Valle em 15 de desembro de 1707 a [=anos]

Hierón.^o Leal fr.^o».

E então a 16-12-1707 surge a licença final (?) para se benzer a capela e começar a celebrar missa:

«P. [=Passe] L.^{ca} p.^a o R.^{do} Párocho benzer a Cap.^a de S. Thome de q. se trata na forma do Cereimonial Romano, e, satisfeito, se dizer nella missa e Celebrárense os off.^{os} divinos sem prejuizo dos dir.^{tos} parochiais e paguem os supp.^{es} os autos. Porto 16 de Dez.^{bro} de 1707.

Rocha».

Eis pois que todos estes esforços foram finalmente coroados de êxito. Francisco João pôde, na verdade,



Imagem de S. Tomé